



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ESPERANÇA NO PLURALISMO DO SOCIALISMO PORTUGUÊS

O Presidente da República dirigiu ao País, ao princípio da tarde, através da Rádio e da TV, a seguinte mensagem:

«No eterno devir da História, poucas horas caíram sobre o encerramento da primeira campanha eleitoral do Portugal novo, mais independente e mais livre.

«Entrámos no período que a lei e o bom-senso destinam à meditação dos eleitores na antecâmara de uma transcendente decisão. Vamos escolher e votar no partido que a cons-

ciência nos indique como o mais apto a intervir no futuro do povo que somos.

«Procurarei integrar-me bem nos objectivos do M.F.A. ao cumprir a minha missão de dirigir uma palavra amiga ao povo a que orgulhosamente pertença.

«Desempenharemos todos amanhã o acto decisivo do esquema eleitoral, a colocação nas urnas do nosso boletim de voto.

«Sobre o valor deste acto de vontade, temos ouvido opi-

niões variáveis, desde um extremismo de o considerar supérfluo e nefasto, ao outro extremismo de o considerar como essência de todo o pensamento e teorização da ciência política.

«No estádio actual da civilização humana, a vontade popular é a verdadeira fonte do poder político.

«A determinação desta vontade colectiva, quando feita por um esquema eleitoral, como toda a obra humana, incorpora alguns defeitos, a par de

muitas virtudes e certezas.

«Hipertrofiando uns ou outras, é possível construir raciocínios que condenem ou sacralizem a aplicação de um sistema eleitoral.

«Seja como for, dentro dos actuais conceitos da ciência política, as soluções eleitorais são aquelas que melhor garantem a definição da vontade popular e, quando pluralistas, têm a altíssima vantagem de garantirem permanentes ratificações ou correcções.

«Acreditamos sinceramente que, ao escolher esta via de análise, democrática e pluralista, o M.F.A. ofereceu a melhor das soluções possíveis ao seu representado e aliado, o povo de Portugal.

«Considerada indiscutível esta solução, façamos todos o balanço da importante fase já concluída, a campanha eleitoral, onde o povo e os partidos desempenharam os papéis fundamentais.

Não nos alarmemos com certos desvios a que gente simples e boa se deixou conduzir por agitadores pseudo-revolucionários e reaccionários de extremismos opostos. Em termos gerais, com saldo altamente positivo, o povo demonstrou elevado civismo e suficiente politização para a desarmar intelectuais paternalistas, observadores pessimistas e os arautos das convulsões sociais.

O povo mereceu um voto de confiança no futuro.

Quanto aos partidos, não generalizemos culpabilidades esquemáticas. Haveremos de colocar fora da análise os utopistas, os cultivadores do ódio e da violência, manipuladores do substrato inferior do inconsciente colectivo.

Considerando apenas os partidos autênticos, ressalvemos as poucas atitudes dis-

Continua na pág. 8

VOTAR É UM DEVER

Depois de meio século de cerceamento das liberdades fundamentais da pessoa humana, são amanhã as primeiras eleições portuguesas com real representação do País.

Se a opção está feita, o cidadão votará no partido escolhido. Caso contrário, subsistindo hesitações na hora do acto eleitoral, é o cidadão livre de votar em branco. Este último voto — sobre isso falou a Comissão Nacional das Eleições — dispõe de total garantia se o eleitor traçar um risco de alto a baixo no boletim. O voto em branco — sublinhou o M.F.A. — tem tanto valor como o voto num partido determinado.

Resta exercer um direito que é simultaneamente um dever: o de ajudar a consolidar um processo político de raiz democrática que se quer irreversível.

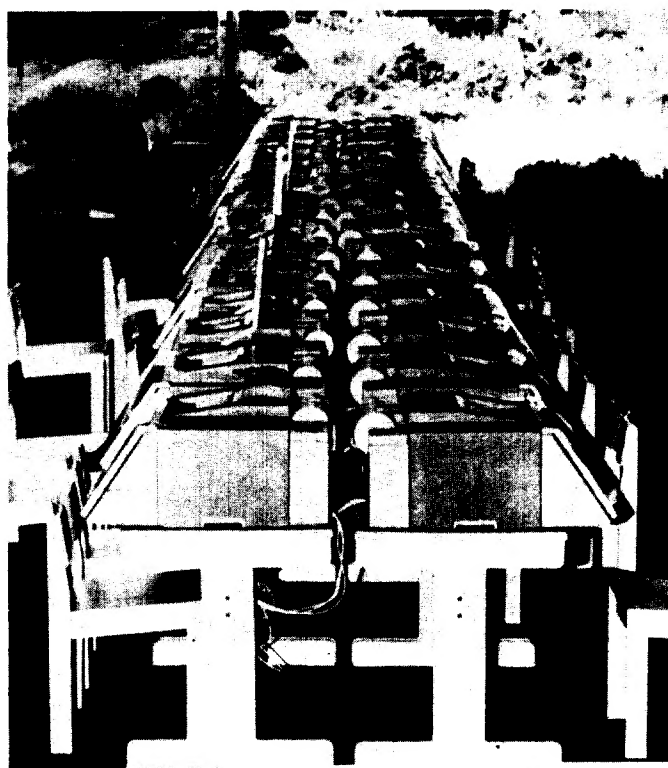
As eleições na política internacional

Neste momento, deve andar à volta de 800 o número dos jornalistas estrangeiros acreditados em Lisboa para acompanharem as primeiras eleições livres que se realizam em Portugal desde há 50 anos. E dizemos que deve andar porque esta manhã continuavam ainda a chegar ao Centro de Imprensa, instalado na Fundação Gulbenkian, novos correspondentes e enviados especiais em busca de credenciais.

A Imprensa escrita e as agências fornecem, evidentemente, o maior contingente, seguindo-se as estações de Rádio e depois as de Televisão. Vinte equipas de organismos oficiais encontram-se hoje em Portugal — sem contar as das agências de imagens, os «free lancers» e as equipas de actualidades cinematográficas.

Se acrescentarmos, além das reportagens efectuadas por «free lancers» e as equipas, os principais momentos do acto eleitoral, comunicação dos resultados, serão transmitidas em directo, através das redes da Eurovisão, Intervisão e Mundovisão — teremos uma ideia da extraordinária repercussão internacional destas eleições. Em termos de comparação, sem qualquer espécie de exagero, podemos dizer que é uma

Continua na pág. 8



Baterias de «Telex» na Sala de Imprensa da Gulbenkian

INTERVENÇÃO NO VIETNAME

WASHINGTON, 24 — (F.P.)

A Câmara dos Representantes aprovou ontem à noite, por 262 votos contra 151, a intervenção das Forças Armadas dos E. U. A. a fim de «proteger» as evacuações de sul-vietnamitas e norte-americanos do Vietname do Sul.

O projecto de lei fora já aprovado horas antes pelo Senado, que autorizou também créditos de 250 milhões de dólares para «auxílio humanitário» ao regime de Saigão.

20 PÁGINAS

O FIM DA CAMPANHA ELEITORAL

A propaganda teve ontem o seu dia de exaustão. Cada partido puxou das muitas resmas de papel que ainda tinha em stock e tratou de mostrar aos indecisos que era melhor que todos os outros.

Como resultado, as ruas (na gravura, a praça do Rossio), ficaram atapetadas de papéis e mais papéis... e o cidadão ficou pensativo, a matutar no dia de amanhã...



Valadão tentou fugir de Alcoentre

Mendes Carqueijeiro, advogado de Ramiro Valadão e outro indivíduo cuja identidade não nos foi possível confirmar, encontram-se detidos à ordem do Copcon por estarem envolvidos numa tentativa de fuga da Colónia Penal de Alcoentre do antigo presidente do Conselho de Administração da RTP.

Desde há cerca de uma semana os serviços daquela prisão tinham indicações de que se preparava a evasão de Ramiro Valadão pelo que foram

tomadas todas as precauções. No domingo à noite foram vistos dois carros suspeitos — um Vauxhall e um Fiat 1600 — nas imediações e recebida a notícia de que havia grades serradas na prisão o que não se confirmou após rigoroso controlo. Foi no entanto encontrada uma serra o que veio confirmar as suspeitas que já existiam.

A partir daí foi exercida uma vigilância quase pessoal sobre Ramiro Valadão. Ontem à noite, cerca das 23 horas, três automóveis, transportando oito indivíduos pararam um quilómetro ao sul daquele estabelecimento prisional, mantendo um intervalo de cerca de 200 metros. Uma das viaturas era a mesma que ali estivera no domingo. Populares montaram um discreto cerco e alertaram o posto da G. N. R. de Aveiras de Cima. Duas das viaturas puseram-se em fuga enquanto os ocupantes da outra foram detidos. Um deles identificou-se como sendo o dr. Mendes Carqueijeiro, advogado de Ramiro Valadão.

«DIÁRIO DE LISBOA»

Por ser feriado nacional obrigatório, Dia de Portugal e dia de eleições, não se publica amanhã o «Diário de Lisboa», encontrando-se encerrado todos os nossos serviços.



Terminou a campanha eleitoral. Há uma pausa em toda a cidade. Agora são as urnas que vão existir, abertas aos votos de todos os partidos. Os cartazes, no entanto, ainda são autênticas fachadas, indicando ao povo múltiplas direcções. E no Rossio, em pleno centro da cidade, um homem dorme, no secreto abandono da pedra, fatigado de tanta argumentação e sonhando certamente com um Portugal melhor...

CONSELHO DE REDACÇÃO DO "DIÁRIO DE LISBOA"

Do nosso camarada de redacção José A. Salvador recebemos o seguinte esclarecimento:

«Fiquei ontem surpreendido com a notícia publicada na página 2, do jornal onde trabalho, com o título «Conselho de Redacção do Diário de Lisboa». Na intenção primeira de defender o direito à informação dos leitores, e, neste caso particular, ao abrigo do artigo 16.º da Lei de Imprensa, sinto-me obrigado a prestar sobre ela alguns esclarecimentos.

O primeiro refere-se ao modo incorrecto como esta notícia foi feita: «Não só eu não fui consultado para a feitura e publicação da notícia, método de trabalho que desde já prefigura a falta de democraticidade deste Conselho de Redacção, como dela não foi dado conhecimento prévio ao próprio chefe de redacção, facto ainda mais reprovável quando se atende à importância do C. de R. na vida de um jornal.

A própria notícia não informa. A prova-lo o facto de referir apenas os elementos de uma só lista. Nestes termos passo a noticiar a constituição da lista A, que saiu vencedora

da votação feita pelo corpo redactorial: Afonso Praça, presidente demissionário da direcção do Sindicato dos Jornalistas, (que colheu 16 votos), José A. Salvador, signatário deste esclarecimento, (16 votos), Fernando Dacosta (14 votos), e Torquato da Luz (13 votos). A minha entrada para o Conselho de Redacção foi decidida ao abrigo do regulamento interno para a eleição deste órgão e decorreu da vontade dos dois elementos da lista A menos votados. Registe-se que a lista B vencedora, teve um máximo de 21 votos.

A minha participação na lista A deve-se ao facto de entender que esta era a lista possível, e capaz de aceitar uma representação mínima da esquerda da redacção do «D. L.», e de garantir a defesa do pluralismo noticioso e de opinião ao serviço das classes trabalhadoras.

A evocação da tristemente célebre «Lei de Imprensa», elaborada como a lei anti-greve sob o consulado de Spínola, foi feita aqui (tão contraditoriamente...) para poder garantir o direito à informação dos leitores.»

De ontem para hoje Finalmente, o divórcio

A publicação oficial, no próximo mês de Maio, do decreto-lei que, no plano do direito interno, virá revogar o Código Civil e alterar a redacção de outros clausulados, respeitantes à matéria de separação de pessoas e bens e divórcio, foi anunciado pelo ministro Melo Antunes dos Negócios Estrangeiros, após a assinatura do protocolo adicional à Concordata.

A cerimónia estiveram presentes o nuncio Apostólico, monsenhor Giuseppe Maria Sensi (que assinou pela Santa Sé), o ministro da Justiça, dr. Salgado Zenha, o prof. Jorge Campinos, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, o dr. Jorge Sampaio, secretário de Estado da Cooperação Externa, o dr. Pinheiro Farinha, procurador geral da República, e alguns elementos da Comissão Nacional Pró-Divórcio, nomeadamente o seu presidente, eng.º Oliveira Soares, o dr. Leão e Carvalho Pombalinho.

Com a assinatura do protocolo, «foi aberto o caminho para a solução dos problemas familiares de milhares de portugueses que, desde 1940, não tinham conseguido reestruturar a sua vida familiar, com as mais graves consequências quer para os cônjugues quer para os respectivos filhos», sublinhou o ministro Melo Antunes.

Findo o acto, o dr. Salgado Zenha revelou aos jornalistas que «o custo do divórcio deverá ser fixado na base dos rendimentos das pessoas envolvidas e, se estas não tiverem dinheiro, poderão recorrer à Assistência Judiciária».

Entretanto, o Nuncio Apostólico foi recebido à tarde pelo Presidente da República general Costa Gomes, no Palácio de Belém.

COOPERAÇÃO COM OS POVOS AFRO-ASIÁTICOS

Foi assinada a escritura de constituição da Liga para a

Cooperação com os Povos Afro-Asiáticos, cujo principal objectivo é promover a aproximação daqueles países, através de iniciativas de carácter cultural e económico. «A Liga é uma associação democrática

e antifascista que se propõe ser o elo de ligação entre Portugal e os países do Terceiro Mundo», afirmou o jornalista Cartaxo e Trindade. Presentes ainda, em representação dos cem sócios fundadores da Liga, os médicos António Manuel Camilo Alves e Luís Pita de Avilez, o jornalista Alfredo Canana o bancário José Pedro Guerreiro e o empregado de escritório Luís Eduardo Machado.

ARSENAL NUM POÇO

Em Lagoaça (Freixo de Espada à Cinta), ao descobrir num poço, um verdadeiro arsenal, constituído por vinte granadas de mão ofensivas e defensivas, Fernando Augusto Cruzes, casado, jornalista, fez explodir uma delas. Não ficou ferido, o que porém aconteceu a Júlio Augusto Caldeira, que ficou com uma das mãos esfacelada. O caso foi entregue à Guarda Fiscal.

SALVADOR

O jovem António Fernando Matos dos Santos, de 14 anos, salvou de morte certa, na doca do Comércio do porto de Setúbal, o pequeno Francisco Jo-

sé Coelho, de 10 anos. Este andava num bote a apanhar carangueijos, mas a certa altura desequilibrou-se e caiu à água. Imediatamente, António Fernando o foi salvar. Recorde-se, ser a segunda vez que o jovem pratica tal acto de abnegação, tendo, da primeira, salvo um petiz de oito anos.

OS MORTOS

No embate de duas motorizadas, em Ancede (Baião), faleceu Carlos Alberto Ribeiro, de 65 anos, que conduzia uma delas. Outro acidente ocorreu em Maximinos, Braga, onde, em consequência de despiste do automóvel, em que seguia com seu pai, faleceu a pequenita Ana Maria Amorim, Pinto, de dois anos e meio, natural e residente em Caracas, na Venezuela, e que se encontrava de férias naquela localidade.

Por outro lado, em Alfeizeirão (S. Martinho do Porto), quando o operário Acácio Almeida Pereira, de 45 anos, casado, dali natural, pretendia descer a um depósito subterrâneo de vinho, a fim de proceder à limpeza do mesmo, caiu inanimado, vítima das emanções de gases. Socorrido por um colega, foi levado ao Montepio das Caldas da Rainha, onde chegou, já sem vida.

OTELO SARAIVA DE CARVALHO

Boicotes ao acto eleitoral serão reprimidos pela força

Boatos alarmantes, não especificados, que as autoridades militares afirmam estar a ser propagados em todo o País, e que correspondem às habituais tentativas reaccionárias de criarem um clima emocional favorável aos seus intentos, levaram a 5.ª Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas a emitir um comunicado em que se garante estarem asseguradas todas as condições necessárias para que as eleições decorram num clima de ordem e tranquilidade.

É o seguinte o teor do comunicado:

«Em certas regiões do País boatos alarmistas visam prejudicar o funcionamento normal do acto eleitoral. O M. F. A. informa o povo português que estão criadas todas as condições para que as eleições decorram sem incidentes. Foram tomadas todas as providências para domar prontamente qualquer tentativa reaccionária. Conta-se para o efeito não apenas com as Forças Armadas e Militarizadas, como com uma vigilância popular serena e consciente.

O M.F.A. intérprete das aspirações e anseios do povo português, entende ser necessário um clima de tranquilidade para o acto colectivo do exercício democrático que terá lugar na próxima sexta-feira.

Neste sentido o M. F. A. apela para que os cidadãos não dêem ouvidos a boatos nem os transmitam.

Todo aquele que invente calúnias ou propague boatos está a colaborar efectivamente com a reacção e a trair o processo revolucionário em curso».

A DEFESA DA ORDEM

Numa declaração ontem feita através da RTP o brigadeiro Otelio Saraiva de Carvalho, depois de esclarecer que o M. F. A. tem a consciência que a revolução se faz essencialmente no meio do povo, afirmou que este argumento não pode justificar as atitudes daqueles que falam em boicotar as eleições.

Otelio Saraiva de Carvalho, comandante adjunto do Copcon, garantiu que reprimirá pela força quaisquer actos atentatórios do funcionamento democrático da eleição. Eis o texto integral da sua comunicação:

«Cidadãos do meu País: Vão realizar-se as eleições para a Assembleia Constituinte, depois de amanhã, dia 25 de Abril.

De acordo com o Programa do M. F. A. que o povo português entusiasticamente aceitou há um ano serão as primeiras eleições livres depois de quase meio século de ditadura fascista.

Pretende o Movimento das Forças Armadas que o próximo acto eleitoral seja mais um passo em frente na via do socialismo, consolidando e cimentando todas as conquistas democráticas que o povo já conseguiu até este momento. O M. F. A. tem consciência que a revolução se faz essencialmente no meio do povo e não no Parlamento. Este argumento, porém, não poderá justificar as atitudes daqueles que falam em boicote das eleições, pois todos sabemos que o voto é uma das formas de se auscultar a opinião do povo.

Há cinquenta anos que os portugueses não votam em liberdade. Não é justo que agora se pretenda impedir que finalmente o façam. No entanto, seria ingenuidade acreditar que não existem neste momento, forças contra-revolucionárias que tentarão, por processos vários, dificultar ou obstruir o bom andamento do acto eleitoral do próximo dia 25, como parte integrante de um plano mais vasto para impedir o nosso País de caminhar por uma via socialista e de independência nacional.

O Movimento das Forças Armadas está certo, porém, de que todos os portugueses sinceramente empenhados em traduzir, na prática, a aliança Povo-M. F. A., saberão entender a verdadeira natureza e importância do acto que se aproxima e não deixarão de cumprir o seu dever de cidadãos, não só votando conscientemen-

te pela revolução, como impedindo, pela sua atitude exemplar de civismo e correcção intransigente, para si próprio e para os outros, quaisquer eventuais perturbações da boa ordem com que devem decorrer as eleições.

Por seu lado, o M. F. A., consciente da sua condição de braço armado do povo, saberá manter uma vigilância atenta e constante, impedindo e reprimindo pela força, se necessário, quaisquer actos, que, nas condições legais, sejam atentatórios da ordem democrática estabelecida.

Nestas condições, as Forças Armadas estão à inteira disposição dos presidentes das mesas das assembleias ou secções de voto, a quem, pela lei, foram conferidos todos os poderes para assegurar a liberdade dos eleitores, não devendo aqueles hesitar, se indispensável se tornar, em requisitar a presença das forças militares necessárias à manutenção da ordem que permita a efectivação do acto eleitoral.

Dentro do mesmo espírito, as Forças Armadas foram dadas instruções para atenderem prontamente todos os pedidos de intervenção formulados pe-

los presidentes das mesas de voto, com vista à detenção, até posterior julgamento, de todo aquele que perturbar o regular funcionamento de assembleia ou secção de voto, através de insultos, ameaças, actos de violência ou por qualquer forma tendente prejudicar ou retardar ostensivamente o acto eleitoral. No intuito de atingir os objectivos expostos, terão as Forças Armadas que conciliar a necessidade de manter em serviço todos os seus elementos, com o legítimo desejo dos mesmos em exercer o seu direito de voto, pelo que apelo para a boa vontade dos eleitores, no sentido de concederem prioridade aos militares uniformizados que se apresentem para votar.

Por último gostaria de salientar a todos os portugueses que um acto eleitoral que decorra em ordem e tranquilidade, será, sem dúvida, mais um argumento a apresentar ao Mundo, demonstrando a confiança do povo português no seu processo revolucionário que o conduzirá a uma nova sociedade onde não mais haverá lugar à exploração do homem pelo homem.»

A FEIRA DAS NAÇÕES

ISRAEL | ITÁLIA | JUGOSLÁVIA

FRANÇA | HUNGRIA | INGLATERRA | U.R.S.S. | U.S.A.

16ª

FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA

11/22 JUNHO 1975

ROMÉNIA | R.F.ALEMA

POLÓNIA | R.D.ALEMA | BRASIL | ARGENTINA

ESPAÑA | CHECOSLOVÁQUIA

estúdio NÃO ACONSELHÁVEL A MEN. 18 ANOS

2.ª SEMANA

A MORTE DUM LENHADOR

(la mort d'un bucheron)

strip-western

«a dura aprendizagem da vida»

um filme de GILLES CARLE

animatógrafo

com CAROLE LAURE

TODOS OS DIAS ÀS 15.30, 18.30 E 21.15
SÁBADOS E DOMINGOS ÀS 15, 17, 19 E 21.15

post scriptum

Industrial perseguido

Sou comerciante e industrial de minas. Em Julho de 1952, por mandato do Governo, cerca de 30 brigadas da Polícia — Intendência Geral dos Abastecimentos de Lisboa, sob o comando de Silva Pais, estiveram na Covilhã, a investigar a actividade das indústrias mineiras, médias e pequenas. O primeiro alvejado fui eu, que estive cerca de seis dias incomunicável e exposto aos maiores vexames.

Fui, em 1932, o fundador da firma individual «Coiros Mercador», que mais tarde passou a chamar-se «Augusto Pereira» e ainda hoje continua; e fundei, ainda, as indústrias mineiras Mina Cova da Cruz e Sociedade Mineira dos Torgais, Lda., Cebola, S. Jorge da Beira, Covilhã.

Em 1952, foram-me apreendidos livros e documentos e mercadorias, valores com os quais desenvolvia as minhas actividades, até hoje não restituídos. Há divergências com os sócios, por motivo de falta de elementos comprovativos para averiguações de contas. Alguns sócios já faleceram e o caso envolve as respectivas viúvas e os filhos.

Em 23 anos decorridos, fiz mais de 100 exposições a ministérios, a altas individualidades. Nada se resolveu. Tenho 67 anos, sou comerciante há mais de 40 e industrial de minas há 30. Conservo os meus jazigos, apesar de, a partir dessa data, não ter rendimento nenhum. Alguns administradores do regime fascista aconselhavam-me a desistir das indústrias.

Outros reveses: em 19 de Abril de 1971, foi-me penhorado o estabelecimento de solas e cabedais, por motivo de imposto de minas, na importância de cinco contos, pelo administrador da Repartição de Finanças da Covilhã. Como pode esta Repartição de Finanças penhorar um estabelecimento com as suas contribuições em dia com a economia nacional? É preciso não esquecer que, em 1951-1952, essa Repartição de Finanças recebeu cerca de 100 contos, sem contar com os impostos à Caixa de Previdência dos Metalúrgicos. Há débito, sim, mas é para comigo!

Acontece, por outro lado, que em 2 de Maio de 1963 pedi ao Ministério das Finanças a suspensão temporária dos impostos, em virtude da minha desesperada situação financeira. Não me foi concedida. Já antes, em 15 de Maio de 1960, pedira ao Banco de Fomento Nacional um financiamento, para poder resolver as minhas dificuldades comerciais e industriais. Não fui atendido.

E em 4 de Janeiro de 1963 fui multado em 12 500 escudos, por o trabalho nas Minas-Sociedade dos Torgais, Lda., não estar de acordo com a administração da Direcção-Geral das Minas, do Ministério da Economia. Isto apesar de, por várias vezes, ter informado que as minhas indústrias não estavam em actividade.

Esta é a verdade que documenta uma sistemática tentativa de destruição sistemática da actividade de um industrial.

Augusto Pereira — Covilhã

Campos de trabalho no Algarve

Li, no vosso jornal do dia 18 deste mês, a notícia, com o título: «Campos de trabalho no Algarve para jovens estrangeiros».

Entendo esta iniciativa extraordinária, mas pergunto:

E aos estudantes portugueses, que lhes reservam? O que vão fazer durante as próximas férias? Continuar a ter ainda mais tempo livre para se dedicarem à vadiagem e a gastos supérfluos?

Temos de considerar que toda a juventude portuguesa deve ser aproveitada para tarefas úteis e dar-lhe responsabilidades, prepará-la para um país novo, pois os jovens são os dirigentes e trabalhadores de amanhã e portanto têm que ser considerados como seres válidos e não como um peso para o País.

Segundo o que é afirmado por Deodato Santos, da Comissão Regional de Turismo do Algarve, os estudantes irão ajudar nos trabalhos agrícolas, sociais, escolas, obras, pontes, caminhos, lavadouros públicos, etc., etc. Então será aos estudantes estrangeiros que compete dar ajuda, ensinar crianças e adultos a nossa língua, os nossos costumes, as nossas tradições? Não, decerto aquelas que nos foram legadas pelos últimos 50 anos, porque essas todos os bons portugueses querem esquecer.

O que vou dar a fazer a dois filhos estudantes, um com 18 anos e outro com 15? O que irão fazer eles durante as próximas férias?

Vivo só do meu salário e sou operário fabril das indústrias químicas, mas gostaria que os meus filhos e todos os filhos dos trabalhadores portugueses tivessem mais cultura, mais conhecimentos e não fossem ou não sejam tão escravos no futuro, em todos os campos, como o foram os seus pais, avós e todos os seus ascendentes.

Quanto milhares de pais não há por esse país fora nas minhas condições? Aqui deixo o alerta e a sugestão a todos os portugueses, que é a nós que compete construir a nossa casa. Não sou contra a ajuda estrangeira, mas só quando não houver prata da casa (como costumam dizer-se) (neste caso até pode considerar-se ouro), pois é o sangue novo espalhado pelos recantos do nosso país.

João Maia — LAVRADIO:

DO EXCESSIVO LEGALISMO A LEGISLAÇÃO DOS SEGUROS NACIONALIZADOS

J. SILVA FALCÃO

Constitui facto incontroverso a necessidade de princípios legais que norteiem a actividade de pessoas e entidades. Sem a assistência de tais princípios, a vida colectiva tornar-se-ia um caos. A única lei válida seria, então, a lei da selva, onde os mais débeis teriam de ceder totalmente ante os mais fortes.

Porém, desde sempre se impôs a conveniência de serem as leis interpretadas inteligentemente, pois elas não representam fins em si, mas meios. Esta verdade, que ninguém negará, surge com rara evidência na actualidade da sociedade portuguesa: a transformação que se opera não poderá ser afectada por um excessivo rigor legalista. As largas dimensões do movimento levado a efeito pelo binário Povo-Forças Armadas impedem naturalmente que sejam supridas com a presteza desejada as insuficiências e as deficiências acumuladas na legislação fascista. Torna-se muitas vezes indispensável a interpretação dos textos legais à luz do espírito revolucionário que vivemos, pelo menos quando tal análise compete a departamentos oficiais.

No entanto, deparam-se com frequência situações notoriamente desajustadas. Muito recentemente, um funcionário da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos apresentou-se junto da Comissão Liquidatária de um extinto

grémio das pescas pretendendo a cobrança de uma multa em consequência de não ter sido cumprida determinada formalidade burocrática. O referido funcionário (ou quem o mandou) tem de facto uma disposição legal que serve de suporte à atitude adoptada. Sob o ponto de vista estritamente jurídico, a medida apresenta-se como inatacável.

Simplemente ignorou-se (assim parece) um pormenor importantíssimo: já não há grémio, na sua figura jurídica, mas uma entidade estatal, que age em nome do Governo. Perdeu-se tempo (e paciência!) para tentar meter numerário num bolso do Estado, tirando-o de outro bolso do mesmo Estado, o que roça o ridículo se considerarmos a enormidade dos problemas a resolver para a construção do País por que lutamos.

Este exemplo é um entre tantos. Cada um de nós conhece outros casos. Terão obviamente que ser anulados. A revolução não pode assentar nas picuinhas, no excesso de zelo de funcionários distantes da verdadeira tarefa que lhes incumbem. Há que respeitar a lei, sim, mas com equilíbrio e bom senso, pois não se verificou a hipótese, em certos sectores, de refundir a legislação existente, pelo menos na totalidade. É o que se passa na actividade seguradora, assolada (no bom termo) pela transfusão de sangue que é, que pode ser, a

nacionalização.

Sabe-se que a legislação sobre seguros já era insuficiente, tão insuficiente como deficiente. As bases essenciais residem ainda no decreto de 21 de Outubro de 1907 e no Decreto n.º 17555 de 5 de Novembro de 1929. Em 1954 foi publicada a Lei n.º 2071. No entanto, nunca veio à superfície o regulamento respectivo, apesar de insistências formuladas na Lei dos Meios para 1967 (Lei n.º 2131, de 26 de Dezembro de 1966) e para 1969 (Lei 2136, de 21 de Dezembro de 1968). No ano de 1968, a Inspeção-Geral de Crédito e Seguros, de tão honrosas tradições na vida nacional, conseguiu que o Grémio dos Seguradores elaborasse um Projecto de Regulamento. Quase nada se avançaria. No dia 24 de Abril de 1974, os princípios legais em vigor eram ainda, quase exclusivamente, os constantes das velhíssimas disposições de 1907 e 1929.

Decretada agora a nacionalização, mais precário se torna o conjunto da legislação sobre seguros. Impõe-se total e completa remodelação dos textos legais sobre a matéria. E até há juristas capacitados de bem efectuar a tarefa que se aguarda. Manuel Casanova e Pedro Borges, coadjuvados por outros juristas igualmente idóneos, poderão produzir as bases legais necessárias. Carecem, no entanto, do mínimo tempo. Enquanto não surgem

essas bases há que interpretar por forma racional as disposições legais que não é possível abandonar por completo. Tem que haver sempre um suporte jurídico.

Seria absurdo impor às seguradoras nacionalizadas o cumprimento das disposições tributárias constantes daquelas disposições. Seria aberrativa a cobrança do imposto dos 2,5 por cento dos prémios para inserir o produto desse imposto no Orçamento Geral do Estado. Lá viria a tal situação: meter num dos bolsos do Estado dinheiro tirado de outro bolso do mesmo Estado.

Enquanto não faz a sua aparição uma nova legislação sobre seguros, e ela não poderá nascer com a facilidade com que um ilusionista extrai coelhos de um chapéu, confiamos abertamente no bom senso dos servidores de Estado a quem será confiada a obra de controlo de toda a actividade seguradora, funcionários da Inspeção-Geral de Crédito e Seguros e não só.

Urge cultivar o zelo no desempenho de funções importantes na vida económica do País, mas urge evitar também o excesso de zelo, a aplicação rígida de alguns princípios que, notoriamente, não são de aplicar. Preocupemo-nos, todos, com o fundamental, abandonando o acessório que não adianta, antes retarda todo o processo revolucionário em curso.

A DERROTA AMERICANA NA INDOCHINA -2-

Por WILFRED BURCHETT

O facto da queda de uma capital provincial ter significado frequentemente para Saigão a perda de toda uma província é sintomático da situação que levou rapidamente ao colapso do Exército e da administração em vastas áreas do país. Quando Washington descobre «agora» que Saigão perdeu o controlo de «dois-terços» do território, apenas se limita a tomar conhecimento de uma situação que existia há anos, mas que Saigão e Washington pretendiam fazer crer ao mundo que eram capazes de dominar. Uma capital de província através do domínio aéreo, equivaleria ao domínio do território. Foi o cerco constante e cada vez mais apertado que as forças de libertação efectuavam às cidades que permitiu a rápida conquista de todas as capitais da província, dos planaltos centrais e das províncias costeiras do norte e do centro. Foi possível manter este cerco, em parte devido ao tipo de organização do Exército Popular: guerrilhas locais de autodefesa, unidades regionais e forças regulares do exército, cada uma delas com funções específicas, mas com actividades coordenadas sempre que necessário.

As guerrilhas locais de autodefesa são constituídas por soldados em «part-time» que trocam os seus instrumentos de trabalho por espingardas e metralhadoras quando a ocasião surge, fornecendo simultaneamente forças de reserva para manter permanentemente o cerco a posições inimigas, próximas das suas aldeias.

Por altura da minha última

visita — a quarta — às zonas libertadas, as guerrilhas de autodefesa local eram adequadamente abastecidas de espingardas e de armamento ligeiro. As unidades regionais de guerrilha são constituídas por soldados a tempo inteiro, dotadas de armamento pesado, incluindo bazukas, foguetões e metralhadoras autotransportadas, mas operando nas áreas geográficas onde residem homens, geralmente num distrito administrativo. A sua missão consiste em neutralizar a actividade do inimigo na área, tomar parte no cerco a capitais de província, se elas se situam nas fronteiras do seu distrito; atacar vias de comunicação no seu sector e impedir operações militares do inimigo. As forças regulares do exército estão organizadas em formações militares clássicas, batalhões, regimentos e divisões, com unidades de apoio de artilharia e, agora, tanques capturados — e provavelmente também por tanques soviéticos fornecidos pelo Exército Popular do Vietname do Norte.

As forças de libertação estão em grande parte equipadas com armas capturadas — excepto no tocante a espingardas automáticas de fabrico chinês e foguetões — pois não têm dificuldades em arranjar stocks de munições americanas.

As unidades regulares conduzem uma guerra móvel, entrando habitualmente em acção quando se verifica um grande movimento inimigo nas suas áreas ou quando as forças de libertação levam a cabo grandes operações ofensivas. Entre estas acções, o

grosso dos combates é suportado pelas unidades de guerrilha locais e regionais. (As forças de libertação do Camboja estão organizadas da mesma maneira). Esta estrutura tem numerosas vantagens. Uma é a de haver sempre uma reserva segura para substituir as baixas que se verifiquem ou substituir os aldeões quando eles lá estão velhos para carregar uma arma, fornecer elementos de guerrilhas locais para as forças regionais, donde passam para as unidades regulares, o que significa que qualquer novo elemento nas forças regulares é já um veterano treinado.

As forças regulares estão quase exclusivamente baseadas nos planaltos centrais, essa longa cadeia de montanhas e planaltos cobertos de selva — o coração estratégico do Vietname do Sul — que se estende a partir do paralelo 17, que divide o Vietname do Norte e o do Sul, até cerca de 100 quilómetros de Saigão, indo por vezes, em alguns locais, até poucas centenas de metros da costa.

Foi das bases dos planaltos centrais que partiram as unidades regulares do Exército de Libertação para se juntarem a unidades locais na luta contra as tropas saionegas que se atreviam a combater, à medida que cidade após cidade ia sendo retirada do controlo de Saigão. Este tipo de coordenação entre os três ramos das forças de libertação e a população urbana, para a qual tudo tinha sido preparado, foi brilhantemente posto em acção durante a ofensiva iniciada em 5 de Março.

Como já afirmei, toda e qualquer acção militar se mede pelos seus resultados políticos. Isto aplica-se tanto para grandes como para pequenas acções. É essa a razão por que existe a todos os níveis um responsável político que partilha a direcção das unidades militares com o comandante militar. Grosso modo, pode dizer-se que é o responsável político que decide o que é que se vai atacar, competindo ao comandante militar decidir como — e é ele que comanda também durante a acção.

O resultado político da ofensiva de Têt foi a partida do presidente Johnson e o início das conversações de Paris com vista à obtenção da paz. A grande «ofensiva da Primavera» de 1972 fez sair a situação do beco sem saída em que Nixon e Kissinger tinham feito entrar as negociações de Paris e possibilitou o Acordo de Paris para acabar a guerra.

A ofensiva de 1975 resultará na partida do ditador Thieu de Saigão e na constituição de um novo governo que ponha em prática o Acordo de Paris. Se isto acontecer — como é extremamente provável — o povo sul-vietnamita poderá gozar finalmente de uma paz real e duma real independência.

Apesar das importantes actividades militares da FLN, o trabalho político e o trabalho de «persuasão» são considerados de igual importância.

O trabalho político incide sobre a população nas áreas ocupadas, sobretudo nos centros urbanos. Trabalho de persuasão significa tentar educar os

Continua na pág. 7

Nacional

MINISTRO DAS FINANÇAS AOS JORNALISTAS

HÁ MOTIVOS PARA CONFIAR

A presença em Lisboa de numerosos jornalistas estrangeiros, vindos para fazer a «cobertura» das eleições, fornece excelentes ocasiões de esclarecimento da situação portuguesa. A repetição das conferências de Imprensa, os contactos semanais dos responsáveis do Ministério da Comunicação Social com os representantes da informação internacional começa já sem dúvida a dar os seus resultados: assim, é perfeitamente sensível hoje na Imprensa europeia, mesmo na Imprensa conservadora, uma modificação dos comentários sobre Portugal. Excepto algu-

mas excepções e a Imprensa de extrema-direita — apesar de tudo menos influente, dada a sua menor divulgação — as análises hoje são de modo geral mais equilibradas e, sobretudo, perderam muito do seu tom alarmista.

Este é certamente um dos aspectos a reter da conferência de Imprensa dada ontem pelo ministro das Finanças enq.º José Joaquim Fragoso, no Centro de Imprensa instalado nos locais da Fundação Gulbenkian. Os jornalistas estrangeiros eram com efeito os mais numerosos — e também, a julgar pelas perguntas, os

mais curiosos. E, tendo em conta alguns dos comentários ouvidos à saída da sala das conferências, a impressão dominante era positiva e os esclarecimentos prestados considerados úteis para a compreensão das grandes medidas económicas e financeiras tomadas pelo Governo Provisório.

Falou-se aliás muito do estrangeiro e das relações de Portugal com o estrangeiro nesta conferência de Imprensa. A começar pelas organizações internacionais, como a O. C. D. E., onde o ministro das Finanças teve recentemente a oportunidade de fornecer explicações sobre a actual etapa do processo português. O acolhimento foi bom, encorajante, segundo o ministro, que declarou que de modo geral as grandes organizações económicas e financeiras mundiais estão claramente abertas para auxiliar Portugal. Citou nomeadamente o Banco Mundial, mas referiu-se também a entidades privadas, susceptíveis de efectuar investimentos.

A este respeito, o eng.º Joa-

quim Fragoso fez notar que o mercado financeiro ocidental tem feito «excelentes negócios» com os países socialistas, sem que a diferença de regime e as oposições ideológicas tenham constituído um impedimento de maior para que tais investimentos se tenham de facto efectuado. Assim, considera que esse mesmo mercado espera apenas por uma clarificação, uma confirmação da escolha portuguesa na via socialista. Dado que aparece já como irreversível, as grandes hesitações teriam mesmo já sido vencidas, na sua opinião.

AS REMESSAS DOS EMIGRANTES

A questão das remessas dos emigrantes foi também levantada. Embora não dispusesse ainda de números concretos, o ministro reconheceu que depois do 11 de Março essas remessas diminuíram — mas fazendo notar que o mesmo sucedera imediatamente após o 25 de Abril, para depois se assistir a uma normalização, um au-

mento progressivo, até se atingirem percentagens excepcionais nos dois primeiros meses deste ano. Pensa assim que o mesmo irá sucedendo agora, notando-se desde já inúmeros depósitos de pequenas quantias um pouco como se os emigrantes experimentassem assim o funcionamento dos circuitos financeiros, depois das nacionalizações.

A este respeito, salientou a necessidade de uma acção conjunta dos emigrantes, através das delegações dos bancos portugueses no estrangeiro. Uma acção que será coordenada pela Sociedade Financeira Portuguesa, na qual o papel dos trabalhadores dessas delegações será dos mais importantes para a motivação dos emigrantes. Porque se trata de fazer compreender que, no fundo essas remessas investidas em Portugal, permitirão que se efectuem investimentos que mais tarde facilitarão o seu regresso.

OS MODELOS ESTRANGEIROS

O défice da balança dos pagamentos, restrição da procura interna no que respeita a produtos que não sejam de primeira necessidade — exemplo, as restrições às vendas a prestações de automóveis — os incentivos à exportação, foram outros temas abordados.

Talvez que mais tarde se pense em fusões de Bancos, numa mais profunda reconversão do sistema. Por agora, considera-se que a concorrência entre os diversos estabelecimentos bancários pode constituir um excelente incentivo para a economia nacional para a sua dinamização. Até porque essa concorrência, dadas as nacionalizações, não se processa nos mesmos termos que dantes, podendo apenas situar-se na emulação, na tentativa de prestação de melhores serviços.

De qualquer modo, do futuro de todo o sistema, será o povo português a decidir, disse o eng.º Joaquim Fragoso. «O processo é dinâmico, não é estático», acrescentou, salientando ainda que esta fase de transição para uma sociedade socialista não aponta para qualquer modelo. Interrogado por um jornalista francês, que pre-

tendia saber se, apesar da recusa dos modelos estrangeiros, não haveria apesar de tudo uma tendência para uma via semelhante às adoptadas pela Jugoslávia ou pela Argélia, o ministro das Finanças explicou que por recusa de modelos entendia a recusa de «adaptar figurinos ao caso português», mas que considerava os dois países citados como tendo de facto efectuado experiências ricas de ensinamentos, interessantes para nós, nesta fase de transição.

As possibilidades abertas pela nacionalização da Banca a uma nova política de crédito, constituiram um dos capítulos mais importantes da conferência de Imprensa. Além de realçar o papel do Banco de Portugal no controlo e dinamização da Banca, focou as medidas tendentes à racionalização e activação do crédito. Medidas que, ou foram tomadas de emergência, devido à sua urgência, como é o caso do Crédito Agrícola, ou medidas que vão ser tomadas dentro em breve, tendo já sido concluídos os estudos preliminares.

Tal é o caso da construção civil. Tendo em conta as propostas de investimento, os sectores em que tais investimentos incidem, tendo em conta ainda o problema do emprego e a necessidade de construções sociais, foi formado um grupo de trabalho, compreendendo também representantes das entidades empresariais, que terminou os seus trabalhos há dois dias. Nesse sector, medidas de crédito serão tomadas imediatamente, dados os problemas postos e a sua urgência.

O ministro das Finanças afirmou igualmente que o Governo está em condições de conceder créditos aos pequenos e médios empresários assim como, ponto importante, «às empresas de razoável dimensão» — desde que esses empréstimos se destinem a investimentos que provoquem aumento de empregos, dinamizem sectores, tenham interesse para a exportação.

Uma das razões que justificam este relativo optimismo, é a existência de consideráveis reservas, avaliadas grosso modo em 50 milhões de contos — sem contar a parte portuguesa no Fundo Monetário Internacional. Dessa soma, 28 milhões são em ouro. Todavia, esta soma é avaliada tendo em conta a cotação de 35 dólares a onça — cotação estabelecida em 1944 e portanto inferior à actual.

A propósito do ouro, interveio o director do Banco de Portugal, que desmentiu que tivesse havido vendas de ouro português no mercado de Londres. Nem uma só onça saiu dos cofres onde se encontra, sendo totalmente destituídos de fundamento os boatos que circularam a esse respeito.

Aliás, não se considera necessário recorrer a tal operação, por um lado devido à existência de outras reservas, por outro devido às «firmes ofertas de créditos de várias centenas de milhões de dólares» em curso ou resultantes de negociações anteriores.

Em resumo, nesta conferência de Imprensa, um certo tom de optimismo moderado, fundamentado pelos dados apresentados — e sobretudo um útil esclarecimento sobre a existência de uma política financeira que muitos julgavam inexistente.

Tapetes
Arraiolos

ARTESANATO

TAPETES — CARPETES — PASSADEIRAS — CÓPIAS DE TAPETES ANTIGOS

Av. Oscar Monteiro Torres, 33-A-Lisboa



tenha as notícias sempre à mão!

A qualquer hora, esteja onde estiver, a informação chega viva e palpitante com um

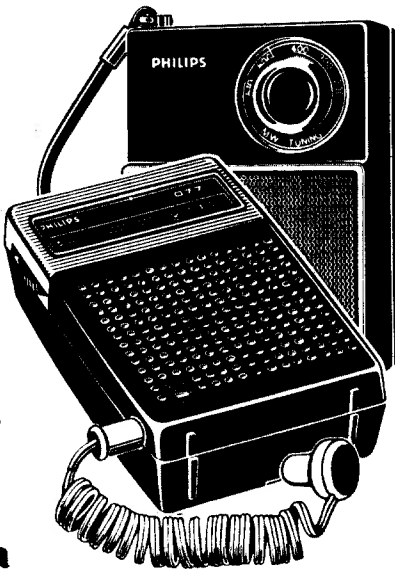
philips de bolso

Dois modelos. Onda média. 6 transistores. Auscultador.

UM ANO DE GARANTIA

PHILIPS

Philips faz parte da sua vida



COMUNICADO

O BANCO PINTO & SOTTO MAYOR INFORMA OS SEUS ESTIMADOS CLIENTES E O PÚBLICO EM GERAL DE QUE A PARTIR DO PRÓXIMO DIA 28, A ADMINISTRAÇÃO E A DIRECÇÃO DO BANCO PASSAM A SER SERVIDOS PELOS TELEFONES 323615 — 365302 — 362878 — 328531.

BANCO PINTO & SOTTO MAYOR

Sindicato dos Contínuos Porteiros e Profissões Similares

SECTOR PORTEIROS DE PRÉDIOS URBANOS

COMUNICADO

Depois de longa luta para que esta classe tenha uma regulamentação de trabalho que a proteja socialmente e lhe garanta as condições mínimas de trabalho, informamos os trabalhadores deste sector que a «portaria» encontra-se, finalmente, elaborada. Aguarda-se a sua aprovação pelo secretário de Estado do Trabalho e a respectiva publicação, a qual compete ao Ministério do Trabalho.

Segundo informação obtida no Ministério, a portaria será publicada no dia 8 de Maio; caso seja impossível, nesta data, a referida publicação verificar-se-á no dia 15 de Maio.

Após a publicação convocaremos uma Assembleia para todos os trabalhadores deste sector, onde se darão todos os esclarecimentos.

A DIRECÇÃO E COMISSÃO

J. G. V.

Nacional

A CONVITE DO P.A.I.G.C.

O ESCRITOR LUÍS ROMANO REGRESSA A CABO VERDE

Luís Romano regressa à sua terra natal, Cabo Verde, depois de mais de 20 anos de ausência. Especialista nas técnicas de exploração do sal, regressa ao arquipélago para a convite do P. A. I. G. C. fazer um projecto de aproveitamento. Mas Luís Romano é também escritor, o autor de «Famintos» — agora publicado em Portugal, mais de 20 anos depois de ter sido escrito e, entretanto, traduzido nas mais variadas línguas, do francês ao russo. Além de «Famintos», Luís Romano escreveu também «Nêgrume», «A mensagem de um livro — a bagaceira», «Contactos», além de estudos e ensaios como «Etnografia cabo-verdiana», «Aspectos do Sal na história e na antropologia cultural através dos tempos», «Vertigios árabes no Nordeste brasileiro», «A fixação do judeu em África», entre outros, além do «Manuel do salineiro», estudo que motivou mais directamente o actual convite do P. A. I. G. C..

Depois de nos ter dito que voltava à sua terra para assistir à independência, para se sentir instalado naquilo a que sempre esteve ligado, começou a falar das razões da sua partida:

Parti como todos os outros cabo-verdianos: por não ter condições para viver, ter que partir mas com a vontade de ficar. Quando me recusei a alistar no Exército colonialista, sabia já que estava marcado. Eis porque nunca tive um emprego público, eis porque desempenhei várias profissões liberais antes de me ir embora. Foi assim que a certa altura me empreguei como capataz de obras públicas, num dos célebres «trabalhos do Estado», onde pessoalmente vi e vivi os dramas que se encontram em «Famintos». Quando mais tarde consegui sair de Cabo Verde, a única coisa que levei comigo foi este livro em forma de manuscrito. E quando a PIDE se começou a interessar demasiado por mim, já eu estava em Marrocos e «Famintos» salvo de destruição. Desde então, foi uma sequência de vagabundagens através do mundo, de países, povos, costumes. Mas o drama dos famintos de Cabo Verde sempre me perseguiu como uma obsessão pecaminosa. Achava inadmissível eu estar vivo fora de Cabo Verde, não podendo gritar para os outros aquilo que se passava nas nossas ilhas. Por isso tudo, fiz para publicar o livro, já no Brasil, e espalhá-lo por várias partes: só em Portugal entraram 2000 exemplares, clandestina-mente, é claro.

E hoje, após tantos anos, chego a Portugal precisamente no mês em que se publica a primeira edição do livro. A minha missão está cumprida.

Que representa para si este regresso, como o sente?

Para mim, o regresso a Cabo Verde representa acima de tudo uma espécie de compensação. Tantos anos de afastamento compulsório! Como intelectual, fiz tudo quanto era possível para bem da minha terra. Como técnico não fiz nada: estive só aprendendo. Vou agora dar a minha contribuição técnica para o futuro de Cabo Verde, dentro das minhas possibilidades e limitações. Vou portanto trabalhar como técnico. Mas, como sempre fiz, aproveitarei os meus tempos livres para fazer outra coisa. O arquipélago é um cadinho de famílias humanas de grande valor para estudos antropológicos. Cada ilha deve ser vista isoladamente.

Já concluí um trabalho que deve ser considerado como o primeiro volume de uma obra que tentarei agora terminar: «Etnografia cabo-verdiana». Se

mais tenho a desejar.

Como concilia essas duas actividades?

Fui para o Brasil como técnico da indústria salinera. Mas continuei as minhas fugas literárias, perfeitamente possíveis nas noites silenciosas das salinas. Regresso a Cabo Verde para trabalhar na indústria salinera, que se encontra num nível muito inferior àquele em que se podia encontrar. Vou a convite, como disse, do P. A. I. G. C. de um dos meus amigos de infância, Aristides Pereira. Fazer um estudo preliminar, para depois chegar a uma modalidade, um projecto que possa realmente transformar a indústria salinera cabo-verdiana numa realidade. Portanto, a minha primeira obrigação é técnica — mas os meus estudos sempre foram feitos assim, sempre foram o resultado dos tempos livres,

abertas a uma nova literatura cabo-verdiana?

Acredito que o sector cultural, devidamente organizado, mais tarde ou mais cedo atrairá a si todos os elementos que constituem autênticos valores patrimoniais. Quando falo de organizar, penso por exemplo de uma editora cabo-verdiana, que permita a divulgação, o confronto, do que já se manifestou e do que ainda se encontra na obscuridade. Desse confronto nascerá uma nova vanguarda literária cabo-verdiana.

Se bem que não seja um especialista, penso que a língua, o idioma, é o maior instrumento aglutinador da família humana — e por isso escrevi «Nêgrume». Hoje, posso afirmar que quando escrevo no «linguajar» da minha terra, sou muito mais autêntico do que quando emprego qualquer outro idioma. Eis porque há uma necessidade de se desenvolver uma espécie de nova escola, em que se proporcione aos jovens padrões definidos no emprego da escrita cabo-verdiana para atingir novas modalidades estéticas.

Muitos cabo-verdianos, nomeadamente os intelectuais, escritores, poetas, espalharam-se pelo mundo. Não teme uma espécie de desintegração da cultura cabo-verdiana?

Embora não haja qualquer segregacionismo da sua parte, a verdade é que, em todos os países onde estive, o amor dos cabo-verdianos à sua terra é tão grande, tão enraizada, que mesmo no estrangeiro e após largos anos, cada família, na sua intimidade, no seu lar, ep um minúsculo Cabo Verde. Isto através da música, da alimentação, dos costumes e, sobretudo, da língua. O cabo-verdiano é um cidadão do mundo, porque se adapta em toda a parte — mas sem perder a sua «tronicidade», isto é, a sua qualidade, as raízes do tronco.

Por isso acredito na cultura de Cabo Verde, ao mesmo tempo universal e de raízes profundamente mergulhadas na terra.



Luís Romano com Manuel Ferreira

conseguir e tiver meios para levar a cabo tal missão etnográfica, sem prejudicar a minha actuação técnica, nada

que para mim são tempos de pesquisa. Excepto «Famintos», que escrevi em Cabo Verde.

E que sabe das perspectivas

PRENSA INDUSTRIAL PRECISA-SE

- Em regime de aluguer, ou
- Em regime de ocupação e tempos, ou
- Com garantia de colocação das obras produzidas.

Grande empresa nacional pretende produzir ou obter fornecimento de trabalhos e obras de esmaltagem em chapas de aço, sendo necessário para o efeito, «prensa» com as seguintes características:

- Capacidade: 8800 toneladas
- Potência de êmbolos: 400 toneladas
- Estrado: 3000×1900 mm.
- Moldes: 2400×1500 mm.

Damos preferência às empresas que disponham dos equipamentos necessários e que estejam interessadas em produzir com garantias prévias de colocação da sua produção. Respostas a este jornal ao n.º 1566.

Sindicatos dos Operários Metalúrgicos do Distrito de Setúbal

ALMADA — BARREIRO — SETÚBAL
ELEIÇÃO — 1975

COMUNICADO

Comunica-se a todos os sócios deste Sindicato, que a Assembleia Eleitoral se realiza no dia 26/4/75, das 8 às 24 horas, distribuindo-se as secções de voto nos locais abaixo indicados:

- Secção N.º 1
BARREIRO Sede do Sindicato
Rua Miguel Pais, 35-A
- Secção N.º 2
SEIXAL Sociedade Filarmónica União Saixelense
Rua D. Maria II, 21-23
- Secção N.º 3
SESIMBRA Ginásio Sede
Avenida da Liberdade
- Secção N.º 4
MONTIJO Sociedade 1.º de Dezembro
- Secção N.º 5
SETÚBAL (F. N. A. T.)
- Secção N.º 6
SETÚBAL Camarinha
- Secção N.º 7
SETÚBAL M. J. T.
- Secção N.º 8
ALCACER DO SAL Filarmónica Sociedade Amizade
(Calceteira)
- Secção N.º 9
ERMIDAS DO SADO Casa do Povo
- Secção N.º 10
SANTIAGO DO CACÉM Casa do Povo
- Secção N.º 11
ALMADA Sede do Sindicato
R. Moçambique, 6-A - Cova da Piedade
(Traseiras da Isoletas)
- Secção N.º 12
ALMADA Sede do Sindicato
(Traseiras da Isoletas)

SINDICATO DOS PROFESSORES

Zona da Grande Lisboa

O 13.º MÊS NO ENSINO PARTICULAR

Com a presença do Ministério do Trabalho e do Ministério da Educação, foi assinado um acordo pelo Sindicato dos Professores no dia 21 de Abril de 1975, que estabeleceu o pagamento do 13.º mês do ano transacto a todos os professores do Ensino Particular.

Este acordo vem na sequência das negociações encetadas em Dezembro último.

Chamamos a atenção que no próximo dia 28 de Abril se realiza um Plenário para a aprovação do C. C. T. É necessária a comparência de todos os trabalhadores do Ensino Particular.

Assina: A COMISSÃO DIRECTIVA

PRETENDE-SE ALUGAR ANDARES EM PRÉDIO NOVO

Para instalação de serviços públicos, no total de 1.000 a 1.200 m², mesmo em acabamentos, para serem divididos de acordo com as necessidades dos Serviços.

Zona entre a Avenida da Liberdade e Rua Rodrigo da Fonseca.

Na resposta indicar o preço do aluguer mensal por m², áreas e outras indicações julgadas convenientes.

Resposta a este jornal, n.º 1565.

Nacional

Portugal num colóquio da O.I.T.

Portugal será um dos países participantes num encontro a nível europeu promovido pela OIT para o estudo da igualdade de oportunidades e de tratamento dos trabalhadores na região europeia.

Participarão no encontro 18 especialistas, representando, por grupos de seis, os Governos, as organizações representativas dos empregadores e dos trabalhadores — de acordo com o princípio da paridade tripartida que orienta a OIT.

Os participantes foram con-

vidados pelo conselho de administração da OIT e ocupar-se-ão especialmente da situação dos trabalhadores migrantes, das mulheres e dos trabalhadores na terceira idade, no que respeita à igualdade de oportunidades e de tratamento em relação aos outros trabalhadores.

Foi convidado para participar neste encontro um técnico da Confederação da Indústria Portuguesa, especialista em matéria de emprego e membro da Divisão de Estudos da CIP, o dr. Luís Morales.

SINDICATO DOS PROFESSORES

ZONA DA GRANDE LISBOA

ENSINO PARTICULAR

Convocam-se todos os professores sindicalizados de todos os Sectores do Ensino Particular, para uma reunião plenária no dia 28, às 21.30 horas, no Anfiteatro UM da Faculdade de Letras, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Informações
2. Aprovação do Contrato Colectivo de Trabalho.

NOTA: 1. É necessário que todos os professores tragam identificação que os identifique como docentes.

2. Devem todos os professores dirigir-se ao Sindicato a fim de regularizar os cartões sindicais.

A COMISSÃO DIRECTIVA PROVISÓRIA

Lisboa, 18 de Abril de 1975

CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ABONO DE FAMÍLIA DO DISTRITO DE SETÚBAL

COLÓNIA DE FÉRIAS INFANTIS

Avisam-se os beneficiários desta Caixa que se encontra aberta até ao dia 26 de Abril a inscrição de filhos de beneficiários, dos SETE AOS ONZE ANOS, FEITOS ANTES DO RESPECTIVO TURNO, que queiram frequentar as colónias de férias infantis no corrente ano, conforme plano estabelecido pelo Instituto de Obras Sociais.

Para qualquer esclarecimento sobre o assunto, podem os interessados dirigir-se a esta Instituição, dentro das horas de expediente.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

SILENCIOSOS E TUBOS DE ESCAPE BORTOX



Substituições em menos de 60 minutos!...

na Rua do Arco do Carvalho, 75-A — Telef. 65 07 63
e Rua de Entrecampos, 10-A — Telef. 76 90 84

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

Informam-se os habitantes de Algueirão Mem Martins e das povoações próximas, que no dia 26 de Abril/75, o Mercado da referida povoação vai ser transformado num «Mercado Saloio», com a comparência dos produtores da região. Pedindo assim a Câmara à População destas localidades que, no seu próprio interesse, compareça à referida Inauguração a fim de possibilitar, **Maiores Vendas a Preços Mais Baixos.**

FINALMENTE, FEZ-SE JUSTIÇA

O POVO DO PRÉSTIMO FOI QUEM MAIS ORDENOU

Reportagem de JOSÉ NAIA

«Se em Lisboa há um Conselho da Revolução do M.F.A. aqui, nesta terra do Préstimo sempre houve revolução para que os Serviços Florestais nos dessem aquilo que nos tiraram em 1938, ou seja 2220 hectares de terrenos que nos pertenciam, submetendo ao seu regime os terrenos baldios de toda esta gente de Talhadas e do Préstimo e fazendo fugir para o estrangeiro e para outros centros as pessoas válidas desta e de outras freguesias. Mas eles nunca nos fizeram calar, nunca nos vergaram. E desde essa data longínqua que nos batíamos para que esta hora chegasse».

Assim nos falou o sr. Manuel Ferreira Bastos, um homem do Préstimo, terra serrana do Alto Vouga, que soube, através da união dos camponeses serranos, conduzir a luta pelo melhor caminho até que fosse feita a justiça.

«Os velhos não eram ouvidos, porque, de outro modo, o que hoje se conseguiu já teria vindo há mais tempo. Já os Serviços Florestais teriam restituído as nossas terras usurpadas abusivamente, todas elas matriciadas e outras inventariadas pelos seus legítimos donos», diz-nos Ferreira Bastos.

O «Diário de Lisboa» durante vários anos acompanhou o esforço, ora isolado, ora timidamente esboçado em conjunto, das gentes das Talhadas e do Préstimo. Ainda há pouco tempo noticiámos que iriam finalmente ser restituídos aos legítimos donos os terrenos demarcados pelos Serviços Florestais para além dos que lhe pertenciam. Fizeram-se inúmeras exposições. Mas a Câmara de Agueda, o Governo Civil ou o Terreiro do Paço não davam seguimento a essas humildes mas justas reclamações.

«Finalmente — continua Ferreira Bastos — em 1970, as Talhadas voltaram à luta. Agora tudo estava organizado, já sem medo. A força começava a fazer-se sentir e começámos a ver que a coisa desta vez pegava. E fomos lá ver como era. Traçámos então o nosso caminho. Reunidos todos elementos e esquecemos de uma vez para sempre o dr. Valle Guimarães e o dr. Manuel Homem de Melo, que só nos davam palmadinhas nas costas e sorrisos em tempos de eleições e enviámos tudo ao Marcello Caetano. Já não acreditávamos em ninguém».

Importa lembrar que o «Diário de Lisboa» esteve presente numa célebre reunião — a última em que publicamente esteve o dr. Valle Guimarães — e em que o povo de Talhadas, mercê da sua firmeza obteve uma meia vitória, com o reconhecimento governamental da sua razão. Mas o povo do Préstimo não teve a mesma sorte. Ninguém lhe respondeu e até a sua exposição veio a aparecer nas mãos do presidente da Junta, sem saber como e porquê.

E, no entanto, continuavam em jogo os poucos haveres de toda aquela gente. Os poucos haveres que representavam tudo para si. E que ao fim e ao cabo eram muito.

Vejamos: só no Préstimo seriam uns 800 hectares que estavam em poder dos Serviços Florestais. Sabendo-se que os terrenos são óptimos, naquela zona, para a plantação dos eu-

caliptos e que estes, ao fim de dez anos, começam a dar rendimento e que um hectare rende, nesse espaço de tempo, cerca de 100 000\$00, fácil é ver quanto dinheiro deixou, durante estes longos anos, toda aquela gente de receber.

VÃO VOLTAR OS EMIGRANTES

«A vida aqui é duríssima, trabalha-se muito para se ter pouco, mas se nos dessem aquilo que é nosso já ninguém sairia daqui. Assim vamos amanhã a terra e servindo a Junta de Freguesia até que venham outros dias. Outros dias que finalmente parece que chegarão. O nosso povo é muito unido, nunca nos calámos, fizemos agora mais força e, como o sr. Manuel Ferreira Bastos nos conduziu bem, a vitória foi difícil mas foi nossa. E já sabemos que muitos dos que têm filhos, maridos e parentes lá fora irão escrever para que venham para aqui, pois melhores dias se avizinham».

Este o depoimento que, em plena serra, nos prestaram Armando Ferreira Santos e Moisés dos Santos. Outro motivo de agrado para toda a freguesia: anda-se a fazer o levantamento de postes para que a luz eléctrica seja um facto lá para os fins de Maio.

Continuemos no entanto com o caso dos baldios, dos logradouros comuns como aquela gente denomina os terrenos que eram seus e que não podia amanhá-los. E de tal maneira isso os amargou que os lugares da Quinta da Ribeira, Sernadinha e Vale do Lobo ficaram despovoados, deixando praticamente de existir.

«Quando surgiu o 25 de Abril, que todos já esperávamos há tanto tempo, talvez como ninguém neste País, tanto o nosso sofrimento e a nossa miséria, fomos de peito aberto para a luta. Sabíamos que agora iríamos ser ouvidos, finalmente».

Voltemos a Manuel Ferreira Bastos:

«Os Serviços Florestais, todavia, andavam com manobras esquisitas e numa reunião que tivemos com eles não apresentavam os mapas que desejávamos, e que eram os que demonstravam os terrenos submetidos. Mas, mesmo assim, conseguimos dizer o que queríamos e fizemos uma exposição ao secretário de Estado da Agricultura. Ela seguiu no dia 6 deste mês. Nessa exposição pedíamos a restituição imediata dos logradouros comuns quer despovoados, quer os povoados espontaneamente. Pedíamos a restituição dos terrenos particulares ocupados pelos Serviços Florestais situados dentro dos terrenos de sementeira. E dizíamos nessa exposição de que se o povo não obtivesse resposta até ao dia 19 de Abril a vontade de todos nós estava traçada: no dia imediato removeríamos os marcos, colocando os mesmos entre a linha divisória de sementeira e os logradouros».

ELOGIADA A ACÇÃO DO GOVERNADOR CIVIL DE AVEIRO

«Agora confiávamos nas pessoas e não nos esquecemos de pedir a intervenção do dr. Neto Brandão, governador



civil de Aveiro. E podemos dizer, todos nós, que foi em boa hora que o fizemos, pois, entregando-lhe toda a papelada que aqui na Junta existia desde 1938, na terça-feira última, o chefe do distrito, mesmo apelando para a nossa calma e ponderação, para o caso de não serem coroadas todas as suas delícias, o certo é que, já no domingo, quando estava toda a população reunida para se tornar realidade a nossa determinação expressa no documento enviado ao secretário de Estado, o certo é que o sr. dr. Neto Brandão, acompanhado por mais dois funcionários da Administração Geral dos Serviços Florestais e do novo administrador da Circunscrição de Coimbra veio dar-nos uma grande alegria de que, finalmente, os terrenos nos eram restituídos, podendo começar a fazer-se a demolição dos velhos marcos».

Não estivemos lá, mas sabemos que foi festa rija, aquela que houve a seguir, em todas as povoações que compõem a freguesia. E ontem de manhã, três brigadas começaram esses trabalhos em Vale de Égua, Pousadas e Cambra, esperando-se que em quinze dias, se o tempo permitir, tudo fique concluído. Depois irá haver uma reunião plenária para se fazer a partilha, ou não, dos terrenos. E dizemos «ou não» porque há quem opine que o povo não deveria retalhar os terrenos mas sim unir-se, associando-se para que o rendimento fosse maior.

Uvimos sobre o assunto o mestre florestal e chefe de uma das brigadas, sr. Adelino Fernandes, de Vouzela, que nos deu a sua opinião: «Embora nunca deixando de reconhecer o direito que a esta gente cabia, acho que todos eles se deveriam unir e amanhá-lo em comum, para que o rendimento a tirar fosse maior, pois há pouca gente nestas terras. Mas, se assim não acontecer, será bom que fique expresso que a terra não poderá ser vendida, pois tudo voltaria ao mesmo ou ainda pior. Que ela passe de pais para filhos e que se lembrem todos que é preciso encher esta terra de gado, como antigamente, pois bem dele precisamos, já que as terras não dão para comer e, se ficamos só à espera que a floresta nos resolva todos os nossos problemas, estamos bem aviados da vida».

Soubemos, ainda, que os Serviços Florestais vão dar 60 por cento do rendimento da sua floresta aos habitantes daqueles lugares e que os restantes 40 por cento não cobrem as despesas que o Estado fará para manter em bom estado e ritmo de crescimento a floresta do alto Vouga, tão martirizada pelos fogos dos últimos anos.

Nacional

Rectângulos

Maria Judite de Carvalho

ALDEIAS DE GENTE SÓ

Vieram um dia num comboio chamado esperança. Alguns. Outros saíram de casa porque os pais não os compreendiam. Eram de outra geração, às vezes de outra cultura, de outro mundo, os pais. Mas todos eles sonhavam, com uma coisa chamada independência, com um andar ou um pequeno apartamento, enfim, uma casa sua.

Muitos deles nunca irão possuir essa casa tão desejada. Aqueles em quem estou a pensar não casaram, ou divorciaram-se, separaram-se ou enviuvaram. E viver só não é tão fácil! Tão atraente como lhes parecera naquele tempo. E, logo, a tantos deles, num pequeno quarto com vista para o prédio em frente. Enquanto esperam. O quê? Quem? Quando serão libertos? Esperam, é tudo, nesses grandes e velhos andares lisboetas, do tempo das famílias numerosos e das rendas baratas, transformados em pensões dormitórios verdadeiras aldeias de gente só. Acabam por se conhecer todos, por saberem a vida uns dos outros. Como nas aldeias de onde — algures, pelo menos — chegaram um dia, no tal comboio que lhes parecera verde. De vez em quando há um transitório, porque é estudante, por exemplo, e um dia destes a sua vida vai mudar. Mas os outros? Mas aquela mulher divorciada (ou abandonada), e o cavalheiro respeitável, e a dactilógrafa, tão feiúra e o rapaz que manda tudo o que ganha — quase tudo — à mãe, para ajudar a criar os irmãos, e a senhora viúva, sempre a ler os pequenos anúncios do jornal, sempre a suspirar de desalento porque já não tem, pelos vistos idade de trabalho? Aldeias de gente só. Quantas haverá nesta cidade desumanizada?

A DERROTA AMERICANA

Continuação da pág. 3

soldados inimigos e levá-los a desertarem, voltando, se necessário, as armas contra os seus oficiais. Este trabalho foi efectuado desde o começo da guerra. No entanto, tanto o trabalho político como o de persuasão foram consideravelmente aumentados depois da assinatura do Acordo de Paris. Sob a óptica de Thieu — mesmo apesar do seu ministro dos Negócios Estrangeiros ter assinado o documento — havia motivos para impedir a sua publicação na imprensa controlada por Saigão. Nas mãos dos habilidosos propagandistas da FLN, o texto do Acordo de Paris era uma arma poderosa na persuasão das tropas de Saigão de que não havia razão nem para matarem nem para serem mortos. Os frutos deste longo trabalho, paciente e perigoso, estão a ser colhidos durante a actual ofensiva, com unidades inteiras a mudar de campo, com armas, ou a abandonar as armas e a regressar às suas aldeias.

Embora os acontecimentos

MONUMENTO A HUMBERTO DELGADO

Em Cela Velha (Alcobaça) está aberto o concurso para a realização de um monumento ao general Humberto Delgado, terminando o prazo de entrega dos modelos às 17 horas do dia 3 de Junho próximo, na Sociedade Nacional de Belas-Artes, à Rua Barata Salgueiro.

A realização deste monumento corresponde à expressão do desejo do povo de Cela Velha que, para o erigir, se mobilizou, voluntariamente, para prover ao seu custo, dando assim um exemplo de como a vontade popular quis corresponder à dignidade de uma grande figura da nossa política antifascista.

Na S. N. B. A. patentes, ao dispor dos concorrentes, as normas do concurso.

tenham provado que nem Nixon, nem Kissinger, tinham qualquer intenção de pôr em prática o Acordo de Paris, depois dos Estados Unidos repatriarem os seus soldados, eles subestimaram o efeito que o texto do Acordo teria no povo do Vietname do Sul e nas Forças Armadas sob controlo de Thieu. Morriam mais soldados por dia depois da assinatura do Acordo de Paris do que antes, sempre em acções militares que o violavam.

A tarefa dos homens da propaganda do GRP era explicar aos soldados de Saigão que os mandavam morrer inutilmente, quando, de acordo com um acordo internacional, assinado pelo seu próprio Governo deveriam regressar às suas famílias ou, pelo menos, executar tarefas de paz nos seus quartéis. Era um trabalho de propaganda muito fácil.

Washington tenta actualmente fornecer uma elaborada explicação sobre o modo como as forças de libertação capturaram, no vasto complexo de bases aéreas de Danang, cerca de 300 aviões e helicópteros e milhões de dólares de munições. As razões até agora fornecidas são inconsistentes: por exemplo, afirmar que Saigão está a ser batida porque o Congresso recusou fundos extra para a continuação da

guerra. A quarta maior força aérea do mundo, diz o Pentágono, não entrou em acção porque os comandantes recearam que os aviões «perdidos ou danificados» não pudessem ser substituídos. A verdadeira razão da passividade da Força Aérea de Saigão residirá no trabalho de propaganda do GRP levado a cabo entre os pilotos e as tripulações de terra.

Saigão perdeu porque a esmagadora maioria de soldados e da população sob o seu controlo está farta e cansada da guerra e da corrupção do regime repressivo que insiste em manter.

Nenhuma imagem de «refugiados a fugir do comunismo» ou de «invasores norte-vietnamitas» pode esconder esse facto.

O jornalista francês Paul Léandry foi morto pela Polícia de Saigão porque se atreveu a revelar uma verdade fundamental: a cidade de Ban Me Thot na zona dos planaltos centrais, cuja queda precipitou a derrota do Exército de Saigão, foi ocupada pelas guerrilhas locais e não por «invasores norte-vietnamitas».

Um mito monumental foi criado — que o regime de Thieu era forte com o seu Exército «made in USA». Efectivamente, o único apoio — e que hoje já escasseia — de que Thieu dispõe, é o do Pentágono, da Casa Branca e do secretário de Estado.

REUNIÃO SOBRE GEOTERMIA PROMOVIDA PELA N.A.T.O.

Está projectada para Agosto ou Setembro próximos uma reunião, nos Açores, dos cientistas ligados ao Projecto de Energia Geotérmica, uma iniciativa do Comité dos Desafios à Sociedade Moderna, instituído no âmbito da N. A. T. O. O DL deu em devido tempo uma notícia de Bruxelas e oriunda de fonte norte-americana, na qual se dava a entender que estava em preparação um estudo conjunto sobre geotermia por parte dos Estados Unidos e de Portugal. Em contacto com o professor Dias Agudo, director da Junta Na-

cional de Investigação Científica e Tecnológica, obtivemos alguns esclarecimentos que servem, até certo ponto de rectificação. Assim, na reunião projectada, Portugal aparecerá como país co-piloto; sendo os E. U. A. o país piloto do Projecto em causa. Estão interessados no projecto, neste momento, além de Portugal, dos E. U. A. e de outros membros da N.A. T. O., os países sensíveis às questões de geotermia. São eles o México, o Japão e a Nova Zelândia.

Informou o professor Dias Agudo que o projecto de Ener-

Escritores em congresso nos dias 10 e 11 de Maio

A Associação Portuguesa de Escritores mantém as datas de 10 e 11 de Maio para a realização do seu congresso, segundo confirma em nota distribuída à imprensa.

De acordo com a mesma nota, houve «alguma celeuma, pruridos e dúvidas dispersas por alguns periódicos e concentrados em conhecido semanário», mas o congresso «continua a suscitar o maior interesse nos meios intelectuais portugueses».

O «conhecido semanário» que a A.P.E. não cita é o «Ex-

presso», onde alguns dos maiores escritores portugueses publicaram artigos de crítica quanto à organização do congresso, sua oportunidade, etc., direito que, como membros da A.P.E. e interessados na cultura portuguesa, dificilmente poderá ser-lhes contestado. Antes pelo contrário, o interesse crítico demonstrado revela um empenho digno de elogio.

Segundo a mesma nota da A.P.E., deram entrada 56 depoimentos, «tendo alguns escritores contribuído com diversos textos».

A poupança de energia nas fábricas

No âmbito da campanha de poupança de energia lançada pela Secretaria de Estado da Indústria e Energia, as Companhias Reunidas Gás e Electricidade enviaram a todas as unidades industriais um «mapa de recomendações», elaborado em colaboração com aquele departamento do Estado.

Entre as medidas preconizadas nesse documento, e destinadas ao sector industrial, contam-se as seguintes: «Adoptar horários de trabalho ou outras acções de forma a diminuir as

pontas de consumo de energia eléctrica, bem como nos transportes».

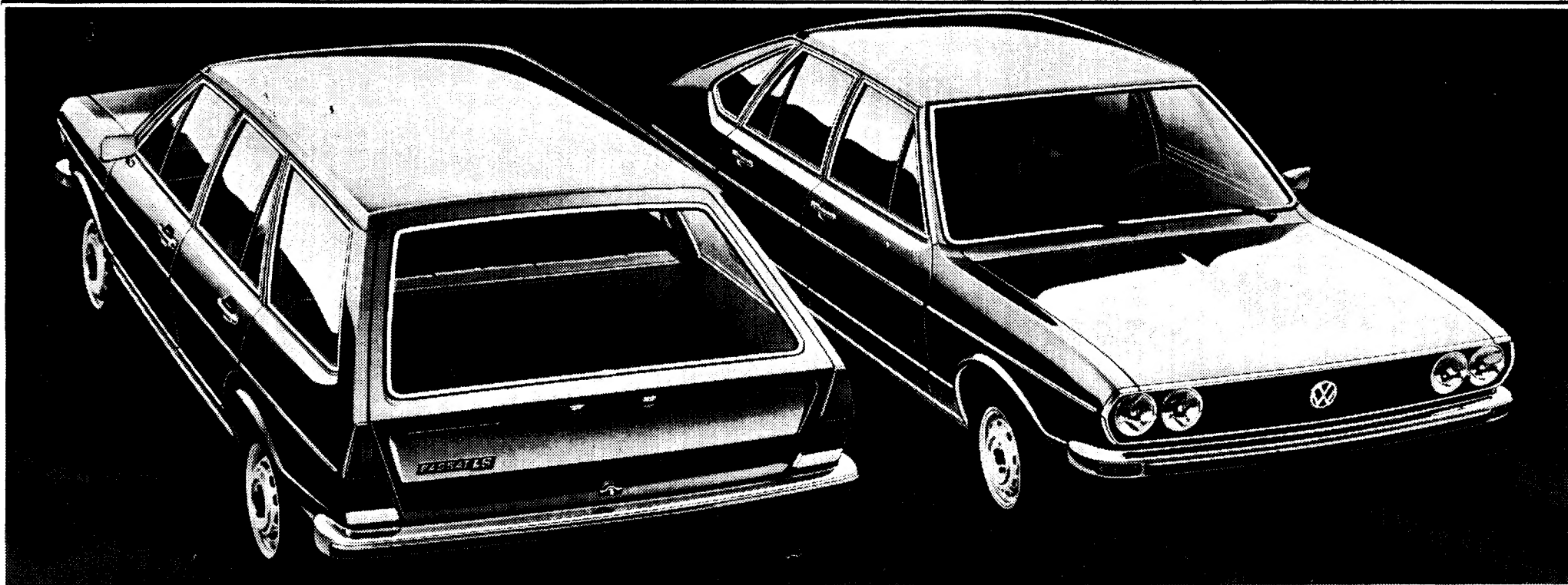
Evitar horários de trabalho que impliquem descontinuidade de laboração de instalações industriais, com arranque exigindo consumos importantes de energia. Reduzir ao mínimo possível os consumos de iluminação e dos sistemas de aquecimento de ar condicionado quer por actuação directa, quer no isolamento das instalações e edifícios. Fomentar a introdução de processos industriais e equipamentos mais eficientes, utilizando-os por forma a eliminar os consumos supérfluos designadamente os de energia reactiva e outras perdas».

DE QUEM SÃO OS ARTIGOS?

Na secção de Justiça da Polícia de Segurança Pública de Lisboa, edifício do Governo Civil, Rua Capelo, 13, encontram-se depositados um relógio eléctrico, um porta fotografias, um manómetro de temperatura, um boneco de borracha e uma saboneteira, provenientes de furto.

As pessoas lesadas em tais furtos devem comparecer o mais breve possível naquela secção, com vista ao reconhecimento dos mesmos.

gia Geotérmica data já de Agosto de 1973, com a realização de uma reunião de peritos na Califórnia, à qual esteve presente um delegado português. As outras reuniões tiveram lugar em Abril de 1974 na Nova Zelândia e em Setembro do mesmo ano em Los Alamos (Novo México). A marcação de novo encontro para os Açores resultou de proposta norte-americana, a qual segundo o professor Dias Agudo viria ao encontro do eventual interesse, por parte de Portugal, no aproveitamento dos fluidos geotérmicos para produção de electricidade.



Passat: Técnica e Styling

O que resulta da técnica e do styling é: alta performance, segurança e elegância. E ainda: conforto e economia. O Passat é económico, porque, quer seja conduzido suave ou desportivamente, mantém sempre níveis de baixo consumo.

Passat encontra-se disponível nos seguintes modelos: Passat Conduíte: «L» (60 cv) 2 e 4 portas; «LS» (75 cv) 2 e 4 portas; «TS» (85 cv) 2 portas e agora também na versão de 4 portas. Passat Variant: «S» e «LS» (75 cv).

Um carro com a tradicional qualidade e assistência VW. Um VW é um bom investimento.

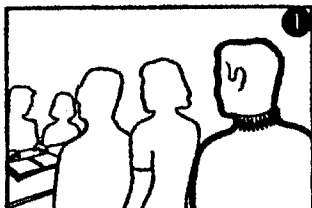
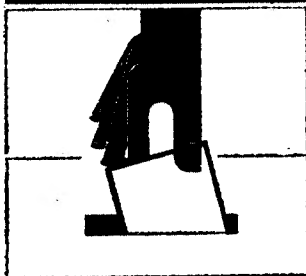


Volkswagen «Portugal» Automóveis, Lda • E Agentes em todo o país

Nacional

VOTAÇÃO DAS 8 ÀS 19 HORAS

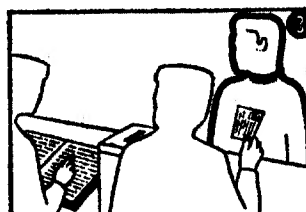
GUIA PRÁTICO DAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE



Com paciência e compostura, terá que aguardar na fila. Não poderá ultrapassar, nem ser ultrapassado, excepto pelos delegados das listas, ou seus suplentes devidamente credenciados. Contudo, deverá ser humanitário, facilitando indivíduos doentes, diminuídos, ou ainda mulheres grávidas, etc.



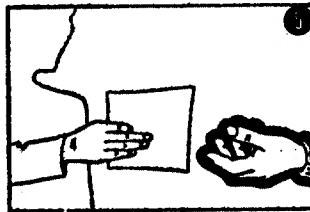
Quando todos os que estavam à sua frente, tiverem votado, chegando a sua vez, o eleitor diz o seu nome ao presidente da mesa apresentando-lhe o Bilhete de Identidade ou, na falta deste, outro documento que o identifique



O escrutinador verifica se o eleitor está inscrito no caderno eleitoral



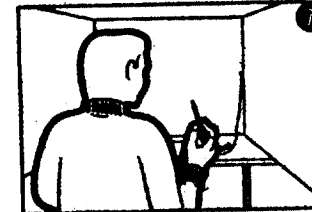
O presidente, devolve o Bilhete de Identidade ou outro documento que o identifique, dirá o nome do eleitor em voz alta...



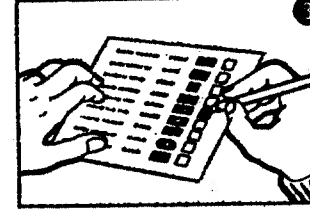
...ao mesmo tempo que lhe entregará um boletim de voto



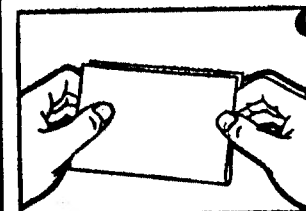
O eleitor, dirige-se então para uma das 2 câmaras de voto



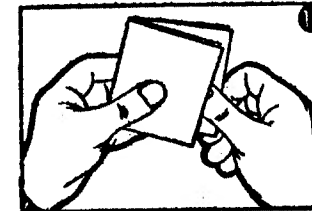
Aí verifica se o boletim não tem qualquer sinal ou rasura escrita por outra pessoa...



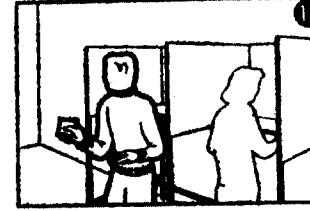
...e marca, com uma cruz, no quadrado respectivo, o partido da sua preferência (aquele que em sua consciência melhor poderá servir os interesses da maioria dos portugueses).



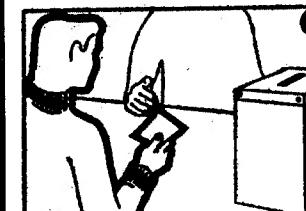
Ainda na câmara de voto, dobra o boletim ao meio, deixando a parte branca para fora...



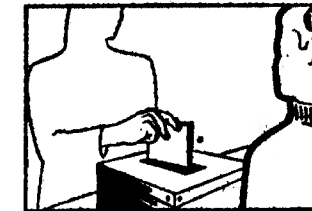
...e depois, novamente ao meio, (cruzando o vinco da primeira dobra) formando quatro partes



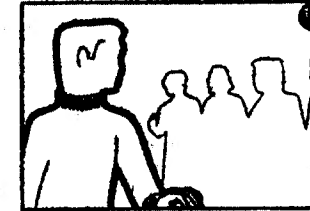
Sairá da câmara de voto, regressa junto da mesa...



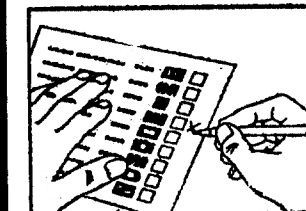
...e entrega, o boletim dobrado, ao presidente;



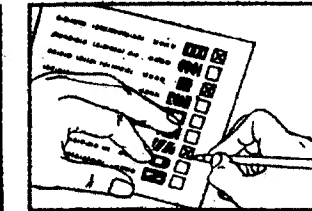
este introduzirá o boletim numa caixa que ali se encontra (uma caixa preta com uma abertura apropriada na parte de cima e que deve estar colocada sobre uma mesa à sua frente)



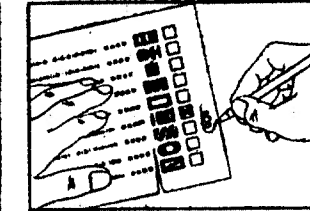
Retira-se então do local



Será branco ou nulo o voto, se o eleitor marcar a cruz fora, de qualquer dos quadrados respectivos e se o boletim for assim entregue



Se o eleitor tiver feito mais de uma cruz nos quadrados do boletim entregue, o voto será nulo



Se rabiscou qualquer desenho, escreveu qualquer palavra, ou fez um corte no boletim que entregou, o voto não contará, será também nulo

Atenção, leitor: para além das indicações contidas no Guia Prático das Eleições que reproduzimos ao lado, há ainda alguns pormenores que convém não esquecer. Por exemplo: a cada eleitor somente é permitido votar uma vez e o direito de sufrágio só pode ser exercido pelo cidadão eleitor, não sendo consentida representação senão para casos muito especiais.

Ninguém pode ser, sob qualquer pretexto, obrigado a revelar o seu voto e, dentro da assembleia de voto e fora dela, até à distância de 500 metros, ninguém poderá revelar em que lista vai votar ou votou. Os cegos não interditos por sentença votarão acompanhados de um cidadão eleitor de sua escolha que garantirá a fidelidade de expressão do seu voto e ficará obrigado a absoluto sigilo.

A admissão de eleitores na assembleia de voto far-se-á das 8 às 19 horas e depois desta hora apenas poderão votar os eleitores presentes. Compete ao presidente da mesa, coadjuvado pelos vogais desta, assegurar a liberdade dos eleitores, manter a ordem e, em geral, regular a polícia da assembleia, adoptando para esse efeito as providências necessárias. Entretanto, não serão admitidos na assembleia de voto e serão mandados retirar pelo presidente, os cidadãos que se apresentarem manifestamente embriagados ou que forem portadores de qualquer arma. É proibida toda a propaganda dentro das assembleias eleitorais e fora delas até à distância de 500 metros. O presidente da assembleia eleitoral deverá mandar sair do local onde ela estiver reunida os cidadãos que aí não possam votar, salvo se se tratar de candidatos e mandatários ou delegados das listas.

Ao mesmo tempo, não é permitida a presença de qualquer força armada nos locais onde se reunirem as assembleias de voto, num raio de 100 metros. O eleitor, se, por inadvertência, deteriorar o boletim, deverá pedir outro ao presidente, devolvendo-lhe o primeiro. O presidente escreverá no boletim devolvido a nota de «inutilizado», rubricando-o e conservando-o consigo. Qualquer eleitor inscrito na assembleia de voto, ou qualquer dos delegados das listas, poderá suscitar dúvidas e apresentar, por escrito, reclamação, protesto ou contraprotesto relativo às operações eleitorais da mesma assembleia e instruí-lo com os documentos convenientes. A mesa não poderá negar-se a receber as reclamações, os protestos e os contraprotestos, devendo rubricá-los e apensá-los às actas.

MENSAGEM DE COSTA GOMES

Continuação da pág. 1

cutíveis para sublinhar o amplo contributo dos esforços sérios de acção didáctica e esclarecimento democrático que sublevaram realizar.

Mereceram um voto de esperança na democracia pluralista do socialismo português em gestão.

Fechemos aqui o balanço do passado próximo e reportemo-nos ao futuro imediato, o exercício do voto no dia memorável de 25 de Abril de 1975.

Votar é um dever de consciência, votar conscientemente é um dever nacional.

Procuraremos todos com afinco estudar a decisão final, se ainda não a tivermos feito, com a certeza de que o essencial é exactamente esse esforço de procura, essa decisão como acto último da vontade política de um povo que quer ser livre.

Nas grandes crises políticas da nação, o povo português sempre decidiu com uma consciência intuitiva, que ultrapassou em validade a consciên-

cia racionalista de eleites amolecidas.

Eu acredito no progressismo empírico do povo que somos. Escolheremos entre os partidos autênticos que não barram a via socialista e que nos prometeram o pluralismo essencial ao exercício da liberdade.

Ao término, considerada indiscutível a necessidade de votar, desejo sublinhar também a extraordinária importância de que este 25 de Abril seja um dia onde imperem a ordem e a serenidade característica do povo português.

No plano nacional, o clima tranquilo, que todos esperamos, afastará fantasmas ideológicos; muitos privilegiados do antigo regime temem menos os prejuízos materiais do que os indefinidos terrores políticos que a ditadura inculcou no seu inconsciente colectivo.

No plano externo, o civismo calmo que todos esperamos recordará ao Mundo que meio século de ditadura não destruiu os valores sociais de oito séculos de história impar.»

As eleições portuguesas na política internacional

Continuação da pág. 1

concentração da jornalística de meios técnicos e humanos apenas verificada em acontecimentos considerados decisivos, como, por exemplo, as eleições presidenciais americanas, ou particularmente espectaculares, como as primeiras missões Apolo para a Lua.

De notar que, nos últimos dias, chegou a Portugal um tipo de jornalistas diferente daqueles que cá têm estado nas últimas semanas. O conhecimento do 11 de Março e as especulações e expectativas ambas em torno de eventuais acontecimentos graves tinham mobilizado sobretudo os especialistas da reportagem de sensação. Desde a semana passada, com a proximidade das eleições, têm chegado principalmente editoriais em questões políticas, não só ibéricas e mediterrâneas, mas também de relações Leste-Oeste. Para a maioria desses jornalistas presentes em Lisboa, a evolução da situação em Portugal, insere-se no contexto internacional, nomeadamente no conjunto das zonas de influência dos dois blocos. No caso dos jornalistas europeus é bem evidente que o que se passa ou vier a passar em Portugal lhes interessa de modo mais directo. Não é, assim, por acaso, que o país que mais jornalistas enviou a Portugal tenha sido a França, onde uma coligação de partidos conservadores se mantém dificilmente no poder desde há anos, face a uma esquerda que apesar das suas dificuldades em se unir se torna de escrutínio para escrutínio, cada vez mais ameaçadora. Para esses jornalistas, as eleições portuguesas serão mais que um teste ao regime de Lisboa. O que lhes interessa, quaisquer que sejam as suas posições políticas, é analisar a capacidade das forças ditas progressistas ou de esquerda para afirmarem a sua vocação para o poder através de um acto eleitoral. Porque, para a grande imprensa ocidental, assim como para os grandes partidos de esquerda europeus, a escolha sobre a via de acesso ao poder foi, há muito, traçada ou imposta pelas circunstâncias: é a via eleitoral e nela assentam todas as suas estratégias. O que se passa em Portugal interessa hoje a toda Europa, consciente de que a evolução da situação portuguesa será determinante para o seu futuro. O resultado destas eleições não será analisado em termos de contolo do poder. Mas a atitude do regime de Lisboa face ao resultado das eleições será julgada não só em função de um contexto puramente português, mas também tendo em conta as aspirações e uma esperança ainda difusa de que na velha Europa se possam ainda dar acontecimentos que modifiquem as regras do jogo da política mundial.

TV: 30 HORAS DE ELEIÇÕES

A E.N. apresenta, durante as 48 horas de cobertura, apenas dois programas nacionais de características extraordinárias. Para tal, e com a colaboração do R.C.P. e das demais emissoras regionais, foram mobilizados cerca de 200 profissionais de radiodifusão, distribuídos por 40 equipas de trabalho.

Amanhã estão previstas cinco transmissões simultâneas (com durações entre 15 a 60 minutos) em cadeia com o Rádio Clube Português.

Vastos meios técnicos e humanos da RTP serão entretanto utilizados para a transmissão de 30 horas consecutivas, através da sua cadeia nacional de

emissores para todo o território, ao serviço do público espectador. A RTP assegurará ainda um dispositivo técnico-operacional, capaz de permitir a difusão para o exterior de imagens e comentários, a cargo de enviados especiais de cerca de 30 organismos de Televisão da Europa, Ásia e Américas.

No plano nacional, a partir das 17 horas de amanhã e até cerca das 24 horas do dia 26, a RTP manter-se-á «no ar», sem interrupção.

Os mais variados meios de transporte, entre eles o avião e o helicóptero, serão utilizados para fazer chegar aos laboratórios de revelação de fil-

mes, aos núcleos técnicos de transcrição de som ou de injeção de «vídeo-tapes», etc., em Lisboa e no Porto, todo o material informativo que alimentará as emissões.

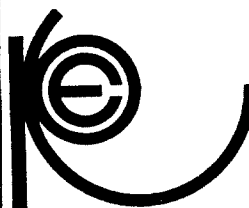
Quanto às transmissões para o estrangeiro de tipo unilateral — isto é, nas quais a RTP põe à disposição das suas congéneres os meios necessários, em máquinas e homens, para fazer chegar ao destino imagens injectadas a partir de Lisboa — estão já programados 27 períodos de emissão destinados a 18 países europeus (três deles da área da Intervisão: Rússia, Hungria e Alemanha Oriental; e um da Ásia, Israel).

Não contando com o próprio dia das eleições, as transmissões unilaterais serão utilizadas já hoje e no dia 26 por vários países. Treze países receberão programas hoje, enquanto no dia 26 esse número será de dezasseis.

"DIÁRIO DE NOTÍCIAS"

O «Diário de Notícias» vai publicar-se no próximo domingo por decisão dos seus trabalhadores ontem reunidos em plenário. A saída para a rua daquele matutino resulta apenas de considerandos de ordem política, nada tendo a ver com interesses económicos.

Aos clientes e amigos do



Escorial
Restaurante

PARA CUMPRIMENTO DO
DEVER CÍVICO O
RESTAURANTE ENCONTRA-
SE ENCERRADO AMANHÃ

Tribuna livre

Um monárquico responde a D. Maria Pia de Bragança

Em resposta à carta aberta aos monárquicos da sr. D. Maria Pia de Bragança, recebemos do sr. João Carlos Falcão Sincer o seguinte comentário:

«Os adeptos do PPM não gozam, na vida política portuguesa, de situação cómoda nem fácil que lhes permita entreter-se, em relação ao ideal que perfilham, com snobismos ou vaidades de salão.

«É óbvio que os monárquicos de salão, esses, ficaram de fora. Por amor ao ideal monárquico e ao interesse nacional, todos eles se incompatibilizaram com a causa monárquica para defrontar a ditadura salazarista e caetanista. Nas penúltimas e últimas eleições do regime deposto, os monárquicos independentes manifestaram, sem sofismas, o seu inconformismo político, que valeu de Marcelo Caetano a enormidade de proibir, na sua última campanha eleitoral, que eles concorressem ao sufrágio popular, marginalizando-os, assim, na vida política portuguesa. De resto, muitos desses monárquicos, a exemplo do autor destas linhas, passaram pela PIDE.

«A causa monárquica serviu a certos integralistas de segunda geração como trampolim para lugares de ministro e de secretário de Estado. Os monárquicos que formam o PPM nada têm a ver com esses senhores. Muito pelo contrário. Não aderindo à premissa de Salazar, segundo a qual a monarquia seria inoportuna, premissa essa aceite pelos monárquicos videirinhos (que fizeram carreira política), os monárquicos independentes proclamaram sempre a oportunidade da monarquia como o meio mais eficaz de resolver a problemática política de Portugal. E a força das nossas convicções aí acha o seu melhor testemunho.

«Aliás, este ponto de vista dos monárquicos independentes acha-se corroborado por quase cinquenta anos de férrea ditadura que, aliados a dezasseis anos de desordem política, demonstram a inviabilidade da forma republicana.

«Ante o panorama político que se nos depara actualmente e a escalada demagógica que vem subvertendo, dia a dia, as candentes e dolorosas realidades do País, pergunto eu: Onde está o poder independente que sirva de árbitro entre as facções e interesses desavindos? Onde está o poder que, livre de coacções ideológicas e despedido de etiquetas de partido, represente, efectivamente, a Pátria — não na sua realidade efémera mas na sua continuidade histórica, no seu substrato íntimo, na sua realidade de sempre?

«Só por isto, a ideia monárquica sobrevive através de correntes e de marés e encontra-se hoje na ordem do dia, se muitas outras razões a não engendrasssem».

LEGITIMIDADE POLÍTICA E DIREITO DINÁSTICO

«D. Maria Pia (de Bragança?) tem ideias bem divertidas e aberrantes sobre o princípio monárquico. Segundo ela, a monarquia acabou para sempre em Portugal, por ela ser a legítima representante da Casa de Bragança e de livre vontade renunciar aos seus direitos à coroa.

«Esta premissa é simplesmente carnavalesca.

«A ideia monárquica é um princípio político fundado, quase sempre, no direito histórico

(em alguns casos, não), a que se vem ligar, em segundo plano, um direito dinástico.

«Não lembra ao diabo que seja impossível instaurar ou restaurar a monarquia só porque o príncipe, detentor do direito dinástico, a ele renunciou.

«Quando os príncipes não existem, fazem-se!

«Mas está bem de ver que o príncipe detentor dinástico em Portugal não é D. Maria Pia (de Bragança?) e pelas razões que se seguem:

«O sr. D. Manuel II, antes de morrer, acordou com a sr. duquesa de Guimarães, regente pelo legitimismo durante a menoridade do sr. D. Duarte Nuno, o Pacto de Paris, segundo o qual, se aquele príncipe morresse sem descendência directa, seria seu primo legítimo herdeiro do direito dinástico.

«Também em 1927, D. Manuel II subscreveu um documento redigido pelo dr. Alberto Pinheiro Torres, em que se designava o sr. D. Duarte como príncipe sucessor.

«Não teria o rei Saudade» permissão de proceder como procedeu? Antepunha-se ao seu propósito qualquer artigo da Carta Constitucional de 1838 (?). Não, porque a Carta Constitucional de 1838 é um simples produto da imaginação de D. Maria Pia (de Bragança?). Nesse ano de 1838 vigorava a Constituição resultante do Setembrismo e não a Carta Constitucional que teve força de lei até à implantação da República.

«Pela Carta Constitucional que pude consultar na Biblioteca Nacional e que foi impressa em Inglaterra em 1832, a lei da sucessão estipula apenas que, extinta a descendência em linha recta de D. Maria II, se seguirá a colateral. Não quer isto dizer que não fosse decretado mais tarde o banimento de D. Miguel I e de sua descendência, que, aliás, por um lapso legislativo, deixou de figurar na Carta Constitucional reposta em 1842, perdendo, por isso, a força de lei. Foi-o, com efeito. Mas ao tempo do Pacto de Paris, o regime republicano havia retirado a vigência à Carta Constitucional e a acuidade do problema dinástico exigia, na altura, uma solução.

«Ora, por esse tempo que era D. Maria Pia (de Bragança?) senão uma ilustre desconhecida, a quem ninguém reconheceria o plano de princesa, vivendo algures em Itália e italiana ela também?

«O sr. D. Duarte Nuno, esse, passara já a representar não apenas a facção miguelista mas a corrente integralista. Não vá também sem mencionar que o príncipe D. Miguel II, pai do sr. D. Duarte, reconhecia, havia muito, a necessidade de modificações ao ideário absolutista.

«Pela morte do sr. D. Manuel II passou a ser também o representante dinástico do ramo liberal como consta da sua aclamação assinada pela quase totalidade dos representantes da monarquia liberal e também de uma proclamação do seu lugar-tenente, conselheiro João de Azevedo Coutinho, ele próprio individualidade preeminente do liberalismo.

«O casamento do sr. D. Duarte Nuno com a sr. D. Maria Francisca de Orleans e Bragança foi, no plano dinástico, o elo dessa conjunção de doutrinas. Simplesmente, a esse tempo prevalecia e por muito tempo viria a prevalecer a corrente integralista como infor-

madora da ideia monárquica.

Lembro, ainda, que o Pacto de Paris foi subscrito por uma personalidade tão liberal como era a de Aires de Ornelas.

«Se do mundo constitucional passarmos às velhas leis fundamentais do reino, exigiam estas que, quando um rei morresse sem descendência em linha recta, o seu sucessor tivesse de ser reconhecido pelas Cortes. Foi o que sucedeu com D. Pedro II. Mas logo no mesmo reinado se viriam a reunir Cortes para o juramento do príncipe herdeiro, o futuro D. João V, em que aquele preceito foi simplesmente derogado. Portanto, também pelas antigas leis fundamentais do reino, já alteradas quanto ao princípio da sucessão, nenhum óbice havia a que o senhor D. Manuel II declarasse seu sucessor o sr. D. Duarte Nuno.

«Precisaria o Pacto de Paris de uma ratificação a nível nacional? A meu ver, essa ratificação ser-lhe-ia dada pela restauração da própria monarquia.

«Mas hoje não se trata já de uma restauração da monarquia. Depois da Carta Constitucional de 1826, depois da proclamação da República, depois da ditadura do 28 de Maio, muita água correu sob as pontes. O que hoje se trata é de instaurar a monarquia e por isso é que o PPM insere, entre os seus propósitos, o de que o futuro rei de Portugal venha a ser eleito pelo povo, instituindo-se apenas, a partir dessa eleição, o princípio hereditário.

«Como, pois, acusar o PPM de absolutista miguelista usurpador? Só pelo delírio de alguém que, levado pelo fundo Jesuíto de não ser reconhecida a princesa de Portugal e de o PPM não ter ainda reparado na sua excelsa pessoa, quer sepultar, nos escombros da sua pretensa realza, o princípio monárquico. O despeito, a inveja e, sobretudo, a megalomania nunca dão bom testemunho».

D. MARIA PIA (DE BRAGANÇA ?)

«Das razões ou sem-razões de D. Maria Pia a ser filha legitimada de D. Carlos nada posso adiantar em definitivo. Sei apenas que, segundo Rocha Martins, que foi historiador probo e estava esplendidamente documentado acerca da política do seu tempo, as ligações extraconjugais de D. Carlos, ao contrário do que sucedeu com o seu pai, não abundaram. Teve, é certo, uma ligação com uma senhora do Corpo Diplomático, por sinal sul-americana, mas não brasileira. Depois, o rei tão discreto era quanto à sua vida íntima que chegou a esconder de João Franco a compra de um prédio que confinava com o Paço das Necessidades, onde se encontrava com essa senhora, facto este que viria a repetir-se na questão dos adiantamentos. Por este motivo, visto ser extremamente discreto na sua vida íntima, pelo seu casamento de amor com D. Amélia de Orleans, duvido muito que o rei tivesse legitimado o fruto de uma ligação efémera, tanto mais que a isso se opunham outras razões. A sociedade burguesa dera, com a implantação do liberalismo, um predomínio definitivo à família legítima. O último rei de Portugal que se atreveu a legitimar um bastardo foi D. Pedro IV, prevalecendo-se talvez do facto de ser o fundador de um império, mas imbuído, ainda, com certeza, de certo espírito

do antigo regime.

«Mas se realmente D. Maria Pia é filha legitimada de D. Carlos, essa legitimada foi levada, de tenra idade, para Itália, sem nunca lhe ter reconhecido a qualidade de infanta e sem ao menos ter encontrado no seu berço um título nobiliárquico. Vivendo em Itália foi, sem dúvida, arredada do convívio de D. Maria Pia, que, em casos desses, como se sabe, era inflexível e permaneceu, até há vinte anos, completamente ignorada do povo português. E mesmo o seu nome próprio parece afrontar o respeito que D. Carlos nutria por sua mãe.

«E porque surgiu tão tardiamente D. Maria Pia no tablado político português a reclamar os seus direitos? Sei que chegou a contactar uma personalidade monárquica que há alguns anos se passou para o campo republicano; mas, como essa personalidade lhe recusou o tratamento de alteza, ficou furiosa e, por isso, talvez, passou-se ela também para o campo republicano».

FUNDAÇÕES DA CASA DE BRAGANÇA E DE D. MANUEL II

«Não vou esmiuçar as acusações de D. Maria Pia quanto a estas fundações. Direi apenas que, se alguma coisa há a corrigir, é reconduzi-la à finalidade para que os logatários as instituíram. A Fundação da Casa de Bragança — é bom recordar — tem por fim conservar o património cultural e artístico dessa família excelsa, que foi garante da independência de Portugal e pô-lo ao serviço dos portugueses, dentro da finalidade que o patriotismo do último dinasta reinante lhe traçou. Quanto às sugestões de D. Maria Pia que serão elas senão demagogia fácil e repugnante, sobretudo em alguém que se diz descendente dos reis de Portugal?».

PAÍSES RICOS E MONARQUIAS

«Diz D. Maria Pia, numa passagem da sua carta aberta, — de tão mau gosto — que só os países ricos se podem dar ao luxo da monarquia. Engana-se redondamente a excelsa senhora. As actuais monarquias da Europa enriqueceram sob a égide da instituição tradicional. Esta mantém-lhes a unidade e a coesão, esta dá-lhes o sentido vivo da pátria (exemplo típico a Bélgica). Depois, as únicas experiências em liberdade são apenas nas monarquias europeias que se verificam. Que mais poderei dizer acerca de economia e sistemas políticos? Por exemplo, que, em França, a ruptura de continuidade administrativa provocada pela morte de Pompidou até à ascensão ao poder do presidente Giscard d'Estaing, causou àquele país prejuízos económicos incalculáveis».



USE-A DIARIAMENTE

BOM APETITE

NO SÁBADO
CABRITO ASSADO
A PADEIRO

NO RESTAURANTE
O FAZ FIGURA

RESTAURANTE



Av. Praia da Vitória, 50-E
Telef. 536080 — LISBOA
Encerrado às 2.ª-feiras



DECLARADO DE UTILIDADE TURÍSTICA
ESTRADA DA TORRE TELEF. 79 01 68 LUMAR
SALAS PRIVATIVAS PARA CONFRATERNIZAÇÕES
E LANCHES DE CASAMENTO
AOS DOMINGOS ALMOÇOS DANÇANTES
Parque automóvel (Encerrado às 2.ª-feiras)



RESTAURANTE . BAR
O FAZ FIGURA
VARANDA SOBRE O TEJO

Rua do Paraíso, 15-B — LISBOA
(Junto à Feira da Ladra)

R E S T A U R A N T E



QUINTA DE S. VICENTE

TELHEIRAS DE CIMA, 144 (Campo Grande)
CHURRASQUEIRA ADEGA TÍPICA
PARQUE AUTOMÓVEL PRIVATIVO
Encerrado às 3.ª-feiras



RESTAURANTE

SANCHO

Trav. da Glória, 8 a 16 — LISBOA
ESPECIALIDADES DIÁRIAS
Ar condicionado

R E S T A U R A N T E



CORTADOR

«OH LACERDA!»

Especialidades da cozinha portuguesa
Av. de Berna, 36-A Telef. 774057 Lisboa



ANTES E DEPOIS DO
CINEMA

RESTAURANTE
SNACK • CAFÉ

AMADORA - TELEF 937593

R E S T A U R A N T E



ZÉ POVINHO

R. Marquês Sá da Bandeira, 86-B
(Junto à Av. Berna)

COZINHA PORTUGUESA

R E S T A U R A N T E • B A R

Av. da Índia. Telef. 639044 - Lisboa

Direcção de: António do Couto Paixão

ALMOCE OU JANTE DEBRUÇADO SOBRE O TEJO

CASAMENTOS • BANQUETES • COCKTAILS

Prato do dia — 45\$00



RESTAURANTE • TÍPICO
ARRE MACHO

ESPECIALIDADES REGIONAIS

RIO DE MOURO — Telef. 2961268 (Encerrado às 4.ª-feiras)

CAFÉ
PURO

CHAVE D'OURO

O MELHOR
CAFÉ

Geral

EM PORTUGAL...

ACABOU A COUTADA DO CAPITALISMO

-AFIRMOU O PROF. PEREIRA DE MOURA

«O que é necessário é caminhar rapidamente no sentido da verdadeira participação dos trabalhadores das empresas nacionalizadas na própria vida interna dessas empresas, a vários níveis, com controlo mútuo e com rotatividade nessa participação. Os trabalhadores não podem ficar afastados das decisões. Pretendemos a nacionalização como uma via para a construção socialista», declarou o professor Pereira de Moura, ministro sem pasta do quarto Governo Provisório, em entrevista concedida em exclusivo ao jornalista João Martins, da A. N. I., referindo-se a afirmações de certos sectores políticos, segundo as quais as nacionalizações estariam a conduzir o País para um capitalismo de Estado.

E acrescentou: «Essas afirmações têm muita razão de ser, no sentido em que nos alertam para um perigo. Porque, efectivamente, um resultado possível do processo de nacionalização poderá ser, simplesmente, a substituição de patrão. Os trabalhadores tinham como patrão uma sociedade anónima, capitalista e agora nacionalizam-se as empresas e os trabalhadores passam a ter como patrão o Estado, ou uns senhores em nome do Estado. Para isso não vale a pena. Pode ser, quanto muito, um primeiro passo e mesmo assim convém que seja muito rapidamente superado, porque a nacionalização só faz sentido se for um primeiro passo com vista a uma autêntica socialização, ou seja, um processo de abertura para a construção socialista, o que não pode suceder com a simples substituição de patrão.»

O processo de nacionalização vai prosseguir, segundo tem sido indicado. Até onde se deverá estender esse processo e quais os campos de actividade que devem ser reservados à iniciativa privada?

Já ficou definida no comunicado emitido recentemente

pe pelo Governo uma lista de sectores de actividade industrial, essencialmente, em relação aos quais se põe o problema de o Estado chamar a si o controlo sobre essas actividades — respondeu Pereira de Moura. Controlo que, em certos casos, poderá ir até à nacionalização e que em muitos casos vai assumir formas que nada têm a ver com a nacionalização. Essa lista de sectores não é muito extensa e corresponde a um pequeno, mas importante, número de actividades económicas e industriais portuguesas, o que significa que todos os outros sectores que não estão naquela lista não vão ter nada que ver com as nacionalizações. São, portanto, sectores livres deixados à iniciativa privada, sectores esses que abarcam um mundo de indústrias, que estão reservadas à indústria privada. É evidente que essas indústrias vão precisar de orientação e de ajuda, em muitos casos e é isso que está programado, o que não tem nada a ver com a nacionalização.

O processo revolucionário, nomeadamente no sector económico, não tem sido acompanhado de uma revolução cultural. Neste momento, qual a sua necessidade e viabilidade?

Penso — respondeu — que já se está a verificar, ainda que não organizada, uma certa revolução cultural. A verdade é que todos nós, a todos os níveis e a todas as posições, estamos, nestes últimos tempos, a ter que pensar muito mais, a ter que rever as nossas atitudes e a ter que rever as nossas maneiras de pensar. Este agitar de que somos tomados em função do que vai acontecendo e na tentativa de antever o futuro, constitui a revolução cultural. Claro que podia ser mais organizada e estou convencido de que para lá caminhamos.

No decorrer da última confe-

rência de Imprensa do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves foi abordado o problema de um possível boicote económico a Portugal. Também numa conferência de Imprensa, representantes da Intersindical que se deslocaram a Argel revelaram que, caso se verificasse esse boicote, os países árabes dar-nos-iam todo o apoio. Qual a sua opinião sobre esse assunto? Pensa que esse apoio viria apenas dos países não alinhados?

Nada mais natural que certos meios económicos capitalistas do Ocidente europeu e dos Estados Unidos estejam aborrecidos com o começo de transformações em Portugal. Receiam perder as possibilidades de exploração de recursos naturais e da mão-de-obra portuguesa que têm tido até agora. Mas eles têm que estar certos que isso acabou. A coutada que tinham aqui desapareceu, o povo português não está disposto a que isso continue. Por outro lado, temem que o levantar da cabeça do povo português vá influenciar os trabalhadores dos seus países. Por isso

estarão dispostos a dificultar por todos os meios o progresso da Revolução portuguesa. Entretanto, é preciso não esquecer que a crise económica por que esses países estão a passar levam-nos a diminuir o número das suas aquisições ao estrangeiro e as concessões de empréstimos.

Em todo o caso vamos ter e já estamos a ter, ajudas de outros países porque, enquanto que certos Governos vêem com maus olhos a Revolução portuguesa, muitos outros povos e Governos do mundo vêem com os melhores olhos esta Revolução. E por isso o Terceiro Mundo, os não alinhados, estão ansiosos a observar a evolução desta transformação em Portugal.

Por outro lado, esses países, os não alinhados, podem dar-nos apoio político, o que é extremamente importante.

Outro factor da maior importância consiste em podermos contar com a nossa própria força e, se pensarmos bem, as forças de Portugal são suficientes para levar avante o nosso processo.

A "PRAVDA" DENUNCIA O COLONIALISMO EM ANGOLA

MOSCOVO, 24 (FP) — A «Pravda» denuncia hoje a actividade dos «colonialistas portugueses» de Angola, que intentam «prejudicar as tendências progressistas» na metrópole.

Analisando a recente carnificina de Luanda, o jornal salienta terem sido os soldados da F.N.L.A. que atacaram os acampamentos dos militantes do M.P.L.A. «a mais popular organização do país».

«Descobre-se nisto», afirma o jornal, «intrigas das forças hostis, colonialistas destronados que aproveitam a

existência em Angola de três movimentos de libertação para manobrar no sentido de impedir o acesso do país à independência».

Para «Pravda» existe uma «evidente relação de causa-efeito entre o malogro do golpe de Estado reaccionário do general Spínola e os acontecimentos de Luanda. Apoiando-se nos elementos reaccionários de Lisboa, e uma vez que o curso dos acontecimentos não lhes é favorável, os colonialistas procuram prejudicar as tendências progressistas que se manifestam na antiga metrópole».

O M.F.A. SERÁ IMPLACÁVEL EM TRAIÇÕES AO PACTO

«Se houver partidos que assinaram o pacto com o M. F. A. com sofisma, pensando que as coisas poderão ser alteradas, então o M. F. A. será implacável», declarou o comandante Correia Jesuino ao princípio da tarde durante uma conferência de Imprensa realizada no auditório da Gulbenkian reservada aos jornalistas estrangeiros. O ministro da Comunicação Social respondia a uma pergunta feita pelo enviado especial do jornal inglês «The Observer», que queria saber o que aconteceria se o povo português votasse em partidos reaccionários.

«Se isso acontecesse» — recordou Correia Jesuino — «recordo que os partidos que assinaram o pacto assumiram um compromisso muito sério com o M. F. A. e se o fizerem a pensar que podiam voltar atrás estão muito enganados». Entretanto o ministro português recordou que o objectivo do pacto é traçar apenas uma filosofia orientadora da constituição e nada mais.

Uma outra questão posta também por um jornalista inglês referia-se à existência de uma contradição quando se dizia que o povo português não está preparado para as eleições e o facto de elas se

realizarem. Respondeu Correia Jesuino:

«O que temos afirmado frequentemente é que há alguns sectores da população que estão pouco esclarecidos, mas pensamos que estão preparados para a democracia. Julgamos que não se pode mandar o povo português para a escola aprender democracia. O que é preciso é o que fazemos é instaurar uma prática de democracia para a qual o povo português está perfeitamente preparado».

Os representantes dos jornais franceses «Liberation» e «Politique Hebdo» perguntaram depois porque é que o relatório sobre o 11 de Março tinha sido publicado incompleto, referindo que o M.E.S., em comício recente, afirmava ter elementos que permitiam afirmar que elementos de um partido representado na coligação governamental estava envolvido naqueles acontecimentos. Correia Jesuino respondeu que não era agora a altura oportuna para fazer comentários a respeito dessas declarações, recordando ser membro do Governo e que este não pode interferir na campanha. A hora a que fechamos esta edição está ainda a decorrer a conferência de Imprensa.

DESPEDIDO O DIRECTOR DO CORREIO DE ANDALUCIA

SEVILHA, 24 (F.P.) — O antigo director do «Correio de Andalucia», Federico Villagran Busto, detido e processado por publicação de «notícias perigosas» obteve uma indemnização de 1.674.906 pesetas (mais de 750 contos) por ruptura de contrato por parte da sociedade proprietária do jornal. A indemnização foi fixada amigavelmente graças à conciliação sindical.

Villagran tinha noticiado, no fim de Março, o desembarque

de milhares de fuzileiros navais americanos na base de Rota (Cadix) com vista a uma eventual intervenção em Portugal.

Sob a direcção de Villagran, o jornal sevilhano publicou por várias vezes artigos de personalidades contestatárias da Igreja Católica e em particular uma homilia do bispo de Bilbao, mons. António Anoveros, relativa à questão basca, o que lhe valeu os seus primeiros processamentos judiciais.

ZENHA RECEBEU ADVOGADOS

Está em curso um inquérito nas cadeias de Tires e Alcoentre, directamente dependentes do Ministério da Justiça — revelou ontem o dr. Salgado Zenha a um grupo de 14 advogados, defensores constituídos de centena e meia de detidos por actividades ditas «antifascistas».

Os causídicos, que assinaram recentemente, juntamente com outros colegas, um protesto por alegadas ilegalidades

nos actos de detenção e manutenção da mesma, e também verberando as condições prisionais dadas aos detidos, insurgem-se ainda contra o facto de encontrarem formas de boicote na tentada assistência judiciária. Esse boicote — afirmam — partiria de autoridades militares e policiais.

Sobre tal problema prometeu o dr. Salgado Zenha fazer recomendações às entidades visadas.

24 HORAS BASTAM PARA RESOLVER O PROBLEMA...!

CARTAZES "POSTERS" PUBLICAÇÕES JORNAIS REVISTAS

A preto e branco ou com cores

FAZEMOS: Composição, revisão, grafismo, montagem, peliculagem, impressão e distribuição

OFFSET

PEÇA ORÇAMENTO

RENASCENÇA GRÁFICA

Rua Luz Soriano, 44 Tel. 320271/2/3 e 321154/5

AVISO

À POPULAÇÃO DO CONCELHO DE OEIRAS

Atendendo a que o próximo dia 25 de Abril será feriado nacional, não se efectuando portanto nesse dia a normal recolha de lixo nas ruas, e atendendo a que nos dias seguintes, sábado e domingo, apenas será feita a recolha durante uma manhã, a Comissão Democrática Administrativa do Município alerta a população para a necessidade de cada munícipe contribuir para a conservação da saúde pública, evitando as habituais montureiras de lixo em volta dos recipientes colocados na via pública.

Com as dificuldades normais na recolha de toneladas de detritos num concelho enorme agravadas pelos feriados consecutivos e ainda pelo provável calor poderá a falta de comedimento neste aspecto provocar indesejáveis focos de poluição e maus cheiros, sobretudo nos locais mais populosos.

Evite os amontoados de lixo. Contribua para a higiene pública.

CASINO ESTORIL

● AMANHÃ, DIA 25 DE ABRIL, ESTARÃO ENCERRADOS TODOS OS SERVIÇOS DO CASINO ESTORIL, QUE IGUALMENTE ENCERRARÃO NO PRÓXIMO DIA 1 DE MAIO.

Geral

Trabalhadores dos asilos: Toda a vida fora dos quadros

Centenas de trabalhadores em estabelecimentos oficiais de assistência à velhice, alguns deles com dezenas de anos de serviço, continuam a lutar para serem considerados funcionários efectivos, com os direitos e garantias inerentes. Por escassez ou inexistência de quadros, esses trabalhadores têm o estatuto de eventuais, com tudo o que de insegurança e desfavor essa situação implica.

Encontram-se nestas condições a maior parte das pessoas que desempenham as suas funções profissionais na Mansão de Santa Maria (mais conhecido por Asilo de Velhos e Marvila), no Lar das Fontes do Porto, no Lar de Santa Clara de Queluz, e nos recolhimentos da capital. Centenas de trabalhadores a quem 48 anos de fascismo deixaram uma herança de injustiças que, um ano depois da «Revolução de Abril», continuam por remover, apesar dos seus sucessivos apelos às entidades oficiais.

UM RELÓGIO FASCISTA

O caso da Mansão de Santa Maria, no bairro de Marvila, é elucidativo desta situação anacrónica. Neste asilo, o maior que o Estado possui, estão internados perto de 600 velhos, assistidos por 120 funcionários, dos quais apenas 28 pertencem ao quadro. Os restantes foram contratados no regime de eventuais e nessa situação permanecem enquanto os anos passam.

O quadro de funcionários da Mansão de Santa Maria foi criado em 1936, em plena ascensão do fascismo. Revisto provisoriamente em 1967, as modificações então operadas já estão ou sempre estiveram desactualizadas.

O esquema legal previsto está completamente desadaptado da realidade. As profissões existentes no asilo não têm correspondência com as previstas no quadro. É assim que, admitindo 57 funcionários, este quadro tem perto de 30 lugares vagos, enquanto noventa trabalhadores esperam ser «encaixados» num espaço que não existe no papel.

Entre eles encontram-se 34 ajudantes de internato, todas mulheres, com salários de 3800\$00 desde o 25 de Abril, algumas com mais de uma dezena de anos ao serviço da instituição. Com os porteiros, os cozinheiros e outras categorias do pessoal menor, constituem os trabalhadores mais explorados da Mansão de Santa Maria (a seguir às próprias velhas internadas, que não merecendo o estatuto de trabalhadores, trabalham efectivamente e recebem 50\$00 por mês por alguns milhares de cartuxos que confeccionaram ou 100\$00 por centenas de peças de roupa que cosem ou passam a ferro). Como nos bons tempos de fascismo...

Relativamente às ajudantes de internato, põe-se a questão de sobre elas pesar uma importante parte da responsabilidade efectiva e imediata pelo que se passa no asilo e de a sua profissão não ter existência fora das paredes fechadas do estabelecimento. Nenhuma nomenclatura de profissões as conhece. No entanto, elas existem, talvez umas centenas em todo o País, e trabalham duramente. No caso da Mansão de Santa Maria, as ajudantes de internato, durante as oito horas de trabalho diário, têm a seu cuidado toda uma sucessão de pequenas tarefas fastidiosas e

respectivas.

Sobre elas recaem, em suma, todos os cuidados às internadas, mais de metade das quais estão permanentemente na cama e que na quase totalidade sofrem de perturbações mentais, excepto os cuidados médicos. Elas lavam as doentes, dão-lhes a comida, separam-nas quando brigam, acalmam-nas quando se revoltam, conduzem-nas ao hospital quando sofrem acidentes, vigiam o asilo de noite e de dia e são responsáveis por tudo quanto existe nas secções em que superintendem. De tal modo se lhes pede a responsabilidade pelo próprio asilo que elas são obrigadas a dar contas minuciosas da sua vigilância nocturna quando todo o estabelecimento dorme: um relógio de ponto fascista marca de duas em duas horas os sinais da sua vigília.

A EXPLORAÇÃO DAS MULHERES

É evidente que a subsistência da obrigação de marcar o ponto à meia-noite, 2, 4 e 6 h. da madrugada, para cada ajudante que ficou encarregada da vigília, já não se pode desculpar com o fascismo, a menos que se aceite que existem instituições onde este já vai nos 49 anos.

É o que dizem pequenos funcionários, enfermeiros e internadas neste asilo de loucura (mal) encoberta, habitado pela morte:

— O fascismo que aqui entrou há 48 anos ainda não saiu.

Mas ninguém aponta ninguém: na Mansão de Santa Maria não houve saneamento.

Uma ajudante de internato conta-nos que, um ano depois de ter entrado ao serviço do asilo, teve uma doença pulmonar que a obrigou a estar quinze meses afastada do serviço. O ordenado (280\$00 por mês, há 14 anos) foi-lhe pontualmente descontado, sob a alegação de que, quando foi admitida como trabalhadora eventual, não apresentou qualquer prova de que gozava de perfeita saúde (mas foi admitida...). Um ano depois do 25 de Abril de 1974, ainda não conseguiu reaver os míseros 4 contos que lhe devem, nem sabe já para que porta se há-de voltar para o conseguir. Apesar de o director a quem se deve tão «generosa» atitude já ter sido reformado e substituído por outro, nomeado pelo antigo regime.

Ela e as restantes ajudantes de internato querem que lhes

seja atribuído a categoria de ajudantes de enfermagem, que corresponde às actividades que efectivamente exercem, e para a qual possuem preparação teórica (três meses de preparação quando são admitidas) e prática (todos estes anos a tratar de doentes). Querem e têm-se batido por isso. Mas o processo emperra. Se lhes fosse reconhecida a categoria de ajudantes de enfermagem não só passariam a ganhar mais, como, principalmente, teriam acesso aos hospitais (actualmente só podem trabalhar nos asilos). Mas, nessas circunstâncias, quem é que continuaria a sujeitar-se a trabalhar nas duras condições que lhes impõem? As ajudantes de internato pensam que é esta a razão por que se lhes recusa a categoria de ajudantes de enfermagem. O que é injusto e discriminatório. Designadamente, porque outras colegas que exercem trabalho idêntico no mesmo estabelecimento (na enfermaria de psiquiatria, dependente do Hospital Júlio de Matos), já o conseguiram.

É PRECISO MUDAR TUDO

Desde a assistente social ao porteiro, passando pelo pessoal de enfermagem, toda a gente está descontente com a sua situação profissional no Asilo de Marvila. Mas é na situação do pessoal menor que se verificam as mais flagrantes injustiças. Algo semelhante ao caso das ajudantes de internato é o dos porteiros. Além do serviço de porteiros, eles fazem «tudo o que é preciso»: servem de maqueteiros, de serventes de pedreiro... e são classificados e pagos como auxiliares de limpeza. Os cozinheiros, por sua vez, mais não conseguiram que a categoria e o vencimento de auxiliar. 3 800\$00 é o ordenado mínimo mas também o que toca a maior número de pessoas no Asilo de Marvila.

Os trabalhadores estão a trabalhar para que esta situação mude. Há uma comissão eleita para estudar a revisão do quadro, que já apresentou um projecto ao secretário de Estado da Segurança Social. Espere-se resposta. No entanto, muitos trabalhadores já tomaram consciência de que, se o fascismo persiste dentro do estabelecimento, a simples substituição formal de um quadro ultrapassado por um actual não será bastante para o varrer.

PROVÁVEL PEDIDO A FRANCO PARA QUE RENUNCIE AO PODER

MADRID — Segundo informações obtidas em meios bem informados da capital espanhola, «pressões respeitadas mas firmes» seriam proximamente exercidas sobre o general Franco, de oitenta e dois anos, para que ele abandone definitivamente o poder.

A maioria dos membros do governo de Arias Navarro e de numerosas hierarquias do regime teriam chegado a acordo depois de múltiplas conversações com vista a efectuarem essa «demarche», «face à gravidade e à urgência dos problemas, tanto internas como externas que a Espanha tem de enfrentar».

De acordo com os mesmos meios, o chefe do Governo, Arias Navarro também partilharia este ponto de vista. Em Julho de 1974, quando o «caudillo» atingido por uma flebite teve de ser hospitalizado, Arias Navarro foi um dos mais calorosos defensores duma transferência «provisória» dos poderes do chefe de Estado para o príncipe Juan Carlos. Se este «provisório» durou poucas semanas, apenas, mais exactamente até 2 de Setembro de 1974, a responsabilidade não cabe certamente a um homem que teve de admitir com amargura que a sua política de «abertura» esteve longe de ter atingido todos os seus objectivos. Finalmentee, facto não menos importante, os chefes do Exército espanhol ter-se-iam ligado a esta «decisão de princípio».

Estas informações são naturalmente qualificadas como boatos pelos dirigentes de Madrid. Contudo, altos funcionários e várias personalidades muito ligadas aos meios dirigentes admitem confidencialmente que o governo está efectivamente muito preocupado com esta questão.

Segundo eles, «convém saber sair a tempo» e acrescentam que um chefe de Estado «conquista uma estatura histórica muito maior sabendo escolher a altura da sua retirada do que agarrando-se indefinidamente ao poder».

A única questão que de facto se põe é a de saber «quando» a «demarche» deverá ter lugar. Será uma tentativa muito delicada, se atendermos a «tudo o que o general Franco representa em Espanha desde o fim da guerra civil». Para empregar uma expressão espanhola, utilizada pelos nossos interlocutores, trata-se de encontrar o meio de «poner el cascabel al gato».



O príncipe Juan Carlos com o ministro espanhol do Exército, general Coloma Gallegos

«O «caudillo», diz-se ainda nos meios próximos do governo, tem uma elevada concepção da sua tarefa. Preocupa-se em assegurar uma transição pacífica, e, sob esse aspecto ele age, como sempre agiu, com muita lentidão e prudência. Pensa também que não tem o direito de abandonar o seu posto numa altura em que questões escaldantes, que se ligam à defesa nacional não forem reguladas.»

Nos meios dirigentes insiste-se na «grande lucidez no chefe do Estado» e nas suas faculdades intelectuais intactas. O «caudillo» teria deixado «atónito» Hans Dietrich Genscher, ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal Alemã, que foi recebido no Pardo onde conservou cerca de uma hora com o general Franco. No entanto, reconhece-se também que Franco foi muito afectado fisicamente desde a sua hospitalização, em Julho de 1974. Está rodeado de precauções especiais embora ainda continue de «vez em quando a jogar golfe». No entanto o seu desporto favorito, a pesca, está-lhe completamente interdita.

As preocupações dos dirigentes são as mesmas do homem da rua. Não restam muitas dúvidas de que o prestígio do chefe de Estado sofreu muito da forma, considerada paternalista, como tratou o príncipe Juan Carlos de Julho a Setembro de 1974. Esta desafeção, particularmente sensível nas classes médias e nos meios de negócios, não é certamente estranha à resolução do governo em tentar dar uma orientação mais viva à sucessão.

Relações difíceis com Marrocos a propósito do Sahara e dos presidios de Ceuta e de Melilla, laboriosa negociação de uma nova concordata com o Vaticano, observação atenta da evolução da situação portuguesa, crise económica, renovação dos acordos com os Estados Unidos sobre as bases militares, aumento de uma oposição interna multifacetada e de força crescente: os «grandes» problemas não faltam para justificar uma mão firme e um poder real de decisão em Madrid.

Este o sentido de um editorial publicado nos primeiros dias de Abril no jornal monárquico ABC por António Garrigues e que mereceu uma

atenção muito especial nos meios dirigentes. Antigo embaixador junto do Vaticano, António Garrigues pertence àquele grupo muito reduzido de homens realmente da confiança do «caudillo». Intitulado simplesmente, como um apelo urgente, «Francisco Franco Bahamonde», o artigo de Garrigues termina deste modo: «A questão, a grande questão: terão a Espanha e o regime, do ponto de vista da mais pura lealdade, o direito de continuar a deixar repousar indefinidamente nos ombros de Francisco Franco um trabalho e uma responsabilidade que põem inutilmente em perigo uma existência que deve sobreviver à implantação incondicional da monarquia?» O estilo parece empolado, cauteloso mesmo. Mas a sua ressonância é clara: pela primeira vez um fiel entre os fiéis levantou publicamente a questão, até aqui tabu, duma retirada antecipada do chefe do Estado.

A 23 de Fevereiro último, o ABC que pretendia publicar declarações de D. Juan, conde de Barcelona foi censurado pelas autoridades. O pai do príncipe Juan Carlos, sucessor designado de Franco, pronunciava-se em termos medidos e prudentes a favor de «uma modificação da estrutura de Estado num sentido democrático». Este desejo é naturalmente partilhado por numerosos dirigentes e mesmo por alguns ministros conscientes da necessidade de ter em conta as aspirações da maioria dos espanhóis. Não havia portanto razão para escândalos. Não era, porém, tanto o tom das declarações, mas a personalidade do seu autor que era visada pela censura. O jornal ABC foi aliás autorizado, dois dias mais tarde a publicar a entrevista de Don Juan, alterando ligeiramente o texto.

Em contrapartida, o editorial de Garrigues não foi alvo de nenhuma medida administrativa. No entanto o seu apelo, que é certamente um rasgado elogio à «tarefa histórica» de Franco vai ao encontro das preocupações dos dirigentes, inquietos com a difícil transição de um regime manifestamente «ultrapassado» para um neofranquismo bastante «liberalizado» para satisfazer os opositores moderados do interior e do exterior.

© LE MONDE



Este engenheiro de 62 anos prestou-se a ser cobaia de uma experiência médica, realizada por cientistas da Universidade do Utah, em Salt Lake City: surdo desde a infância, o paciente ouviu o primeiro som há duas semanas quando um computador levou um impulso a um dos seis eléctrodos que lhe foram implantados no ouvido interno. Fios estão ligados numa «tomada» permanentemente instalada atrás da orelha. (Telefoto UPI-Telimprensa)

MÁRIO PEDROSO

ESTOFADOR

FABRICA — PEDERNAIS — ODIVELAS

TEL.: 91 17 98

Estrangeiro

A "TROIKA VERMELHA" DO CAMBOJA

Este fim-de-semana a população de Phnom Penh celebra a Festa da Vitória, acto culminante numa luta nacional que começou no próximo dia — 18 de Março de 1970 — em que uma clique de serventuários do imperialismo norte-americano depôs o Governo neutral do príncipe Norodon Sihanouk. Os Khmers Vermelhos, que já de há muito vinham lutando por um regime socialista no país, aliaram-se imediatamente às forças neutralistas de Sihanouk, e, em perfeita combinação de esforços, foram cimentando as conquistas que, cinco anos depois, iriam levar à vitória final. Os novos dirigentes cambojanos serão os Khmers Vermelhos, mas o príncipe Sihanouk ficará — segundo já foi reafirmado por Khieu Samphan, a ser o chefe de Estado vitalício do país. Embora a via escolhida seja a socialista, a política externa do Camboja será neutral e não alinhada. Três homens — Khieu Samphan, Hou Youn e Hu Nim — são os novos dirigentes do povo khmer, a «Troika Vermelha», como «Le Monde» lhes chama.

Estes três homens são os mais conhecidos dirigentes khmers. Com 45 anos de idade, Khieu Samphan é, sem dúvida, uma das personalidades mais destacadas da «intelligentsia» cambojana. Faz parte desse grupo de jovens de quem Sihanouk falava muitas vezes, dizendo que regressavam anticomunistas dos seus estudos nos países socialistas e comunistas dos seus estudos no Quartier Latin. Acontece que Khieu Samphan estudou no Quartier Latin...

Em 1959 redigiu, na Faculdade de Direito de Paris, uma tese sobre «A economia do Camboja e os seus problemas de industrialização» na qual os problemas rurais ocupavam lugar de relevo; o progressismo do estudante era já evidente. Em 1960, regressa a Phnom Penh e funda um jornal, «L'Observateur», que conquistou considerável audiência nos meios intelectuais. Em 1962, o príncipe Sihanouk, que não se cansa de vituperar esse «jornal de esquerda», desencadeia uma campanha contra os progressistas, em especial contra a Prachéachon (Partido do Povo, isto é, o Partido Comunista

khmer) prendendo vários militantes. Contudo, para evitar uma viragem demasiado notória à direita, introduz homens de esquerda no seu Governo. Foi assim que Khieu Samphan ficou encarregado da pasta do Comércio num gabinete onde Lon Nol era ministro da Defesa.

Como a crise política e económica do Camboja se acentuasse, a partir de 1967, certos intelectuais entendem chegada a hora de reforçar as fileiras da clandestinidade. Khieu Samphan, que na altura era deputado, decide então juntar-se aos guerrilheiros. Na altura, correram boatos de que ele tinha sido liquidado pela Polícia — e Sosthene Fernandez, então coronel e responsável pela Polícia falava mais tarde abertamente da sua morte.

Khieu Samphan não é o único a desaparecer nessa ocasião. Dois jovens deputados fogem também: Hou Youn e Hu Nim. O primeiro, que tem hoje 47 anos, defendeu em 1955 uma tese sobre «O Camponês do Camboja e os Seus Projectos de Modernização». A partir de 1963, o príncipe Sihanouk enfileira-o no «punhado de Khmers Vermelhos» cuja presença o molesta. Censura-o publicamente por ser um inimigo da coroa e um admirador dos chineses: na verdade, em Maio de 1963, por altura duma visita do presidente Liu Chao-Shi, Hou tinha-se recusado a aplaudir as bailarinas khmer «pela única e simples razão de o corpo de «ballet» ser um corpo de «ballet» real». «É de crer que Hou Youn é mais comunista que os



Khieu Samphan (à esquerda) e o príncipe Norodon Sihanouk (à direita), algures no Camboja, durante a guerra de libertação

nostros visitantes chineses», declara, a 10 de Maio, o príncipe, que, no entanto, em 1962 tinha dado a pasta do plano ao jovem de esquerda.

O outro membro da «troika» é Hu Nim, advogado, de 46 anos. Como aconteceu com os seus amigos Khieu Samphan e Hou Youn, também ele foi dado por morto durante muitos anos. De facto, a partir dos fins de 1967, estes deputados organizaram-se na clandestinidade e iniciaram a sua longa marcha para o Poder.

Os três nomes reaparecem subitamente em 26 de Março de 1970 num documento saído das zonas de guerrilha: trata-se dum texto que dá o total apoio dos três antigos deputados à luta encetada pelo príncipe Sihanouk a partir de Pequim. Opera-se, assim, a junção entre a legitimidade real e a resistência progressista, junção esta, que, firmada logo a seguir ao golpe de Estado, nunca se desmentirá, apesar de uma ou outra divergência passageira. Os três homens não tardam a encontrar-se na comissão política do FUNC e no GRUNC.

«São fantasmas», diz-se em Washington e em Phnom Penh, onde, no entanto, em 1971 e princípios de 1972, certos responsáveis «republicanos» admitem em privado ter reconhecido as vozes dos três homens nas ondas de Rádio GRUNC. Pouco tempo depois, o GRUNC publica fotografias de Khieu Samphan, Hu Nim e Hou Youn, tiradas na zona de guerrilha, onde eles aparecem acompanhados de vários camaradas e vestidos com o pijama negro, que os revolucionários vietnamitas tornaram famoso.

Do trio, o que mais se destaca é Khieu Samphan: rapidamente ascende a chefe da resistência interna. Sai da zona de guerrilha em Abril de 1974, sendo recebido como verdadeiro chefe do Estado em Pequim, onde conferencia com Mao Tsé-Tung. Dirige-se depois a Bucareste, Belgrado, Argel, Nouakchott, Yaoundé, antes de regressar ao Camboja, via Hanoi, e de preparar, como chefe do Exército Revolucionário, a ofensiva da estação seca de 1975 que irá reabrir-lhe as portas de Phnom Penh.

Salve-se quem puder no Vietname do Sul

O espectáculo dos refugiados e dos desertores na derrota sul-vietnamita à talvez um dos mais trágicos do nosso século. Deixará na História, coberto de ridículo, o farisaísmo daqueles oficiais americanos que se obstinavam em não transigir, defendendo a «paz honrosa» e também aqueles que se gabavam de a ter obtido.

Tragicamente porém, os acontecimentos limitam-se a seguir a par e passo o plano exposto por Henry Kissinger no artigo publicado pela revista «Foreign Affairs» nas vésperas da nomeação do seu autor como conselheiro de Richard Nixon: era necessário dissociar o problema militar das negociações políticas. O primeiro seria tratado entre Hanoi e Washington, os dois «invasores», enquanto que o segundo era da exclusiva competência dos vietnamitas, livres para escolherem as modalidades da sua reconciliação.

«Esta negociação em duas linhas» acabou por prevalecer não obstante as objecções norte-vietnamitas. Washington orgulhava-se desta vitória diplomática. Tinham ousado pedir-lhe as «chaves de Saigão» e Washington não tinha cedido a esse pedido para abandonar um aliado cuja sobrevivência custaria ao povo americano cinquenta mil mortos e 150 bilhões de dólares.

Posteriormente, e uma vez libertos os prisioneiros de guerra e repatriado o corpo expedicionário, os americanos foram-se envolvendo aos poucos na engrenagem fatal da intervenção indirecta. O seu apoio ao regime do general Van Thieu depressa excedeu em vo-

lume e em natureza o que ficara estipulado nos acordos de Paris. Hanoi não precisava desse pretexto para aumentar as vantagens obtidas no terreno, mas a atitude americana facilitara as suas pretensões. A partir daí o conflito mostrou-se na sua verdadeira natureza, o de uma guerra civil entre os dois Vietnams.

Os Estados Unidos teriam caucionado o «até ao fim» de Saigão se tivessem conseguido avaliar a solidez e a combatividade de um Sul já quase putrefacto? Teriam apostado em Thieu, a quem ainda hoje se atrevem a encorajar por palavras e por actos, se tivessem conseguido prever que o seu protegido iria em pessoa a Pleiku, a 15 de Março, para ordenar uma retirada maciça de tal modo súbita e improvisada que não poderia deixar de ser considerado senão como sinal de que era chegada a situação do salve-se quem puder?

Todos esperam agora que o seguimento dos «Dossiers do Pentágono» esclareça esta espantosa e sangrenta aventura.

Pela primeira vez deixadas a si próprias, sem «cobertura» aérea americana, as tropas sul-vietnamitas tinham dado as suas provas, em Maio de 1970, quando lhes fora oferecido, na euforia que se seguiu ao seu «passeio militar» ao «bico de pato» cambojano e ao Laos para bloquear a pista Ho Chi Minh. Os resultados obtidos dessa vez, face a uma resposta enérgica, foram tão lamentáveis que rapidamente se viram obrigados a voltar para trás.

Qual a razão para se falar em Washington da «directão catastrófica» do presidente-estratega, que ainda reina em Saigão e cuja reeleição, no vazio, depois da retirada de todos os que se lhe opunham, consternou a capital americana? Tantas experiências cuja lição a Casa Branca não deixou certamente de aprender, desde o princípio do ano que forneciam informações seguras no tocante à degradação da situação.

Mas então por que razão e que os dirigentes americanos parecem desamparados perante o que agora se passa? Sobretudo, qual será a razão para que eles reajam a todos estes reveses com sofismas ou explosões de riso incongruentes? A pirâmide das responsabilidades há vinte anos acumuladas no Sueste Asiático desmorona-se sob os seus olhos, aos pés, mas a milhares de quilómetros do seu país. Constituirá o pesadelo de uns e o alívio de outros?

© Le Monde

UM GRUPO DA OPOSIÇÃO SAIGONESA PEDE A SUBSTITUIÇÃO DO PRESIDENTE

SAIGÃO, 24 (R.) — O primeiro-ministro sul-vietnamita Nguyen Ba Can demitiu-se, quando se efectuavam diligências, à última hora, para formar um Governo que pudessem negociar com o fim de acabar com a longa guerra neste país, segundo foi revelado hoje.

Um informador governamental anunciou que a resignação

de Can, que apenas exerceu o seu cargo durante dez dias, se registara quando o comando de Saigão revelara uma diminuição na intensidade da luta, embora tropas da Frente Nacional de Libertação continuassem a avançar, de todas as direcções, para a capital.

Diplomatas franceses, americanos e vietnamitas, assim como funcionários saigoneses,

estão empenhados numa série constante de consultas a fim de tentarem evitar o pior.

Envolvido nessa intensa actividade, um grupo oposicionista, apoiado pela facção budista militante do Vietname do Sul, pediu hoje que o antigo chefe de Estado Duong Van (Big) Minh substitua o presidente Tran Van Huong, que assumiu o seu mandato somente na 2.ª-feira passada, quando Nguyen Van Thieu se retirou dramaticamente da cena política.

«Big» Minh, assim chamado devido a ter 1,83 metros de altura e ser muito alto em relação aos seus compatriotas, além de ser robusto, declarou, no princípio desta semana, que era necessário um Governo inteiramente novo e não apenas substituir um indivíduo, Van Thieu.

Sete deputados oposicionistas pediram também, ontem, à noite, que o general Minh fosse chamado para assumir o Poder. Minh tornou-se chefe de Estado após dirigir o golpe de Estado que depôs o presidente Ngo Dinh Diem, em 1963, mas, decorridos três meses, foi também derrubado por outro grupo de generais.

O apelo de hoje foi feito pelo senador Vu Van Mau, dirigente da Força Revolucionária Nacional formada, em 1974, como um grupo de oposição não-comunista.

Esse agrupamento afirmou que o general Minh deveria ser chamado, outra vez, para levar o país para a reconciliação e concretização do acordo de paz de Paris de 1973.

A grande incógnita que paira

hoje em Saigão é saber se poderia ser constituída rapidamente uma chefia com a qual os comunistas estariam dispostos a dialogar.

Após se recusar a negociar com Thieu, a quem acusou de se negar a cumprir os acordos de Paris, o Vietcong tornou absolutamente claro, desde a sua demissão, que o resto do que classificaram como «a clique de Thieu» deve também resignar, antes de se iniciarem conversações.

Huong teve ontem entrevistas separadas com os embaixadores francês e norte-americano. Os franceses estão a agir nesta capital e em Paris como intermediários.

Dois generais capturados pelas forças de libertação

HANOI, 24 (F.P.) — Dois generais das tropas saigonesas foram capturados e encontram-se em poder das forças de libertação, anunciou a rádio do G. R. P.

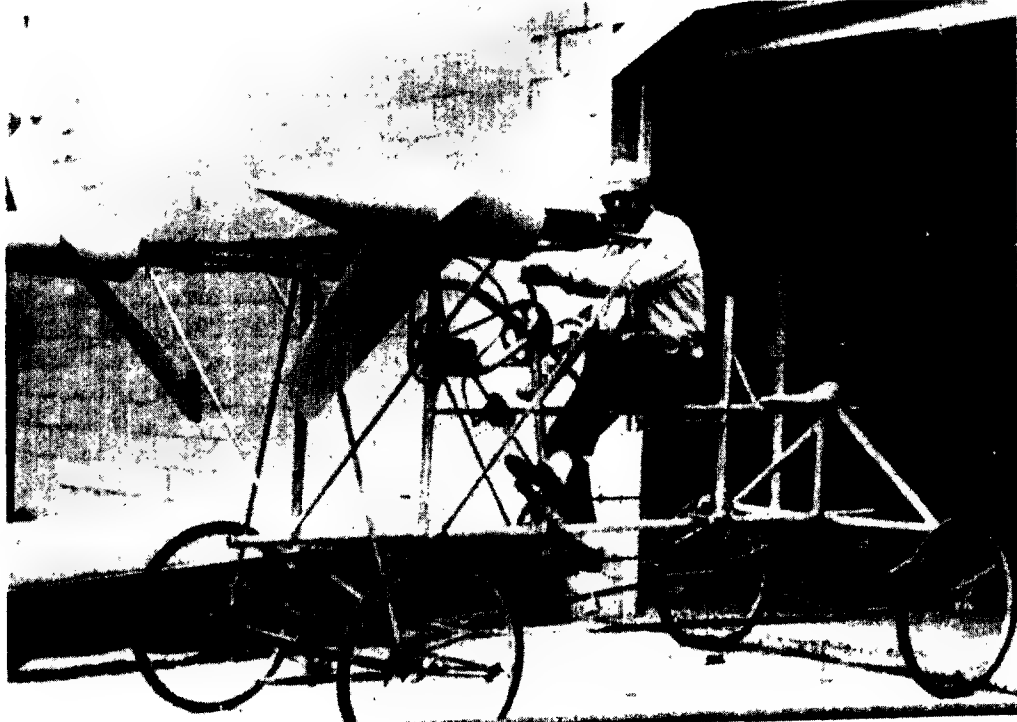
Trata-se do general Nguyen Vinh Nghi, que comandava o terceiro corpo em Phan Rang e o general Pham Ngoc Sang, comandante da 6.ª divisão da força aérea sul-vietnamita.

A rádio não esclarece onde estão detidos os dois generais, mas informa que são bem tratados.

Entretanto os ministros dos Negócios Estrangeiros do G. R. P. do Vietname do Sul e da República Demo-

crática do Vietname do Norte (RDVN-Hanoi) protestaram ontem, em dois comunicados separados, contra o uso pela aviação de Saigão de bombas asfixiantes do tipo «CBU-55», no dia 21 do corrente na zona de Xuan Loc, por ser «uma arma de exterminação de massa proibida pelo direito internacional».

O G. R. P. e Hanoi acusam o governo americano de ser «o fornecedor e o instigador» destes bombardeamentos, e avisam seriamente o governo saigones que, «se não termina imediatamente com estes actos, será considerado como criminoso de guerra e punido de maneira exemplar».



Edward Ernst, de 65 anos, que vive no Michigan, espera ter pronta no Verão uma máquina voadora cujas hélices propulsoras serão accionadas por pedais. Máquinas voadoras idênticas já efectuaram voos mas de curta duração. Ernst, que trabalha no seu invento desde 1961, pretende ganhar um prémio de 120 mil dólares. (Telefoto UPI-Telimprensa)

Estrangeiro

SEGUNDO FORD

A GUERRA DO VIETNAME ACABOU PARA OS E.U.A.

NOVA ORLEÃES (LOUISIANA), 24 — (ANI) — O presidente norte-americano Gerald Ford, falando perante estudantes da Universidade de Tulane, ontem à noite, afirmou que a guerra da Indochina tinha terminado para os Estados Unidos e pediu aos norte-americanos que «traçassem uma nova agenda para o futuro».

Para o seu discurso, Ford escolheu uma universidade que há dois anos foi cenário de protestos contra a presença norte-americana no Vietname. Durante o discurso, que durou 20 minutos, empregou sete vezes o termo «agenda para o futuro».

O presidente norte-americano, embora mostrando-se triste com os acontecimentos da Indochina, declarou que eles não

significavam «o fim do Mundo nem da liderança norte-americana».

O discurso foi considerado por um porta-voz da Casa Branca como o primeiro da «era pós-Vietname». A certa altura, o presidente declarou: «Os Estados Unidos podem novamente reconquistar o sentimento de orgulho que existia antes do seu envolvimento no Vietname».

«No entanto» — prosseguiu — «isso não pode ser conseguido, entrando de novo numa guerra que para os norte-americanos terminou».

«A minha meta é a de um mundo cooperativo em paz, que utilize os seus recursos para construir e não para destruir. Como presidente, estou determinado a pôr a minha

chefia ao serviço da resolução dos problemas económicos», prosseguiu o presidente.

Ford afirmou ainda que está determinado a procurar a auto-suficiência no campo energético. «O meu objectivo é estimular a produtividade, mas utilizar a tecnologia para aproveitar e não para destruir, o nosso ambiente».

Ford disse que lutaria pela «cooperação e não pelo conflito no que respeita à exploração pacífica dos oceanos e do espaço». O mundo deveria semear em conjunto — afirmou.

«Vamos aprender mais sobre a nutrição, sobre a previsão do tempo, sobre a irrigação e sobre tantas outras especialidades que auxiliam as pessoas», declarou o presidente.

Na sua lista de pontos importantes, o presidente norte-americano colocou «a manutenção de alianças e da amizade com outros povos» e afirmou que deve ser concedida «prioridade elevada à necessidade de pôr um travão à proliferação de armas nucleares e trabalhar para a redução mútua em armas estratégicas e para o controlo de outras armas».



Este casal norte-americano, acompanhado de três crianças sul-vietnamitas, foi um dos primeiros grupos de refugiados a chegarem aos E.U.A. no quadro de uma gigantesca preparação aérea de evacuação de cidadãos sul-vietnamitas e norte-americanos. Segundo declarações que o casal prestou aos jornalistas, uma das crianças foi adoptada por eles e as outras duas destinam-se a ser adoptadas por dois casais amigos. (Telefoto UPI-Telimprensa)

24 horas no Mundo

■ Em Saigão, virtualmente cercada pelo Vietcong, começou um enorme processo de evacuação, envolvendo ricos capitalistas sul-vietnamitas e cidadãos norte-americanos. Foram já fechadas entretanto quatro Embaixadas.

■ A convite do rei Khaled da Arábia Saudita reuniram-se em Riad os presidentes Anwar Sadat, do Egipto e Hafez Assad, da Síria, tendo no final da visita publicado um comunicado no qual afirmam que a «unificação total da acção política dos dois países é do interesse do povo árabe, sendo a base fundamental da acção árabe comum frente ao inimigo comum».

■ O Parlamento italiano votou uma lei que reforma a legislação acerca da família e concede às mulheres direitos iguais aos dos maridos, acabando com a distinção de mãe solteira e com as discriminações a que eram sujeitos os filhos ilegítimos.

■ A convite da comissão central do Partido Comunista Soviético, chegou a U. R. S. S. François Mitterrand, secretário-geral do Partido Socialista Francês.

■ O secretário da Propaganda do Conselho Nacional Africano, Edson Sithole distribuiu à Imprensa em Salisbury um relatório controverso no qual se atribui ao presidente Kenneth Kaunda, da Zâmbia, a afirmação de que a Rodésia não

conseguirá obter um Governo negro antes de dez anos.

■ Numa aldeia de Namíbia, centenas de ovambos recusaram-se a apresentar os seus documentos de identidade às autoridades, tendo-se então verificado a intervenção da Polícia, que abateu um negro e feriu outros sete.

■ Os operários da fábrica de automóveis Ford em Swansea (País de Gales, ocuparam as instalações e impediram a entrada de quadros e directores em sinal de protesto contra os métodos utilizados pela direcção na gestão da fábrica, que emprega 2 200 pessoas.

■ Devido a uma greve dos pilotos da companhia aérea islandesa, Icelandair Loftleidir, a Islândia encontra-se isolada do resto do mundo.

■ Em Madrid, delegações do P. S. O. E. (Partido Socialista Operário Espanhol) e do P. C. E. (Partido Comunista Espanhol) tiveram conversações, que, segundo um dirigente do P. S. O. E. o advogado Pablo Castellanos, foram um fracasso. O P. S. O. E. não aderiu à Junta Democrática, associação a que pertence o Partido Comunista. Entretanto, em San Sebastian, foram presas cinco pessoas afectas ao Partido do Trabalho de Espanha, enquanto que 4 000 operários ficavam desempregados após o encerramento da fábrica da Fasa-Renault.

Nova desvalorização da moeda chilena

SANTIAGO DO CHILE, 24 — (F. P.) — O Governo do Chile desvalorizou o escudo chileno em 10 por cento relativamente ao dólar, o que acontece pela oitava vez em 1975.

O dólar comercial passou a valer 3.800 escudos chilenos, enquanto o dólar turístico subiu de 3.900 para 4.200 escudos.

A última desvalorização, registada há dias, fora de 9 por cento.

Recorda-se que, em 1974, o Governo do Chile fez 24 desvalorizações.

Entretanto, várias individualidades chilenas deploram, por seu turno, que os sacrifícios necessários para tirar o país do marasmo económico, não sejam divididos por toda a população.

«Alguns passeiam-se em carros de luxo e levam um modo de vida que constitui verdadeira

ofensa para a pobreza da imensa maioria da população» — comenta a revista «Ercilla» (democrata-cristã) em artigo do seu director Emilio Filipi. Fazendo uma sombria análise da situação económica do país, o semanário ataca sobretudo os chefes de empresa, que «desprezam as conquistas sociais dos trabalhadores e lhes recusam os benefícios a que têm direito legal e moralmente».

O Chile sofreu, durante o ano findo, mais de 370 por cento de inflação e 60 por cento desde Janeiro de 1975 — revela também o semanário que publica ainda as afirmações de três dirigentes das federações de trabalhadores, segundo os quais «os principais problemas são o desemprego e os salários baixos, além da falta de representatividade de numerosos dirigentes sindicais, que apareceram depois do afastamento de Salvador Allende».

MONUMENTO A HITLER NO UGANDA

LONDRES, 24 (F. P.) — Considerando que Hitler foi um grande homem, o presidente Idi Amin Dada ficou muito admirado de não ver qualquer retrato do Führer em Berlim, quando foi à Alemanha Federal em 1972 — relata o «Guardian», citando a rádio ugandesa e acrescentando que Amin anunciou a construção de um monumento em honra de Hitler, na província de Kizegi.

A decisão foi anunciada pelo presidente Amin em conversa com Ruth Hills, a quem entregou um certificado de residência permanente no Uganda. Trata-se de uma alemã, divorciada do dr. Denis Hills, professor inglês de 61 anos que hoje comparece a julgamento perante um tribunal militar de Kampala, acusado de espionagem, pelo que incorre na pena de morte.

O presidente egípcio visita o Irão

TEERÃO, 24 — (R.) — O presidente Anwar Sadat chegou ontem a Teerão no início de uma visita de dois dias ao Irão feita a convite expresso do Xá, que se deslocou ao aeroporto internacional de Mehrabad para receber o seu ilustre visitante.

O «leader» egípcio deslocou-se a Teerão a partir de Riade, capital da Arábia Saudita, onde esteve reunido em conferência de reconciliação com o presidente sírio Hafez Assad, sendo também interveniente e anfitrião o novo rei Khalid da Arábia Saudita que sucedeu a Faical.

DIVERGÊNCIAS E. U. A. — ISRAEL

TELAVIVE, 24 — (F. P.) — Nos meios afectos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros salienta-se que o encontro de segunda-feira passada entre Kissinger e o ministro israel-

lita dos Negócios Estrangeiros Yigal Allon, não aplanou as divergências entre os dois países.

Por outro lado, afirma-se em Jerusalém, que é evidente que Kissinger não conta tomar qualquer iniciativa enquanto Israel não propuser «novas ideias».

COMISSÃO REGIONAL DE TURISMO DO ALGARVE

(SERVIÇOS TÉCNICOS PARA O PLANO DE INFRA-ESTRUTURAS)

RUA REBELO DA SILVA, 69

FARO

AVISO

Avisam-se os interessados que se encontra aberto concurso público para arrematação da empreitada de «Saneamento da Fovoação de Mexilhoeira Grande — (Portimão)», pelo prazo de 30 dias, a contar da publicação do respectivo anúncio no «Diário do Governo».

O depósito provisório é de Esc.: 85 275\$00.

As condições e mais elementos para esta empreitada encontram-se patentes no Plano de Obras da Comissão Regional de Turismo do Algarve, Rua Rebelo da Silva, 69, em Faro, e na Direcção dos Serviços de Saneamento da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos (Rua Conde de Redondo, 8 — Lisboa).

Faro e Comissão Regional de Turismo do Algarve, em 17/4/1975

O PRESIDENTE

Eng.º Manuel de Sousa Pires

Manifestação separatista em Barcelona

BARCELONA, 24 — (F. P.) — Escandindo frases separatistas e desfraldando bandeiras catalãs, manifestaram-se milhares de pessoas na noite de quarta para quinta-feira no centro de Barcelona, depois do desafio de futebol entre a turma local e a do Clube Britânico de Leeds. Os manifestantes, saídos do estádio, dirigiram-se para as populares «ramblas», onde as autoridades municipais postaram reforços policiais. Ao vê-los, os manifestan-

tes dividiram-se em grupos pequenos, que se espalharam pelas ruas vizinhas sempre gritando frases a favor do separatismo.

Por outro lado, cerca de 500 pessoas celebraram a festa de São Jorge, padroeiro da cidade, brandindo bandeiras e estandartes catalães. A Polícia esteve de manhã a fazer desaparecer das Faculdades de Direito e de Letras bandeiras e inscrições pró-catalãs. Não foi feita nenhuma prisão.

CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DO SEIXAL AVISO

De acordo com a deliberação tomada pela Comissão Administrativa desta Câmara Municipal na sua reunião ordinária realizada no dia 3 de Abril de 1975, avisam-se todas as pessoas cujas famílias se encontram sepultadas nos talhões números 3, 4, 7 e 8 do actual cemitério do Seixal, que devem efectuar o levantamento das respectivas ossadas no prazo de dez dias, a contar da publicação deste aviso.

Findo este prazo sem que os interessados promovam qualquer diligência, esta Câmara Municipal procederá ao levantamento das ossadas ao abrigo do parágrafo 2.º do Artigo 23.º do respectivo Regulamento Municipal.

Paços do Concelho do Seixal, 21 de Abril de 1975.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA Eufrazio Filipe Garcez José

A excitante luta das escravas sedentas de amor e liberdade!



PAM GRIER
MARGARET MARKOV

um filme de STEVE CARVER TECHNICOLOR
INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS
AMANHÃ
ESTREIA, AS 21.15 H. **ROXY**

CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DO SEIXAL

AVISO

De harmonia com a deliberação tomada pela Comissão Administrativa desta Câmara Municipal na sua reunião ordinária realizada no dia 3 de Abril de 1975, avisam-se todas as pessoas interessadas no levantamento das ossadas dos seus familiares existentes no antigo Cemitério do Seixal, que devem efectuar o seu levantamento até ao dia 31 de Julho de 1975.

Findo este prazo, o referido cemitério será definitivamente encerrado, procedendo este Município ao levantamento total das ossadas ao abrigo do Artigo 23.º do respectivo regulamento municipal.

Paços do Concelho do Seixal, 21 de Abril de 1975.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Eufrazio Filipe Garcez José

SINDICATO DA INDÚSTRIA HOTELEIRA

AVISO

Avisamos todos os trabalhadores na Indústria Hoteleira de que o próximo dia 25 do corrente é considerado FERIADO OBRIGATÓRIO.

Por esta indústria se considerar de laboração contínua, não é expressamente obrigatório o seu encerramento, tendo no entanto, os empresários de facultar o tempo necessário para que os trabalhadores cumpram com a sua obrigação de cidadãos que é o VOTO.

Pel'A DIRECÇÃO
Vitor Eduardo Assunção

Nacional

PODE IR A OITO ANOS DE PRISÃO (E MULTA ATÉ MIL CONTOS) A PENA POR USO INDEVIDO DE ARMA

Considerando que «após treze anos de guerra colonial se encontram no País inúmeras armas»; que «as armas de guerra devem ser de exclusivo uso das forças armadas para fins operacionais e só na posse das mesmas se devem encontrar»; e, ainda, que «o clima de segurança que se pretende instituir no País é incompatível com a posse indiscriminada desse tipo de armamento», um decreto-lei do Conselho da Revolução, publicado na folha oficial,

regulamenta a posse e o uso de várias armas e munições.

Assim, consideram-se armas de defesa pistolas até calibre 7,65 mm, inclusive, cujo cano não exceda 10 cm; as pistolas até calibre 6,35 mm, inclusive, cujo cano não exceda 8 cm; os revólveres de calibre não superior a 7,65 mm (0,32"), cujo cano não exceda 10 cm, e os revólveres de calibre não superior a 9mm (0,38"), cujo cano não exceda 5 cm.

Apenas para as primeiras e terceiras poderão, para fins de defesa, ser concedidas licenças de uso e porte aos maiores de 21 anos que se encontrem em pleno uso de todos os direitos de cidadania, e que

mostrem carecer delas por razões profissionais ou por circunstâncias imperiosas de defesa pessoal. Para as restantes armas de defesa poderá o Comando-Geral da P.S.P. autorizar o seu uso e porte às entidades designadas na lei, quer a arma seja fornecida pelo Estado, quer seja propriedade do próprio. O uso e porte de arma por elementos das Forças Armadas e militarizadas será objecto de diploma especial.

É proibido o uso, porte ou simples detenção, por parte de elementos estranhos às Forças Armadas e militarizadas, de armamento que pelas suas características, equipe ou possa ser usado como material de guerra, próprio dessas forças. As armas classificadas como material de guerra, e em especial as automáticas que façam parte de colecções autorizadas, devem, depois de manifestadas e registadas, manter-se guardadas em condições de segurança que garantam a sua inviolabilidade, e em caso algum poderão ser mantidas munições para seu uso.

sem aplicação definida, que possam ser usados como arma, letal de agressão, não justificando o portador a sua posse; granadas de mão ou outros artificiais explosivos ou incendiários providos de dispositivo de inflamação próprio; e aparelhos ou instrumentos que possam servir para o emprego de substâncias químicas usadas na guerra.

É igualmente proibida a detenção e uso de substâncias sólidas, líquidas ou gasosas, que sejam intoxicantes, asfixiantes ou vesicantes e quaisquer outras empregadas na guerra; silenciadores de armas de fogo ou quaisquer outros aparelhos com fins análogos; e munições próprias das armas referidas anteriormente.

PENAS E MULTAS

São punidos com pena de prisão maior de dois a oito anos e multa de 10 a mil contos os autores, cúmplices ou encobridores dos crimes de importação, fabrico, guarda, compra, venda, cedência a qualquer título, transporte, detenção ou uso e porte de armas proibidas, engenhos ou matérias explosivas.

Por outro lado, é punida com pena de prisão até um ano, não convertível em multa, a detenção de instrumentos, ainda que com aplicação definida, com o fim de ser usado como arma de agressão ou que possa ser utilizado para tal fim, não justificando o portador a sua posse.

São punidos com pena de prisão de três meses a dois anos e multa de cinco a 100 contos os autores, cúmplices ou encobridores dos crimes de detenção, uso e porte de armamento que, embora não proibido, não se encontre devidamente manifestado e registado; detenção, uso e porte de armamento registado, mas sem a necessária autorização ou licença; e detenção de munições próprias de armas de guerra.

Os detentores de armas proibidas deverão entregá-las à P.S.P. no prazo de trinta dias, prazo concedido também para o requerimento de uso e porte para as permitidas.

Teatro

Maria Matos

A RTP APRESENTA
Todas as noites às 21.45
e aos domingos também
às 16 horas

A peça de
Manuel de Fonseca
«SEARA DE VENTO»
Hoje e amanhã
não há espectáculo

Descanso da Companhia
às Segundas-Feiras
Não aconselhável
a menores de 13 anos

Bilheteira — Tel. 89 70 17
Bilhetes à venda também
na A. B. E. P. — 32 88 23

Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Setúbal

AV.º 5 DE OUTUBRO, 87-1.º — SETÚBAL

ASSEMBLEIA GERAL

Convocam-se os profissionais representados por este Sindicato para uma Assembleia Geral a realizar no próximo dia 30 (4.ª feira), pelas 21 horas, no Salão de Festas do INATEL (ex-FNAT), em Setúbal, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Apresentação do Relatório e Contas de 1974.
- 2 — Alteração da quotização.
- 3 — Orçamento para 1975.

Setúbal, 21 de Abril de 1975.

NOTA: Na Sede do Sindicato e na Delegação de Almada encontram-se à disposição dos Sócios exemplares do Relatório e Contas /74 e do Orçamento/75.

Pela Mesa da Assembleia Geral
José António Silveira Sutil

Sérgio Cabeleireiro Proclama A Revolução fez-se, mas ganhou-se todos os dias no trabalho e com o trabalho. Baixa de preços nos novos postos de trabalho. Mise — 30\$00 Corte — 20\$00 Secção Técnica — 10% menos SÉRGIO está a cortar por 35\$00 com direito a maquiagem	Margarida Cabeleireira Reclama Taxas mais altas para a cosmética em benefício dos produtos base da sua profissão e dos trabalhadores que produzem a cosmética e de quem a aplica, com base num seguro profissional. Margarida baixou os seus preços 33% de 75\$00 para 50\$00, mise e Corte.
---	---

SEM GRATIFICAÇÃO — Aceitamos Senhoras das 9 às 19.30 horas.
AVENIDA DA REPÚBLICA, 5 (Metro Saldanha)

NO TEATRO

LAURA ALVES

R. da Palma/Tel. 864756

MÁRIO SANTYAGO
e LUIS CORREIA
apresentam



HOJE E TODAS AS NOITES às 20.30 e 22.45
DOMINGOS às 16 — 20.30 — 22.45 h.
com

MARIEMA
ÓSCAR ACÚRSIO
LUÍS HORTA
SPINA
MANUELA CASSOLA
Atracção internacional
SÉRGIO e MADY
Atracção nacional
ZÉLIA LOPES

Ballet
SANTYAGO DANCERS
A REVISTA POPULAR!
UM SUCESSO!
Orig. de Spina, Xavier de Magalhães, Raúl Dubini, Mário Clemente e Mário Santyago — Dir. musical: Hilário Sanches e TOZÉ BRITO

MARIA VITÓRIA

TODOS OS DIAS AS 20.45 E 23 H.

(Não aconselhável a menores de 18 anos)
O MAIOR ÉXITO DE SEMPRE!

a sensacional REVISTA

ATÉ PARECE MENTIRA!...

com um extraordinário elenco e um grande corpo de baile

AOS DOMINGOS: «MATINÉE», ÀS 16 H.

Às 2.ªs feiras: DESCANSO

Espectáculos

REPUGNANTE E INADMISSIVEL

Para aqueles que pensam que a vida é muito desvendada e oigma Chile e desmascarados os criminosos e seus cúmplices que assassinaram e assassinam um povo no seu corpo e na sua esperança (CIA and C.), não deixará de ser estranha a novidade que lhes trazemos. Foi um jornalista (?) português quem fez uma descoberta ao mesmo tempo sensacional e miserável. Leia-se:

Terá sido este o teatro que se faz (sic) no Chile no tempo da Unidade Popular? Se foi — então compreendo melhor porque Allende caiu e porque surgiu Augusto Pinochet. Compreendo também porque Corvalán continua preso nas garras fascistas. Ele e outros.

Esta coisa repugnante e inadmissível foi escrita por um tal J.S. (José Saraiva) no «Jornal de Notícias» do Porto no dia 8 do corrente. A frase faz parte de uma «crítica» ao es-

pectáculo «Brecht-2» apresentado pelo T.E.P. e constituído por dois textos de Bertold Brecht: «A Excepção e a Regra» e «O Mendigo e o Cão Morto». O encenador — Roberto Merino — é um exilado chileno que vivia na República Federal Alemã desde Janeiro do ano passado e veio para Portugal (onde conheceu a felicidade de reencontrar um povo, segundo palavras suas) a convite do T.E.P.

Roberto Merino viu os descendentes chilenos da Gestapo queimar milhares de livros da biblioteca do pai (professor universitário de filosofia marxista igualmente exilado na R.F.A.) e um teatro onde trabalhara. Não vimos o espectáculo em referência, nem precisamos de o ver para repudiar o dito do sr. J.S. Em nosso nome, em nome dos antifascistas portugueses que desde o primeiro momento estiveram com Allen-

CARLOS PORTO



O Grupo de Teatro de Mem Martins apresentar-se-á no próximo sábado, à tarde, na fábrica Gris Verbo e à noite, nos Recreios da Venda Seca, com a peça de Bertolt Brecht, «As Espingardas da Mãe Carran». Até ao momento, ronda os dez mil o número de espectadores que já viram a realização dos amadores de Mem Martins.



«CENSURA» ARGENTINA

O espectáculo pelo Mundo

te em conceitos já ultrapassados e anacrónicos.

«EMMANUELLE» SEM REPETIÇÃO

Just Jaeckin, o realizador de «Emmanuelle», começou a rodagem de «Histoire d'O», filme extraído do livro de Pauline Reage numa adaptação de Sebastian Japrisot.

Jaeckin, depois de «Emmanuelle», afirmou que tinha rejeitado propostas para a elaboração de outras fitas eróticas «para evitar que o etiquetasse de confeccionador de películas escabrosas».

FESTIVAL DE CANNES

Dois americanos: o jornalista Pierre Salinger, antigo porta-voz da Casabranca sob a presidência de John Kennedy, e Georges Roy Hill, realizador de «L'Arnaque», serão membros do júri no próximo Festival de Cannes, que se realizará de 9 a 23 de Maio.

O júri será presidido pela actriz francesa Jenne Moreau, e terá como membros a actriz italiana Lea Massari, a realizadora soviética Yulia Solntseva, Antony Burgess, argumentista inglês do filme «Laranja Mecânica», encenador belga André de Revaux, o compositor Maurice Jarre, o produtor francês Gerard Ducaux — Rupp, o crítico francês Pierre Mazars e finalmente os americanos Pierre Salinger e Georges Roy Hill.

«CENSURA» ITALIANA

As autoridades de Verona ordenaram o sequestro do filme «Zelda» e incriminaram por obscenidade o realizador Alberto Cavallone, os produtores Giuseppe Tortorella e Aldo Colombo, os actores Jane Avril, Margaret Rosekeil, Alina Kim, James Harris e Franca Gonella e o distribuidor Albo Addobbati.

Nos meios cinematográficos italianos comenta-se que o filme estava em circulação desde Novembro com óptimos resultados de crítica e de público e que o seu sequestro representa «uma manifestação de intolerância e de limitação da liberdade de expressão assen-

CONCERTO NO CONSERVATÓRIO

No próximo dia 30, pelas 17 e 30 realiza-se um concerto no Conservatório Nacional em que serão tocadas as seguintes obras: Sonata n.º 1 em ré maior de Beethoven e Concerto n.º 3 em ré menor para 2 violinos de J. S. Bach.

Os intérpretes são Helena Matos (piano), João Nogueira (violino), Lídia de Carvalho (violino) e Maria Mfaia (cra-

vo). Acompanhamento do Grupo de Câmara da Orquestra Filarmónica de Lisboa.

Televisão

Hoje



Honoré de Balzac

I PROGRAMA

- 18.40 Abertura e TV Infantil — «Trabalhos em Papel»
- 19.05 Artes e Ofícios — Cooperativa Agrícola em Argia.
- 19.30 TV Palco — panorâmica teatral portuguesa. Coordenação e apresentação do actor Igrejas Caeiro.
- 20.00 Telejornal — 2.ª edição
- 20.35 Programa do Movimento das Forças Armadas «Os Direitos do Homem»
- 21.40 Esclarecimento Eleitoral
- 21.50 O Tempo — Boletim do Serviço Meteorológico Nacional.
- 22.00 «O Grande Amor de Balzac» — uma série realizada por Wojtek Solarz com Pierre Meyrand no protagonista.

Depois de treze anos Balzac chega a Wierchownia, onde é acolhido por Eva, Anna e George...

- 23.00 Telejornal — 3.ª edição
- 23.20 Fecho

II PROGRAMA

- 20.00 Abertura e a série «Problemas de um Pai» — 7.º episódio
- 20.30 Desenhos Animados
- 20.40 Fronteiras do Amanhã
- 21.00 Telejornal — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 horas.
- 21.30 Sabe que Há um Museu em S.Roque? — um programa de Ruy Ferrão.
- 22.15 «Terras Bravas» — um episódio com Glenn Ford no principal papel.
- 23.10 Fecho

DESTAQUES

I PROGRAMA

TV Palco (19.30)

Programa do M.F.A. (20.35)

«O Grande Amor de Balzac» (22.00)

SIEMENS

ESTORIL Richard

Amanhã

I PROGRAMA

- 12.45: Abertura; 12.47: Movimento das Forças Armadas — «O Porquê de Uma Revolução» — 1.º programa; 13.50: Telejornal — 1.ª edição; 14.05: Movimento das Forças Armadas — «O Porquê de uma Revolução» — 2.º programa; 17.02: TV Juvenil — «Ver e Pensar — Ano I»; 17.25: «A Revolução no Desporto»; 17.50: «O Porto na Tradição Democrática» — realização do dr. Vítor Sá e Rui Ramos; 18.15: As Pedras e o Homem; 19.00: O Telejornal — 2.ª edição; 20.00: Esclarecimento Eleitoral; 20.15: Um Ano de Revolução; 21.15: Informação Eleitoral; 21.30: «O Piano» — filme rodado na Serra do Açor e exclusivamente com gente do povo; 22.15: Informação Eleitoral; 23.45: Teatro «24-25-26» — de Luís Stau Monteiro. Interpretação da Companhia do Teatro Maria Matos; 00.30: Especial Eleições — programa especial que incluirá serviços informativos sobre o acto eleitoral e períodos preenchidos com programas musicais nacionais e estrangeiros.

Cerca das 16 e 55 do dia 26, será transmitido directamente, via Eurovisão, do Estádio de Colombes, em Paris, o jogo de futebol entre as selecções da França e de Portugal e, cerca das 19, do mesmo dia, o filme de grande metragem «Missão Jericó» produzido em 1946 e realizado por Henri Calef, com Pierre Brasseur e Line Noro. Encerramento da edição cerca das zero horas.

CONCERTO

DE HOMENAGEM AO M.F.A.

Realiza-se no Teatro Municipal de São Luís, no domingo dia 27, às 16 horas, um concerto de homenagem ao Movimento das Forças Armadas pela Orquestra Filarmónica de Lisboa.

Na estante de regência estarão os maestros Sílvio Pleno e Manuel Ivo Cruz, que dirigirão, respectivamente, a primeira e a segunda parte do concerto.

Abre o programa a Suite n.º 1 da «Carmen», de Bizet,

seguido-se «Fandango» da «Suite Alentejana», de Luis de Freitas Branco, e fechando com «Grândola», de José Afonso, arranjo orquestral de Frederico de Freitas.

Na segunda parte serão executadas as seguintes obras: Concerto n.º 1, para trompa e orquestra, K.V. 412, de Mozart, sendo solista Jaime Guerreiro, a «Dança da Menina Tonta», de Frederico de Freitas e a «Marcha de Pompa e de Circunstâncias», de Elgar.

“NO PAIS DOS CARACÓIS” : MAIS DOIS ESPECTÁCULOS

No prosseguimento da Campanha de Dinamização Cultural da Junta Distrital de Setúbal e subsidiados pela FAOJ, a Casas da Cultura da Juventude de Santiago do Cacém promove a apresentação de dois espectáculos de teatro com a peça «No País dos Caracóis»

pelo Grupo União Recreativa Atalaia — Alenquer.

Estes espectáculos realizam-se no próximo domingo nas casas do Povo de Alvalade e de Santiago do Cacém, respectivamente às 15 e 30 e 21 e 30.

“CONTESTE”

— mais um número

Saiu mais um número da revista de educação, defesa e orientação do consumidor «Conteste». Releva especial para a denúncia de consumos artificialmente promovidos, como são o do açúcar branco e o do álcool sob todas as suas formas, condenáveis até sob o ponto de vista económico. De

salientar, ainda, a longa lista negra (mais de 50 marcas) de comprimidos para dores, que se vendem sem receita médica e que podem causar anemias graves e, mesmo, a morte.

«Conteste» é uma publicação da Hifen, Ld.ª, Rua do Centro Cultural, 5, r/c em Lisboa.

SERVIÇOS TÉCNICOS

ESPECIALIZADOS EM REPARAÇÕES DE RÁDIO E TV
SERVIÇO DOMICILIÁRIO RÁPIDO

Largo D. Estefânia, 12-D
Telefs. 48856/534536 - Ext. 4
LISBOA

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV CLÍNICA DE TELEVISÃO E ASTRONAUTA

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

Telefs. 72 27 86 - 83 42 71

Avenida S. João de Deus, 13 B - Rua Macau, 8

Desporto

NOTÍCIAS DO SPORTING

Joaquim Agostinho e Firmi-
no Bernardino seguem amanhã
para França, com o fito de ac-
tuarem em duas provas ciclis-
tas. No dia 1 de Maio, Bernar-
dino, Celestino Severino e Ma-
nuel Gomes participam numa
prova na Alemanha. Três dias
mais tarde, Julien, Agostinho,
Bernardino e Gomes devem es-
tar presentes numa competi-
ção a efectuar na Suíça. Este
conjunto de competições inte-
gra-se no plano de preparação
esboçado pelo técnico Gemi-
niani, com vista à intervenção
dos ciclistas do Sporting na
«Volta a França».

Dé (que ainda não foi ouvido
em inquérito disciplinar pelo
conselho jurisdicional dos «le-
ões») está emprestado ao
Vasco da Gama, até 31 de De-
zembro do ano corrente.

A turma futebolística do
Sporting foi convidada para se
exibir em Hong-Kong e nos Es-
tados Unidos.

A formação de juniores fute-
bolistas deve actuar, de 18 a
23 de Maio, num torneio plani-
ficado em França. O grupo po-
de abranger praticantes com
menos de 20 anos: oportunida-
de para Palhares, Carcês,
Inácio, Zezinho e Matos.

Na FIGUEIRA DA FOZ o
DIÁRIO DE LISBOA vende-se na
PAPELARIA PESSOA



Pedroto: conselhos aos futebolistas seleccionados

GINÁSTICA ANTES DO FUTEBOL

Por muito que se queiram
criticar os clubes chamados
«grandes», o certo é que,
quanto há de desporto em Por-
tugal, a esses (e outros) critica-
dos se deve. Diz-se que, nes-
ses grêmios, apenas se procura
o desporto de elite e alta
competição, menosprezando
tudo o que seja de «massias».
Pode haver um quanto de ver-
dade em todas estas afir-
mações, mas a realidade, vista
como deve ser, é bem diferen-
te.

Clubes «grandes» não se de-
dicam apenas ao futebol ou ou-
tras modalidades altamente
competitivas: a par destas, ou-
tras merecem especial carinho
e não foram esquecidas. Aliás,
é sobejamente conhecido o
eclectismo desses tão atacados
grêmios, pelo que se estra-
nham as críticas.

Um caso: talvez muita gente
desconheça que o Sporting

Clube de Portugal tem grande
dedicação pela ginástica. Da-
do o incremento que (espe-
ra-se e pensa-se) vai ter a mo-
dalidade no nosso país, nada
melhor que mostrar a quantos
ainda têm dúvidas o trabalho
feito, praticamente sem dar
nas vistas. Para tal, decidiu a
secção de ginástica do Spor-
ting apresentar, antes do en-
contro de futebol Sporting-
Benfica (na tarde do próximo
dia 4 de Maio), cerca de 800
dos seus ginastas. A partir das
14 e 30 desse domingo, que
se pretende de festa, os 60 mil
espectadores que (calcula-se)
assistam ao futebol, terão an-
tes oportunidade de se delicia-
rem com a beleza que a gin-
ástica tem.

É uma ideia exlente da
secção sportinguista, pelo que
se espera que o público corres-
ponda e que, face a este exem-
plo, a maioria se lembre que,
em qualquer altura, é sempre
bom fazer ginástica. Não inte-
ressa a idade. Qualquer serve:
conta (apenas) enveredar por
um meio saudável de ajudar
a viver a vida.

A VOZ DOS TRABALHADORES DO FUTEBOL

A orgânica interna da Fede-
ração de Futebol é sacudida
neste momento por uma pro-
funda transformação. A mesma
mudança (afinal) por que pas-
sa o País, neste processo de
democratização que define as
linhas do socialismo a implan-
tar e a consolidar (gradualmen-
te) nas estruturas da nova so-
ciedade portuguesa, livre e sol-
ta de todos os espartilhos que
a atrofiaram durante largas
décadas.

Talvez que essa alteração na
vida interna do organismo fe-

derativo tenha chegado um
tanto tardiamente, mas o im-
portante é que apareceu e está
a desenvolver-se de uma forma
segura, através de acções con-
cretas realizadas pelos seus
funcionários, em número de
cerca de meia centena.

Num plenário que reuniu os
trabalhadores e os dirigentes
daquela casa, quebrando o es-
tilo tradicionalista das relações
que caracterizava a convi-
vência de uns com os outros,
dialogaram numa base de res-
peito e compreensão das po-

sições que ali ocupam, e esta-
beleceram bases de entendi-
mento para novas formas de
coexistência em mútua colabo-
ração.

Isso mesmo o deixou trans-
parecer o presidente da F.P.F.
(dr. Jorge Fagundes) quando,
no decorrer do último Congres-
so, no passado sábado, ao jus-
tificar a inviabilidade de modi-
ficar o esquema financeiro do
«Torneio Nacional de Inicia-
dos», aludiu à acção fiscaliza-
dora que os trabalhadores pas-
saram a exercer no controlo

orçamental daquele organis-
mo. A par do reconhecimento
desse direito aos trabalhado-
res, outras intervenções (certa-
mente) lhes são agora consi-
deradas legítimas, na con-
vicção de que a sua partici-
pação na vida do organismo
máximo do futebol português
será de grande utilidade, pela
eficácia que acrescentarão à
própria acção daqueles que
o dirigem. Uma comunhão de
interesses e uma congregação
de vontades de que o nosso
futebol só poderá beneficiar.

Registo

HÓQUEI EM PATINS: para
acerto de calendário, disputa-
ram-se dois encontros do campeo-
nato nacional, na zona sul, que for-
neceram os seguintes resultados:
Sporting-Oeiras, 5-3 e Benfica-C. A.
C. O., 9-0. Infante Sagres (Norte) e
Sporting (Sul) comandam a classi-
ficação, ambos com 27 pontos.

ASSIM VAI O TOTOBOLA

PROGNÓSTICO DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO N. 34 DE 27 DE ABRIL 1975

A Ilha 21x 111 11x 121x; Al-
vo Desportivo x11 111 111
x111; Auto Rádio 2x1 111
xx1 x11x; Bo. Nova 2x1 111
112 2111; Br. os do Alentejo
x11 121 x21 21x1; O Emi

grante x21 x11 111 21xx;
Cardeal Saraiva x21 1x1 122
212x; Cavalgada do Ritmo
211 111 xx2 21x1; Estação
Rádio da Madeira xx1 111
112 2111; O Comércio de Lei-

xões 2x1 11x 111 2111; O
Concelho de Estarreja xx1
111 111 2111; Correio dos
Açores xx1 211 1x2 211x;
Correio de Coimbra 2x1 111
112 2111; Correio do Vouga

211 111 112 2111; A Defesa
1x1 x1x 121 2x21; As 10
espere por nós xxx x1x x21
211x; Diário dos Açores 221
111 1xx 21x1; Diário de Coim-
bra x21 111 121 2111; Ecos
de Cacia 211 111 11x 2111;
Estrela da Manhã 111 1x1
122 21x1; Estúdio 64 x21
1x1 11x 21x1; Eu Sei Tudo
211 111 x21 2111; Folha de Do-
mingo xx1 211 12x 21x1;
Dos Fracos Não Reza a His-
tória 1x1 111 1xx x1x2; Jor-
nal da Beira x11 111 11x
2111; O Jornal de Felgueiras
xx1 111 11x 2111; Jornal
do Fundão x21 111 1x2
2111; Jornal da Graça 111
111 111 1111; O Jornal da Lixa
x11 11x 122 21x1; Jornal
de Sintra x11 x11 1xx 2111;
Jornal do Desporto 221 1x1
111 21xx; O Mensageiro xx1
1x1 11x 21x1; Linhas de Elvas
x11 11x 11x 21xx; Litoral
111 111 1x1 2111; Manchete
Desportiva 111 111 112
1111; Maria da Fonte xx1
111 1xx 2111; Mundo Desporti-
vo 2x1 111 1xx 211x; O Nor-
te Desportivo xx1 1x1 1x1
2111; Notícias de Chaves
xx1 111 1xx 21xx; Notícias de

Évora x1x 111 11x 211x;
Notícias de Felgueiras xx1
111 x1x x11x; Notícias de Gou-
veia 121 211 1x1 2112;
Notícias de Guimarães xx1
1x1 112 2121; Peça que não
maça xxx 111 112 2111; Pe-
nalti x21 111 1x1 x1x1; Pla-
card Desportivo xx1 1x1 12x
21xx; Placard Desportivo-
Açores 111 121 xx1 x111;
Povo Algarvio 2x1 xx1 22x
2121; Presença Coimbra
2x1 111 11x 211x; Programa
Sem Nome 211 111 x12
2111; Quadrante Desportivo
xx1 111 x1x 2111; Quadrante
Norte 221 x11 12x 2111;
Rádio Altitude 221 111 x21
2111; Rádio Alvo 2xx 111
112 211x; Panorama 211 1x1
111 21x1; Rádio Oceano 211
xx1 x21 22x1; Rádio Placard
111 111 111 1111; Recon-
quista 111 111 112 21x1;
Renovação x1x 211 1x2
2111; Repórter do Dia-Angola
2x1 111 1xx 2111; Por Deus
e Pela Pátria 211 111 x12
2121; Notícias do Totobola
121 111 x2x 211x; Domingo
Alegre 2x1 112 12x 2111;
Roteiro Sonoro 2x2 111 21x
21x1; Terceiro Programa

xx1 112 1x2 2x11; Passatempo
211 112 11x 11x1; Bondiazzi-
nho 121 121 21x 1111; 20
Ponto 211 111 111 1111;
Extensão 10 2x1 11x 111
1xxx; Resenha Desportiva
xx1 1xx 1x2 21x1; Encontro
Musical 2x1 111 12x 21x1;
A Voz das Beiras x11 111
1x2 21x1; A Voz Desportiva
221 x11 x11 2x1x; A Voz do
Domingo 21x 121 112 x111;
Voz de Lamego 211 111 1x2
21x1; A Voz de Palmela 2x1
x11 1x2 x1xx; A Voz dos
Ridículos 221 211 1x1 21x1;
Sporting 2x1 111 1x2 21xx;
Diário de Lisboa 211 111
x22 21xx; Jornal Desportivo
xx1 211 1x2 21x1; Sempre Fixe
xxx x11 1x2 21xx; Talismã
Desportivo 2x1 111 x22
21xx; A Voz do Casa Pia
2x1 111 111 2111; Clube do
Ar x21 x11 1x1 211x; O Co-
mércio do Porto 211 111 111
211x; Diário do Porto 2x1
11x 111 x111; Jornal de Gaia
x2x 11x 1xx 2111; Jornal
de Notícias 2x1 121 111
2111; O Primeiro de Janeiro
xxx 111 x1x 211x; Rádio Sports
211 111 1x1 2xx2; Ritmo e
Amizade 221 x11 111 2x11.

	R E G I S T R O			B O L A S			(n)
	1	X	-	1	X	-	
1. FAFE-BRAGA	12			2			
2. FAMALICÃO-VALZIM	52	11	1				
3. SANJOANENSE-PENAFIEL	80	10	1	10	1	1	
4. CHAVES-PAÇOS DE FERREIRA	14	12		9		1	
5. ALFA-TEIGENSE	13	12		9	2	1	
6. LOULOSA-OLIVEIRENSE	79	9	1	10	1	1	
7. TORRIENSE-CALDAS	71	1	1	9	2	1	
8. JUVENTUDE-MONTIJO	15	29	19	6	4	2	
9. ALMADA-PORTIMONENSE	32	90	29	4	1	1	
10. TORRES NOVAS-ESTORIL	8	9	74	1	1	10	
11. MARINHENSE-E. PORTALEGRE	83	6	2	10	1	1	
12. SINTRENSE-SESIMBRA	53	53	5	9	5	1	
13. U. MONTEMOR-LUSITANO	62	26	3	8	3	1	

a) Nos termos do Art.º 109.º do Regulamento Geral dos
Concursos se houver necessidade de sortear o resultado
dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas
entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do pre-
sente mapa.

A chave lógica será:
2X1 111 111 2111

Desporto

MARCAR PASSO

Parece-nos perfeitamente desnecessário acentuar que a remodelação da orgânica do nosso futebol é tarefa imperiosa e urgente. Isto mesmo tem sido dito e redito em todos os sectores ligados à modalidade e pelas personalidades mais responsáveis. É um ponto quanto ao qual todos estamos de acordo, numa total unanimidade de pontos de vista. Quanto ao qual apenas haverá divergências relativamente aos processos a adoptar nessa transformação: mas, esse é um aspecto que será discutido oportunamente, por quem tiver ideias concretas a respeito daquilo que melhor poderá servir os interesses do futebol.

O arranque desse processo (porém) está momentaneamente emperrado, pois aguarda-se que o Ministério do Trabalho se pronuncie acerca do relatório que lhe foi apresentado pelo grupo de trabalho que procedeu ao estudo do estatuto que deverá reger a actividade profissional do futebolista. Na verdade, sem que estejam definidas as bases legais do profissionalismo, não será possível estabelecer directrizes que ajustem às realidades as estruturas administrativas coordenadoras da actividade futebolística, e tão pouco promover a remodelação do diploma que regulamenta as relações entre os jogadores (numa perspectiva de trabalhadores) e os clubes (no papel de entidades patronais).

De qualquer modo, clamamos pela urgência de uma radical transformação (em termos revolucionários) de toda a engrenagem que articula o desenvolvimento do fenómeno futebol-espectáculo, perfeitamente desligado do futebol-recreio ou do futebol-lazer (ambos de

tipo puramente amador) e mesmo daquele que envolve as categorias inferiores (iniciados, juvenis e juniores), sem a ambígua classificação de «não-amador» que ninguém sabe dizer o que é, verdadeiramente. O fundamental, em tudo isto, será acabar de vez com os equívocos e as contradições.

Ainda no último Congresso Federativo se levantou um problema deveras chocante: a análise de um artigo regulamentar, relacionado com a aplicação de sanções aos clubes que faltem ao pagamento de multas atribuídas por irregularidades na contratação de jogadores, em que se isentava das consequências da medida disciplinar (proibição de inscrever jogadores) as categorias de iniciados e juvenis. Houve quem pretendesse acrescentar também os juniores, propósito logo contrariado com a alegação de que se pratica o profissionalismo nessa categoria. A este argumento objectou o proponente (e muito bem) que profissionalismo nos juniores existe apenas nalguns clubes (todos sabemos quais são...) não sendo, por isso, aceitável que a maioria das colectividades ficasse condicionada aos interesses de uma minoria (privilegiada). O que é verdade é que tudo se fez como estava planejado, confundindo-se os juniores com os profissionais: portanto, em benefício da tal minoria...

São situações como esta que têm de acabar, também, no futebol. Por isso se torna urgente a tal «revolução», que passa também por um processo de escrupuloso saneamento: dos princípios e dos homens que não forem capazes de se adaptar às novas concepções do jovem Portugal.

Clubes obrigados a respeitar os direitos dos jogadores

Pelo seu carácter exemplar de um tipo de relações novas que devem ser estabelecidas, entre os clubes e os jogadores profissionais de futebol, o Sindicato dos Futebolistas torna público o seguinte:

O jogador Jaime Admário da Costa Pereira de Lima contraiu uma lesão meniscal ao serviço do Varzim Sport Clube. Expôs o assunto ao Sindicato e, a conselho deste, requereu a intervenção do Tribunal do Trabalho do Porto, ao abrigo da lei de acidentes de trabalho.

Pois bem: em 11 de Abril corrente, perante o agente do Ministério Público, foi feita conciliação, pela qual o clube se comprometeu a submeter o jogador a uma operação ao menisco e a prestar-lhe a respectiva recuperação, devendo a operação ser feita pelo dr. Sousa Nunes.

Este caso é uma prova de que nem os jogadores devem ter medo de reivindicar o respeito dos seus legítimos direitos, nem os clubes devem hesitar em cumprir as suas obrigações.

RESERVAS

Jogos de ontem, a contar para o campeonato lisboeta de reservas: Sintrense, 3-Estoril, 3 e Odivelas, 2-Oriental, 3.

SELECÇÃO

Foram indicados os nomes dos futebolistas que se deslocam a Paris e Praga. São os seguintes: Damas, Tibi, Rebelo, Humberto Coelho, Barros, Pietra, Teixeira, Toni, Fraguito, Alves, Alinho, Octávio, Nenê, Márinho e Moinhos.

CASTIGOS

Como (infelizmente) está a ser habitual, a lista de castigos aplicados pela Federação é ex-

tensa e acre. Lá figuram, por exemplo, a multa de 500 escudos à Sanjoanense e a obrigatoriedade deste clube vedar o seu campo de jogos, além de punições financeiras a outras colectividades: Ponte da Barca, Santiago de Cacém, Vizela, Marinhense, Vila Real e Académico.

TAÇAS

A final da Taça dos Clubes Campeões Europeus será disputada pelo Leeds e pelo Bayern (de Munique), que eliminaram, respectivamente, o Barcelona (2-1) e o St. Etienne (2-0 no jogo de ontem). A Taça das Taças é disputada entre o Frençvaros e o Dinamo de Kiev (que, por seu turno e epla ordem, eliminaram o Estrela Vermelha (2-1 e 1-2) e o Eindhoven (2-1 e 0-3). Por seu lado, o Twente já foi finalista da Taça U. E. F. A.; ontem, bateu o Juventus (de Itália) por 1-0.

INGLATERRA

O Derby Country já é campeão de Inglaterra, pelo facto de o seu competidor mais directo (o Ipswich) não conseguir melhor que o empate a um gol perante o Manchester City.

ABANDONO

Mais um caso de indisciplina: o jogo Alverca-Portalegrense, a contar para o campeonato nacional da 3.ª divisão. Quando o Alverca triunfava (1-0) os portalegrenses resolveram quedar-se pelo vestiário...

ESPECTÁCULO

A turma nacional senior defrontará, a 13 de Maio (em Glasgow) a selecção da Escócia, num espectáculo de características particulares.

BENFICA

Profundas alterações deve sofrer o «plantel» benfiquista em relação à próxima temporada, até porque a orgânica oficial vai impedir as contratações proibidas e o momento da colectividade (assoberbada

com problemas financeiros e grande «deficit») não é de molde a propiciar largos gastos de tesouraria. Entre os nomes que devem deixar o clube contam-se Jaime Graça, Malta da Silva e Adolfo, falando-se que também Artur Jorge pretende dar por concluída a sua carreira, ao mesmo tempo que Simões parece decidido a rumar para o Brasil: Corinthians deve ser a meta. Mas, há mais mudanças em perspectiva: Eusebio foi convidado para ir actuar nos «states», Nenê em Espanha e Jordão em França (Saint-Germain) ao mesmo tempo que Humberto Coelho é assediado para se transferir para a Holanda (Feyenoord).

ARROIOS

Domingo, é «Dia do Clube» para os associados do Arroios que queiram presenciar o encontro com o União de Alghes.

Roubaram o carro a Malta da Silva

Os Datsun 1600 SSS caíram no godo dos «ratos de automóvel»: desta vez a vítima foi o defesa direito do Benfica, Malta da Silva, que ontem de manhã acordou... sem o carro à porta. Aqui fica a matrícula para que, quem o vislumbrar, avise a Polícia ou o Estádio da Luz: EG-89-59. E cinzento metalizado, como quase todos...

"VUELTA":

Comoção cerebral de José Madeira

O ciclista português José Madeira sofreu uma ferida no sobrolho esquerdo e comoção cerebral, em consequência de uma das duas quedas que ontem se verificaram na etapa da «Volta à Espanha» em bicicleta.

Ao dar a notícia das quedas, o médico da prova, dr. Isidro Salinas, não indicou mais pormenores, além dos ferimentos.

O outro ciclista envolvido na queda foi o espanhol Agustín Tamames.

O belga Wilfried Wesemael foi o vencedor da primeira etapa de estrada cobrindo os 78 quilómetros em 1 hora 52 minutos e 49 segundos.

Alberto Hulzenbosch, da Holanda, e Miguel Maria Lasa, da Espanha, classificaram-se a seguir, com o mesmo tempo.

Roger Swerts, vencedor do prólogo, mantém a «camisola amarela».

José Madeira, não obstante a queda, chegou bem classificado no final da etapa: está em 8.º na «geral», mas não se sabe se poderá continuar na prova pois só hoje, à hora da partida, o médico dirá se estará (ou não) em condições de prosseguir.

Na primeira etapa de estrada todos os restantes ciclistas portugueses cortaram a meta com o mesmo tempo do vencedor, pelo que, na tabela, José Martins continua a ser o terceiro (apenas) com mais 6 segundos que o «camisola amarela» mantendo-se todos nas posições alcançadas depois do prólogo.

LARANJEIRA NOVAMENTE OPERADO

No Hospital de Santana, na Parede, o jogador «leonino» Laranjeira foi ontem novamente submetido a uma intervenção cirúrgica: desta feita o dr. Paulo Bettencourt (seu médico assistente) concentrou toda a atenção no joelho (mais ou menos) são do jogador, já que a respectiva rótula começava a mostrar os mesmos sintomas da do outro joelho.

Segundo declarou aos jornalistas, já depois da operação, desta vez ainda se foi a tempo de salvar a rótula do jogador. E acrescentou: Quando Laranjeira articulava o joelho, a rótula descaía para o lado de fora, provocando-lhe assim uma lesão. Em face desta realidade só tivemos que rectificar a sua posição.

Ainda segundo o testemunho do seu médico assistente, tudo isso se deve a qualquer formação anatómica do atleta.

Laranjeira vai ficar internado no Hospital de Santana durante duas semanas, sendo de admitir que possa voltar aos treinos somente daqui a quatro meses.



TOTOBOLA

34.º CONCURSO - 27 DE ABRIL DE 1975



SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

MATRIZ

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1 Fafe - Braga	X									
2 Famalicão - Varzim		X								
3 Sanjoanense - Penafiel			X							
4 Chaves - Paços Ferreira				X						
5 Alca - Tirsense					X					
6 Lourosa - Oliverense						X				
7 Torreense - Caldas							X			
8 Juventude - Montijo								X		
9 Almada - Portimonense									X	
10 Torres Novas - Estoril										X
11 Marinhense - Estrela										
12 Sintrense - Sesimbra										
13 U. Montemor - Lusitano										

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

NOME _____

MORADA _____

LOCALIDADE _____

34

27 DE ABRIL DE 1975

(A não indicação do nome torna o bilhete nulo)

CLASSIFICAÇÕES ACTUAIS - II DIVISÃO

ZONA NORTE

1.º — BRAGA	42
2.º — VARZIM	40
3.º — BEIRA-MAR	40
4.º — RIOPELE	39
5.º — FAMALICÃO	36
6.º — SANJOANENSE	33
7.º — RÉGUA	31
8.º — PENAFIEL	31
9.º — GIL VICENTE	31
10.º — LOUROSA	30
11.º — SALGUEIROS	30
12.º — FAFE	30
13.º — PAÇOS DE FERREIRA	30
14.º — UNIÃO DE COIMBRA	29
15.º — CHAVES	28
16.º — ALBA	27
17.º — FEIRENSE	26
18.º — VILA-NOVENSE	23
19.º — OLIVEIRENSE	22
20.º — TIRSENSE	22

ZONA SUL

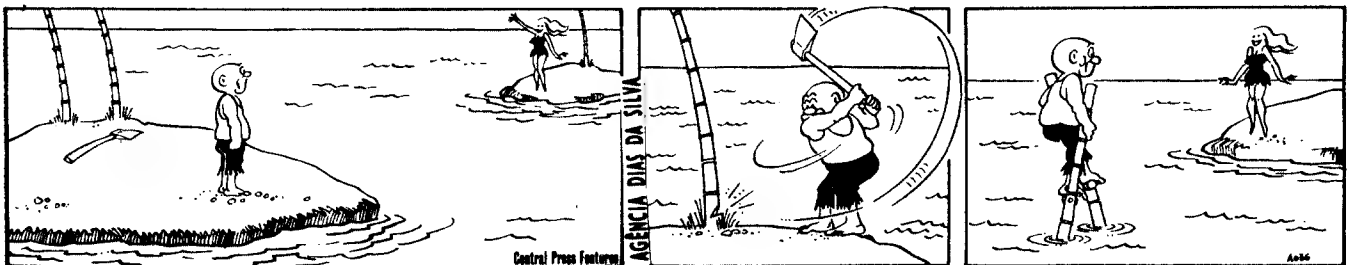
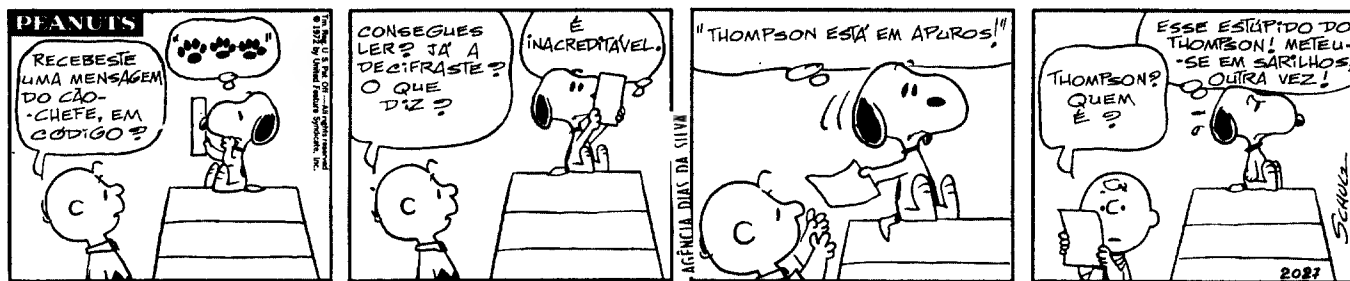
1.º — ESTORIL	50
2.º — BARREIRENSE	45
3.º — MARÍTIMO	40
4.º — PORTIMONENSE	39
5.º — MONTIJO	38
6.º — CALDAS	33
7.º — TORRIENSE	33
8.º — UNIÃO DE LEIRIA	32
9.º — SESIMBRA	32
10.º — MARINHENSE	30
11.º — ESTRELA DE PORTALEGRE	30
12.º — PENICHE	28
13.º — JUVENTUDE	27
14.º — ALMADA	26
15.º — SINTRENSE	26
16.º — LUSITANO	26
17.º — UNIÃO DE MONTE MOR	26
18.º — TORRES NOVAS	23
19.º — ODIVELAS	20
20.º — COVA DA PIEDADE	16

EM CADA SEMANA!

UMA OPORTUNIDADE



Humberto Coelho: a venda do jogador pode equilibrar as finanças de um clube



Assaltado um banco em Cantanhede

Até ao fim da manhã, as autoridades de Cantanhede e arredores ainda não haviam localizado o paradeiro dos três indivíduos que na tarde de ontem, e em pouco mais de 40 segundos, assaltaram a agência do Banco Borges e Irmão daquela localidade e apoderaram-se de cerca de 660 contos. Os assaltantes, dois homens e uma mulher, apresentando idades compreendidas entre os 30 e os 35 anos, puseram-se em fuga num Fiat «grenat», que veio a apurar-se ter sido roubado a Vítor Manuel Matos Nunes Pinheiro, residente na Rua Afonso Henriques, Castêlões de Cepeda, Paredes (Porto).

Na altura da «operação», encontravam-se na agência bancária três funcionários e um cliente que foram ameaçados com uma pistola-metralhadora e duas pistolas de bolso, empunhadas pelos assaltantes, os quais levaram todo o dinheiro que havia na caixa.

A P.S.P. e a G.N.R. de Cantanhede, logo que tiveram conhecimento da ocorrência, promoveram o bloqueio de estradas, através dos postos regionais daquelas corporações, e alertaram o próprio Copcon, não tendo no entanto os seus esforços, até agora, tido qualquer resultado.

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava geralmente pouco nublado e o vento era fraco ou moderado de Nordeste

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	17°
P. DOURADAS	6°
COIMBRA	12°
PORTALEGRE	12°
LISBOA	12°
FARO	15°
FUNCHAL	15°

TEMPERATURAS EXTREMAS

Máxima:	P. DA ROCHA	24°
Mínima:	P. DA SAÚDE	0°

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar	13,8°
Atmosfera	13,4°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
2.38 4,0 m	8.28 0,5 m
15.05 4,1 m	20.49 0,6 m

Dia 25

3.28 4,1 m	9.13 0,5 m
15.53 4,2 m	21.34 0,5 m

Dia 26

4.16 4,2 m	9.56 0,5 m
16.38 4,2 m	22.18 0,5 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado temporariamente muito nublado nas regiões do Interior; vento geralmente fraco; aguaceiros em especial nas regiões do Sul durante a tarde e o fim da noite

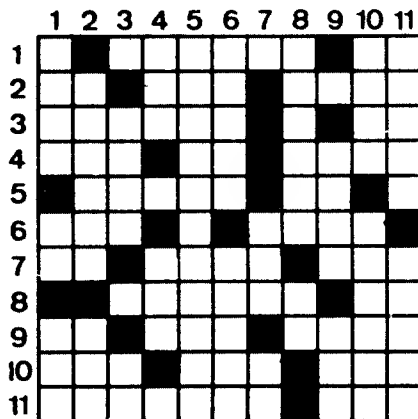
palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11067

HORIZONTAIS

- Artigo definido. O destino. Utensílio doméstico.
- Pequena ilha francesa, fortificada, do Mediterrâneo. Presenças. Verdadeiro.
- Versejara. Segundo.
- Olé. Troça. Nome de flor.
- Cantos religiosos. Bismuto (s.q. inv.).
- Sirga. Vila e concelho do distrito de Évora.
- Campeão. Rasgue. Rio de Portugal.
- Costurara. Alumínio (s.q.).
- Preposição. Sufixo que designa pequeno. Mil quinhentos e cinquenta e cinco em romano.
- Agora. Fruto da azeit. Freguesia do concelho de Oliveira do Bairro.
- Aquosas. Sadias.



VERTICAIS

- Metal. Basto. De cor amarela. Preposição de com artigo definido.
- Descendentes. Interjeição dos índios e caboclos da Amazônia que exprime admiração, alegria ou mofa.
- Vila e concelho do distrito do Porto. Atmosfera.
- Nome de fruto. Tempo do verbo ir.
- Pessoas que são sectárias do terrorismo.
- Empregais. Continua.
- Oceano. Carta de jogar.
- Lenço usado entre os romanos para limpar a boca. Antes do meio dia.
- Tempo do verbo ser. Produto. De os.
- Progenitores. Orça.
- Combinar. Cidade de Portugal.

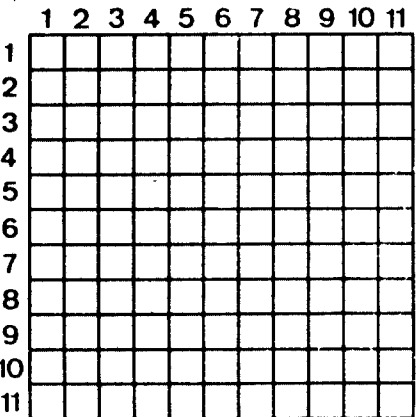
Resolveu completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7225

HORIZONTAIS

- Calhaus. Cidade do Irão.
- Caras. Rial.
- Amassara. Fé.
- Sovou. Cal.
- Ira. Magia.
- Reina. Cai.
- El. Rocar.
- Sá. Tesa. Dra.
- Viam. Va. Ia.
- Da. Lota. Mad.
- Áreas. Mui.



VERTICAIS

- Texto. Meiguice (Prov.).
- Cincho. Rogar.
- Entregar. Aspera (fig.).
- Membro de ave. Temporada das regas.
- Governo de um rei.
- Cercadura ou debrum de um vestuário (ant.). Cobalto (s.q.).
- Medida de líquidos da Alemanha, Holanda e Suíça. Pagadeira.
- Boro (s.q.). Crómio (s.q.).
- Medida argelina usada na venda dos cereais e que vale 48 litros.
- Plantações de arroz. Prásiodímio (s.q.).
- Quinto filho de Jacob. Grande sala. Medida itinerária do Japão.
- Pronome pessoal. Saudáveis. Refeição abundante dada aos malhadores ao meio da tarde.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11066

HORIZONTAIS:

- O. TRABALHO.
- Caras. Rial.
- Amassara. Fé.
- Sovou. Cal.
- Ira. Magia.
- Reina. Cai.
- El. Rocar.
- Sá. Tesa. Dra.
- Viam. Va. Ia.
- Da. Lota. Mad.
- Áreas. Mui.

VERTICAIS:

- Ocasões. Da.
- Amor. Lavar.
- Travara.
- Raso. Tala.
- Assumiremos.
- A. Anos.
- Arregaçavam.
- Lia.
- Há. Cair. Mi.
- Fa. Ria.
- FELICIDADE

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7224

HORIZONTAIS:

- Vatel. Papam.
- Aval. Uapi.
- Rio. Tua. Rea.
- R3. Coser. II.
- Ódio. Pregas.
- Ora. Ié. Rs.
- Grama.
- Amarra. Ce.
- Re. Aumentar
- Oca. To. Tais.
- Al. Asso. Ra.

VERTICAIS:

- Varro. Caros.
- Aviado. Meca.
- Tão. Irral. Al.
- El. Coa. Ra.
- To. Grute.
- Sussaramos.
- Aérea.
- Au. Re. Mento.
- Par. Grã. Ta.
- Apeias. Cair.
- Miais. Persa.



BARS BOITES

NINA Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13. T. 34859/365167 a actual GRAZIELA DE SIRTANAS (Argentina)

CASINO ESTORIL Jogo autorizado Variedades internacionais. T. 26461/264526/264596/264621/264946

HIPOPOCAMO Conjunto Hipopotamo Encerra aos Domingos. Av. António Augusto de Aguiar, 5-A T. 48384.

TAMILA Marão e s/ conjunto «Matinees» todos os dias. Encerra aos domingos. Av. Duque de Loulé, 69. T. 533117.

urgência

Emergência	115	Judiciária	53 5380
Bombeiros	32 5342	Aeroportos	76 1176
CVP	66 2222	Intoxicações	71 1397
H. de S. José	88 0131	C.R.G.E.	53 7021
H. de S. Maria	73 0231	C. Águas	36 1361
P.S.P.	36 6141	Combóios	32 6222

AMANHÃ

NASCE ÀS 6.48
OCASO ÀS 20.23



1.º Programa
17.00 Noticiário — rádio estudantil
18.15 Movimento das Forças Armadas
19.00 Informação de trânsito — música variada
20.00 Jornal da noite
21.00 Que quer ouvir?
21.40 Fados
22.00 Temas de História, por Miriam Halpern Pereira
22.30 Música variada
23.00 Movimento das Forças Armadas
23.30 Último jornal

2.º Programa

16.00 Que quer ouvir?, programa coordenado por Margarida Brandão
18.00 Música sinfónica
19.00 O canto e os seus intérpretes, por Maria Helena de Freitas
20.00 Jornal da noite
21.00 Passagem do MF 2 a Estereo — música ligeira variada
22.00 Intercâmbio musical — no intervalo: «Sem Sol», ciclo de canções, de Mussorgsky
23.40 Suite n.º 2 «Daphnis e Chloé», de Ravel
00.00 A grande música negra, por José Duarte
01.00 Fecho

Programa em Onda Média 2 — 397 m — 755 KHz

20.30 Música sinfónica de Berlioz e Faure
21.00 Música coral sinfónica
22.00 Concerto

23.00 Orquestras de câmara
00.00 Junção com o Programa Estereofónico

RÁDIO CLUBE

Onda Média

16.00 Noticiário
16.04 Programa C.D.C.
18.05 Movimento
20.45 Diálogo
21.15 Mensagens bíblicas
21.08 Serão musical
21.31 Quando o telefone toca
22.05 Quando o telefone toca
22.30 Campanha eleitoral
24.00 Campanha eleitoral
00.05 Alavanca
02.03 A noite é nossa
06.03 Diário rural
07.03 Talismã

RÁDIO RENASCENÇA

16.00 Noticiário
16.05 Radiorama
18.00 5.ª-feira à tarde
18.22 Música seleccionada
19.00 Jornal do serviço de noticiários e reportagens de Rádio Renascença
19.30 Espaço musical
21.08 Espaço musical
21.45 Pentagrama
22.00 Quando o telefone toca
22.30 Espaço musical
23.00 Noticiário
23.05 A 23.ª hora

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA

Clube Radiofónico de Portugal
Das 06.00 às 10.00 e das 22.00 às 02.00

Rádio Voz de Lisboa

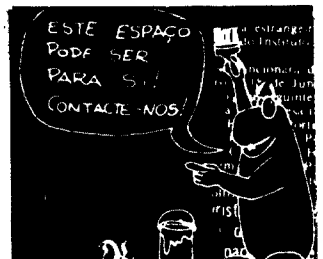
Das 10.00 às 12.00 e das 19.30 às 22.00

Rádio Peninsular

Das 12.00 às 14.30

Radio Graça

Das 14.30 às 19.30





Teatro e Espectáculos

LISBOA

TERNO E-1

ATE ÀS 22 HORAS

VALADE
Belo, Av. de Roma, 53-A (T. 776314)

ENIDAS NOVAS
Vale, Av. Marquês de Tomar, 45/49 (T. 773043)

SAIRO ALTO
Gonçalves, R. da Rosa, 176/178 (T. 362687)

SAIRO DA ENCARNACÃO
Anceno, P. Norte, 11-A (T. 311216)

SAIXA
Simões Pires, R. da Prata, 115 (T. 362350)

SENFICA
Macedo, E. do Poço do Chão, 69-C (T. 703697)

IMPOLIDE
Imparcial, R. General Tabor, 28 (T. 680931)

TRELA
Linaide, R. Ferreira Borges, 30 (T. 660955)

IAÇ
Morão, L. da Graça, 63 (T. 860700)

LUMIAR
Douro, Al. das Linhas de Torres, 93-A/B (T. 791131)

PICHELEIRA
Marluz, C. da Picheleira, 140-A/C (T. 720703/728395)

SANTO AMARO
Teles, R. João de Barros, 2, frente (T. 638176)

SEBASTIÃO DA PEDREIRA
S. Sebastião, L. de S. Sebastião da Pedreira, 1/9 (T. 48642)

AMANHÃ

TERNO E-2

TODA A NOITE

TO DE S. JOÃO
Vitalis, R. Moraes Soares, 69 (T. 841779)

VALADE
Marbel, Av. de Roma, 131-A (T. 776235)

AMEIXOEIRA
S. Bartolomeu, Vila Paulo Jorge, 1, Galinheiras, Charneca (T. 790969)

INJOS
Magalhães, Av. Almirante Reis, 4-D/F (T. 49479)

GUERRA
R. Andrade, 32 a 36 (T. 845513)

SEIRO
Garantia, Av. Padre Manuel da Nobrega, 5-A/B, à P. do Treiro (T. 727300)

ENIDAS NOVAS
Saldanha, Av. Praia da Vitória, 53 (T. 43938)

ICA
S. João, E. da Luz, 124-A (T. 783179)

NHOS DE FERRO
Frazão, R. Cruz de Santa Apolónia, 90 (T. 847019)

ALA
Andrade Ribeiro, Av. Infante Santo, 66-B (T. 666971)

SAIS SUL
Antunes Rosa, P. da Cidade do Lusó, lote 199 (T. 313610)

GO
Universitária, R. Alfredo Roque Gameiro, 16, ao Hospital de Santa Maria (T. 778953)

TESTELO
Tanara, R. Rodrigo Reinol, 3-A, à encosta do Restelo, próximo dos Moinhos (T. 611814)

S. PAULO

Central, R. de S. Paulo, 108 (T. 320389)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS

Combatentes, Av. C. G. Guerra, 166 (T. 213963)

PAÇO DE ARCOS

Godinho, Av. Patrão Lopes, 4 (T. 2432039)

OEIRAS

Central, R. Conde Ferreira, 29 (T. 2430058). Até às 22 horas

CARCAVELOS

Central, Até às 24 horas

PARADE

Grincho, Av. da República, 87 (T. 2471204). Toda a noite

S. JOÃO DO ESTORIL

S. João, Quinta da Carreira, 29-A (T. 261186). Até às 22 horas

MONTE ESTORIL

Lopes, R. Hangar, 3 (T. 260008). Toda a noite

CASCAIS

Misericórdia, R. Regimento 19, 41 (T. 280141). Até às 22 horas; Cascais, R. Conde de Monte Real, B. das Caixas (T. 282407). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA

Amadora, P. 28 de Maio, 3-A (T. 935518); Carmelo, R. Elias Garcia, lote 28 (T. 933303); Helénica, R. Elias Garcia, 2 (T. 933613); S. Jorge, R. Pedro del Negro, 5, Reboleira (T. 938703)

DAMAIA

Lemos, R. de Goa, 21-A (T. 971121)

QUELUZ

André, Av. Elias Garcia, 151 (T. 950043); Queluz, Av. Miguel Bombarda, 123-A (T. 951841)

CACÉM

Central, R. Elias Garcia, 55 (T. 2940034)

MEM MARTINS

Miranda Garcia, E. de Mem Martins, 173-B (T. 2914103)

S. PEDRO DE SINTRA

Valentim (T. 980456)

SINTRA

Simões, Estefânia (T. 2930832)

COLARES

Abreja (T. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE

Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (T. 234100)

ALHOS VEDROS

Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 204020)

ALMADA

Castro Rodrigues, R. Capitão Leitão, 31-A (T. 270076)

BAIXA DA BANHEIRA

Aliança, E. Nacional, 178-A (T. 2040302)

BARREIRO

Soares, Av. da República, 1 (T. 2073023)

COVA DA PIEDADE

Carqueira Afonso, P. 5 de Outubro, 18 (T. 270254)

MOITA

Silva Rocha, P. da República, 16 (T. 239029)

MONTIJO

Higiene, R. José Joaquim Marques, 142 (T. 230370)

SESIMBRA

Leão, Av. Salazar, 13 (T. 229471)

SETÚBAL

Soromenho, P. Machado Santos (T. 22691); Alice, P. do Quebedo (T. 23743)

SEIXAL

Soromenho, R. Paiva Coelho (T. 2218560)

PORTO

TURNO 20

ATE ÀS 22 HORAS

Batalha, Praça da Batalha, 26; Campo, Praça da República, 118; Costa Cabral, Rua de Costa Cabral, 1832; Fonte da Moura, Rua de Tanager, 1463; Invicta, Rua do Bonfim, 330; Mira Paulo, Rua Castelo de Numão, 37; Barros, Rua do Bonjardim, 1292; Fátima, Rua Oliveira Monteiro, 475; Garantia, Rua Fernandes Tomás, 696; Sá, Rua Vale Formoso, 181; Sarabando, Largo dos Loios, 36

A PARTIR DAS 22 HORAS

Barros, Rua do Bonjardim, 1292; Fátima, Rua Oliveira Monteiro, 475; Garantia, Rua Fernandes Tomás, 696

COIMBRA

MONTES CLAROS

Rua Dr. António José de Almeida; Viagem e Coelho — Rua da Sofia

PASSE UM FIM-DE-SEMANA SEM CONTRATEMPOS



QUANDO ACORDAR ESTARÁ NO ALGARVE

SERVIÇO DE CARRUAGENS-CAMAS LISBOA-ALGARVE

Barreiro, V.R. Sto. António; sextas-feiras V.R. Sto. António; Barreiro; domingos INFORMACÕES TELEF. 326226

CP Caminhos de Ferro Portugueses

cinemas

CINEBOLSO

T. 573407 14.30, 16.45, 19.00, 21.30

Não acons. a menores de 18 anos

O VALE DOS PERDIDOS

de Barbet Schroeder

Sábado às 11.30 — 10 anos

O NOVO DAS CALDAS

Sábado às 24 h.

Interdito a menores de 18 anos

MIL E UMA NOITES

PARA ADULTOS

BERNA

T. 776098 14, 16.30, 19, 21.15

Grupo C 14 anos

L'EMMERDEUR

(O Chato)

DE Edouard Molinaro

Eastmancolor

APOLO 70

T. 763319 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

PRIMEIRA PÁGINA

O grande filme de Bill Wilder

6.ª Semana

Hoje às 24.00 - 18 anos

A RAPARIGA DO AUTO-STOP

ROXY

T. 42872 14.00, 16.30, 18.45, 21.15

Grupo C 14 anos

L'EMMERDEUR

O CHATO

DE Edouard Molinaro

com Nino Ventura e Jacques Brel

PATHÉ

T. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

EMMANUELLE

2.ª Semana

Aviso ao público: Este filme contém cenas eventualmente chocantes

ALVALADE

T. 717480 15.30, 18.30, 21.15

(Interdito a menores de 18 anos)

A mais espantosa comédia do ano!

A MINHA MULHER É UM VIOLONSEXO

com Lando Bussanca, Laura Antonelli

LIDO

T. 937593 21.15

Interdito a menores de 18 anos

MINHA MULHER

É UM VIOLONSEXO

CINESTÚDIO

T. 937593 15.30 21.30

Não acons. a menores de 18 anos

A MÁQUINA DO AMOR

CARLOS MANUEL - SINTRA

T. 2930394 21.15

Interdito a menores de 18 anos

A CASA DO PECADO

Amanhã às 21.15 p. Todos

OS 4 MALUCOS MOSQUETEIROS

CINEMA 2000

ALGÉS 15.30, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

... E QUANDO O DINAMITE EXPLODE...

2.ª Semana

GIL VICENTE

21.15 (18 anos)

TIVOLI

21.30 (18 anos)

«Os Diabos»

SOUSA BASTOS 21.15 (10 anos)

«Serafino»

UNIVERSAL

T. 774402

Não acons. a menores de 13 anos

As 14.30 e 20.30

GREVE OCUPAÇÃO

As 16.30, 22.30

Interdito a menores de 18 anos

IREI COMO UM CAVALO LOUCO

As 18.30

Não acons. a menores de 13 anos

ATTICA E TUPAMAROS

RESTELO

T. 610375 21.00

Não acons. a menores de 13 anos

COM JEITO VAI... BACAMARTE À SOLTA

com Kenneth Williams, Joan Sims

Sidney James, Barbara Windsor

Amanhã às 21.00

EVA A PRIMEIRA PEDRA

EDEN

T. 320768 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

JUNTOS SÃO DINAMITE

... E QUANDO O DINAMITE EXPLODE...

Terence Hill e Bud Spencer

2.ª Semana

TIVOLI

T. 570595 15.15, 18.30, 21.15

Grupo C-14 anos

L'EMMERDEUR

(O Chato)

de Edouard Molinaro

Já se viu tudo em cinema:

Tímidos, coléricos, seios, nádegas

ciumentas, polícias. Tudo!

Menos isto!

CASINO ESTORIL

T. 264621 17.00, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

ARREFECIDO A 99%

ROYAL

T. 665037 15.30, 21.15

Grupo C 14 anos

PUNHOS DE AÇO

Amanhã não se realizam espetáculos

POLITEAMA

T. 326305 14.15, 16.30, 19.00, 21.30

Interdito a menores de 18 anos

A PRIMA

Com Stefania Casini

10.ª Semana

ROMA

T. 727778 14.30, 16.45, 19.00, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

EMMANUELLE

c/ Sylvia Kristel

O JOÃO V</



REMANESCENTE GRAFICA S.A.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO 185 1.º 2.º 4.º
TELEF. 6545312/3/4
REDAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 3211545 1202712/3
RUA DA ROSA 57
END. TEL. DIBOA TELEF. 12363
LISBOA PORTUGAL

O M.R.P.P. RESPONDE AO RELATÓRIO DO 11 DE MARÇO

Em anexo ao Relatório Preliminar sobre o golpe contra-revolucionário de 11 de Março de 1975 e anexo número 3, foram publicados «factos retirados de um depoimento prestado por um declarante que se diz aderente do M. R. P. P.».

Numa entrevista concedida ontem à Emissora Nacional, o major Dinis de Almeida, comandante do R. A. L. 1, já refutou este anexo do Relatório da Comissão de Inquérito, ao afirmar considerar o M. R. P. P. um movimento antifascista e sublinhar que qualquer pessoa poderia ter afirmado pertencer ao partido maoísta sem que isso fosse verdade.

Por outro lado, o «Comité» Executivo do «Comité» Central do M. R. P. P. publicou um comunicado, sob o título «Novas Provoações de Velhos Provocadores», em que refuta a acusação de que foi vítima no Relatório Preliminar sobre o 11 de Março.

Escreve-se, nomeadamente, naquele Relatório:

«Não vai o almirante e sua tripulação, ao ponto de ousar implicar-nos, de perto ou de longe, na intencionalidade do ex-general Spínola (seu confrade — convém recordá-lo! — no golpe de 25 de Abril e seu chefe, durante quase seis meses, na Junta de Salvação Nacional). Não foi, nem poderia ir; não só por não ser verdade — argumento que ao relator pouco incomodará — mas porque o

almirante e o partido político que o ataca se arriscariam a desmoralizar-se aos olhos das massas pelo ridículo que uma tão grosseira calúnia inevitavelmente lhes granjearia.

E mais adiante:

«Toda a gente sabe que os partidos fascistas P. D. C. e C. D. S. são os verdadeiros autores políticos do golpe de 11 de Março e que o secretário-geral do primeiro, o fascista Sanches Osório, teve fuga para o estrangeiro.

«Todavia, nem uma só referência se contém no Relatório acerca do papel desses partidos e apenas o nome do M. R. P. P. aí aparece na tentativa de lançar poeira nos olhos do povo.

«Só por aqui já poderemos avaliar com segurança da seriedade que um tal Relatório pode merecer ao povo... E compreender que a única verdade inabalável que ele realmente contém é, infelizmente, de que no ataque ao R. A. L. 1 foi morto o soldado Luís.

«Porque o Relatório não só não responde a nenhuma das questões reais, como as escamoteia todas. Fala do golpe fascista das 11 horas da manhã mas apenas para esconder o golpe social-fascista das 11 horas da noite. Não refere a participação do P. D. C. e C. D. S. porque teria de referir a do P. S. e não refere nenhuma das três porque teria de desmascarar o P. C. P.

Conselho da Revolução

No Palácio de Belém realiza-se hoje às 15 horas nova reunião do Conselho da Revolução, sob a presidência do general Costa Gomes, prevenido-se que sejam analisados problemas decorrentes da conjuntura política do momento e do acto eleitoral. Uma sessão

da Comissão de Descolonização, marcada para ontem, não se realizou, mas no encontro entre o Primeiro-Ministro e o Presidente da República foram abordados assuntos ligados aos territórios ainda sob administração portuguesa.

C.M. DO PORTO

Representante do P.C.P. provável presidente

PORTO 24 — Tudo indica que a Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto será remodelada, uma vez que nisso estão interessados três partidos políticos: P.C.P., P.S. e M.D.P./C.D.E. Na sequência duma série de diligências, delegados daqueles três partidos avistaram-se já com o governa-

dor civil do Porto e anteriormente tinham tido uma entrevista com o comandante da Região Militar.

Entretanto, enquanto se procedem a estes contactos oficiais, os delegados dos três partidos estabelecem as linhas programáticas da futura acção da comissão administrativa que, brevemente, irá ser chamada à gestão da Câmara Municipal.

O «D.L.» procurou informar-se junto de fonte idónea e apurou que para já os três partidos parece terem acordado um conjunto de medidas de direcção colegial para aquele corpo administrativo. Assim, o nome do eng.º Manuel Andrade, actual primeiro vice-presidente, terá sido indigitado para a presidência, substituindo o arquitecto Artur Andrade. O eng.º Manuel Andrade, representante do P.C.P. na comissão administrativa da Câmara.

Canção revolucionária

Na próxima madrugada, cerca das duas horas, Sérgio Godinho, Zeca Afonso e Francisco Fanhais estarão nos estúdios do Quê das Emissoras Nacionais. «Música na noite» terá, dessa forma, oportunidade de fazer chegar aos seus ouvintes a voz de três dos maiores valores da canção portuguesa.



A UM ANO DA REVOLUÇÃO

«Aqui Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas. As Forças Armadas Portuguesas apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a suas casas nas quais se devem conservar com a máxima calma. Esperamos sinceramente que a gravidade da hora que vivemos não seja tristemente assinalada por qualquer acidente pessoal, para o que apelamos para o bom senso dos comandos das forças militarizadas no sentido de serem evitados quaisquer confrontos com as Forças Armadas».

Era manhã, 25 de Abril de 1974. O Rádio Clube Português transmitia o primeiro comunicado do M.F.A. Um grande sobressalto e uma esperança maior ficaram a latir no espírito de quem ouviu. Mas o sobressalto e a esperança, para muitos, tinham começado com a transmissão das senhas da Revolução de Abril: «E depois do adeus», no Rádio Renascença, «Grândola, Vila Morena», mais tarde, no Rádio Clube. A cidade viveu uma madrugada de espanto, com militares movimentando-se num silêncio denso. Militares ocupando o Rádio Clube, marinhando mais tarde pelos muros da Emissora Nacional e entrando quase ao mesmo tem-

po, RTP adentro. Aos noctívagos de olhos arregalados começavam a juntar-se os reportes que não dormiriam a partir daí até à consumação da vitória.

Que se passa — perguntavam os ouvintes e os olhos estremunhados da população acordada para mais um dia de trabalho. E voltava mais um comunicado do M.F.A.: «Informa-se a população de que, no sentido de evitar todo e qualquer incidente, ainda que involuntário, deverá recolher às suas casas mantendo absoluta calma». Mas qual quê? Cedo se apercebeu o povo de que o que se passava era a queda final, o estertor do regime fascista que o oprimia há 48 anos. E o povo saiu à rua, e foi para o lado dos militares, e participou em todos os perigos, e chamou a si todas as responsabilidades, e assinou com heroico sangue derramado no cerco à P.I.D.E. o auto da revolução que era, e será «sua». O povo esteve no Largo do Carmo frente ao quartel da G.N.R. onde se acotitaram Tomás, Marcello e companhia, esteve na rua do Arsenal, correndo o risco de ficar entre dois fogos, assumiu em muitos casos o comando das operações, chamando a si uma missão de vigilância que magnificamente vem desem-

penhando até hoje e obteve históricos resultados no destorçar das intencionalidades contra-revolucionárias de 28 de Setembro e de 11 de Março. Mais que nunca, neste dia, véspera das eleições para a Assembleia Constituinte, ganha significado a aliança que o próprio processo revolucionário vem robustecendo entre o povo e o heroico Movimento das Forças Armadas. Unidos havemos de continuar, em passada segura, o caminho rumo ao socialismo.

O desespero dos pides encurralados na tenebrosa sede da rua António Maria Cardoso, os «secretas» não queriam crer. Talvez a empáfia da impunidade à sombra da qual eram senhores do destino e da vida dos melhores dos portugueses os levasse à breve resistência que ofereceram às tropas libertadoras. Difícilmente se terão convencido a si próprios de que aquilo para eles era mesmo o fim. Acabaram, porém, atarantados, por perder todas as ilusões. Os canhões apontados eram a clara insofismável realidade. Nada a fazer: mãos nuas, inerme, um agente saiu, parlamentar da rendição. Nas fotos do nosso camarada Rui Pacheco, a verdade que não precisa das palavras.

CIDADE MARGINAL

Carril "libertador"...

Repetia, há alguns dias, vizinhas que «estava cansado de viver», esta manhã, o corpo trucidado foi encontrado à beira do carril, nas diacções do apeadeiro ferroviário de Olivais. Chamava-se Vivalda da Conceição Ribeiro, tinha 76 anos e vegetava na barraca da Azinhaga do da Bola, em Moscovide. A morte foi a saída, para quem tinha a solidão como companhia e no esmolinar encontrava uma forma incerta e ultrajante de sobrevivência.

À ANTIGA PORTUGUESA

O jovem Júlio Barros, operário fabril, fez uma despedida de duzentos e vinte escudos em bebidas, num bar da Rua da Glória, recusando-se depois a pagar a conta. Chamada a patrulha da Polícia Militar, Júlio Barros teria dirigido palavras ofensivas ao comandante da força, afirmando-se familiar de um conhecido general do Exército, que logo «safaria de assados». De nada valeram, porém, as alegadas boas relações, à antiga portuguesa, pois recolheu prisão aos calabouços da quadra mais próxima.

ASSALTANTE COLOMBIANA

Elementos da Secção de Justiça da P. S. P. coadjuvados por uma força da Polícia Militar detiveram esta madrugada numa vivenda isolada a ajuda a colombiana Víctor Bermudez Rodriguez, uma das autoras do assalto, no passado dia 26 de Agosto, a uma rinha do Banco Pinto de Magalhães, estacionada na Avenida Almirante Reis, que transportava caixas de três mil contos. Bermudez, que se encontrava internada sob prisão no Hospital de S. José, com fracturas das duas pernas, tinha-se dado, há dias daquele estabelecimento, auxiliada por duas enfermeiras. A vivenda pertencia ao bate-chapas Vítor Amaral, de 37 anos, que também detido, assim como o seu sobrinho, o serralheiro José Amaral, de 20, presentemente a cumprir o serviço numa unidade de Lisboa. Durante a operação de captura, foram disparados alguns tiros de intimidação, facto que atraiu ao local numeroso grupo de populares, que só acorreram em dispersar quando foram informados de que se tratava de nenhuma golpe da reacção.

PARALISAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS

Indícios de que as suas reivindicações estão a merecer atenção do M.F.A. levaram trabalhadores da Direcção Geral de Assistência Social e Instituto da Família e Aposentação Social a abdicar de prática a paralisação total, tinham prevista para aqueles serviços continuarem a paralisar diariamente das 10 às 12, como já vem acontecendo alguns dias. Esta situação manter-se-á até ao dia 5 de Maio se, entretanto, não for dada a resposta positiva à sua demanda de justiça na integração nos quadros.

Esta decisão foi tomada num plenário realizado ontem.



1982
1981
1980
1979
1978
1977
1976
1975
1974
1973
1972
1971
1970
1969
1968
1967
1966
1965
1964
1963
1962
1961
1960
1959
1958
1957
1956
1955
1954
1953
1952
1951
1950
1949
1948
1947
1946
1945
1944
1943
1942
1941
1940
1939
1938
1937
1936
1935
1934
1933
1932
1931
1930
1929
1928
1927
1926
1925
1924
1923
1922
1921
1920
1919
1918
1917
1916
1915
1914
1913
1912
1911
1910
1909
1908
1907
1906
1905
1904
1903
1902
1901
1900

1999
1998
1997
1996
1995
1994
1993
1992
1991
1990
1989
1988
1987
1986
1985
1984
1983
1982
1981
1980
1979
1978
1977
1976
1975
1974
1973
1972
1971
1970
1969
1968
1967
1966
1965
1964
1963
1962
1961
1960
1959
1958
1957
1956
1955
1954
1953
1952
1951
1950
1949
1948
1947
1946
1945
1944
1943
1942
1941
1940
1939
1938
1937
1936
1935
1934
1933
1932
1931
1930
1929
1928
1927
1926
1925
1924
1923
1922
1921
1920
1919
1918
1917
1916
1915
1914
1913
1912
1911
1910
1909
1908
1907
1906
1905
1904
1903
1902
1901
1900

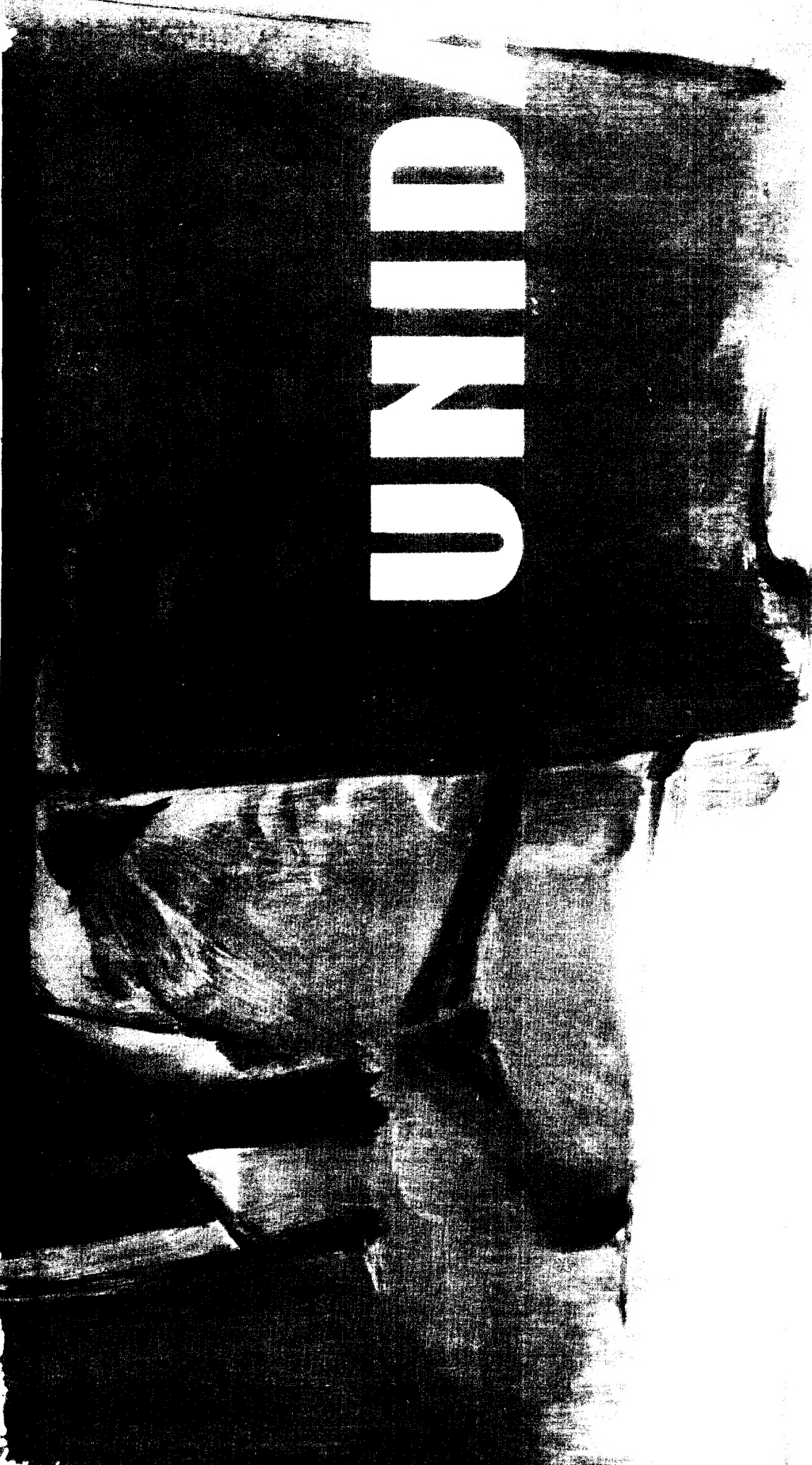
1999
1998
1997
1996
1995
1994
1993
1992
1991
1990
1989
1988
1987
1986
1985
1984
1983
1982
1981
1980
1979
1978
1977
1976
1975
1974
1973
1972
1971
1970
1969
1968
1967
1966
1965
1964
1963
1962
1961
1960
1959
1958
1957
1956
1955
1954
1953
1952
1951
1950
1949
1948
1947
1946
1945
1944
1943
1942
1941
1940
1939
1938
1937
1936
1935
1934
1933
1932
1931
1930
1929
1928
1927
1926
1925
1924
1923
1922
1921
1920
1919
1918
1917
1916
1915
1914
1913
1912
1911
1910
1909
1908
1907
1906
1905
1904
1903
1902
1901
1900

1999
1998
1997
1996
1995
1994
1993
1992
1991
1990
1989
1988
1987
1986
1985
1984
1983
1982
1981
1980
1979
1978
1977
1976
1975
1974
1973
1972
1971
1970
1969
1968
1967
1966
1965
1964
1963
1962
1961
1960
1959
1958
1957
1956
1955
1954
1953
1952
1951
1950
1949
1948
1947
1946
1945
1944
1943
1942
1941
1940
1939
1938
1937
1936
1935
1934
1933
1932
1931
1930
1929
1928
1927
1926
1925
1924
1923
1922
1921
1920
1919
1918
1917
1916
1915
1914
1913
1912
1911
1910
1909
1908
1907
1906
1905
1904
1903
1902
1901
1900

25 DE ABRIL 1974

25 DE ABRIL DE 1975





UNID

POVO-MFA

DINAMIZAÇÃO CULTURAL • ACCÇÃO CÍVICA

